

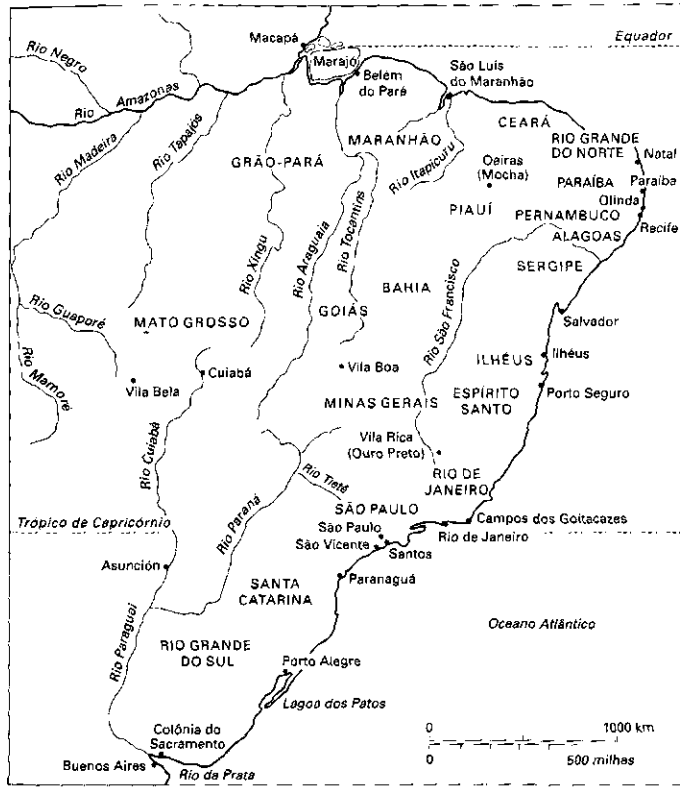
O BRASIL COLONIAL, c. 1580-1750: AS GRANDES LAVOURAS E AS PERIFERIAS

AÇÚCAR E ESCRAVOS

“Um engenho de açúcar é um inferno e todos os seus donos são condenados”, escreveu da Bahia, em 1627, o padre Andrés de Gouveia¹. Repetidas vezes os observadores que viram as fornalhas fragorosas, os caldeirões ferventes, os corpos negros brilhantes e a agitação infernal do engenho durante as 24 horas do dia da “safra” da cana usaram a mesma imagem do inferno. A produção de açúcar foi, ao lado da mineração, a atividade mais complexa e mecanizada que ocupou os europeus nos séculos XVI e XVII, e seu caráter “moderno” e industrial impressionou os observadores pré-industriais. Mas foi nessa cena de pesado que se desenvolveu a sociedade e a economia do Brasil. Durante os cem anos decorridos de 1580 a 1680, o Brasil foi o maior produtor e exportador mundial de açúcar. No contexto da grande lavoura e da indústria do açúcar foi formada a sociedade colonial brasileira. A exemplo do próprio pão de açúcar, a sociedade cristalizou-se com os europeus brancos no topo, as pessoas de cor bronzeada de raças mistas recebendo menor apreço e os escravos negros considerados, tal qual o escuro “açúcar de panela”, de qualidade inferior.

O Brasil, nas décadas finais do século XVI, não mais se parecia com as feitorias comerciais das colônias portuguesas da África ocidental e da Ásia. A avocação pela coroa da exploração e colonização da vasta costa brasileira em lugar da iniciativa privada, a criação do sistema de capitânicas na década de 1530, o estabelecimento subsequente do controle real em 1549, a eliminação e escravização dos povos indígenas e a transformação da economia da extração de madeira de tinta para a lavoura de cana-de-açúcar, todos esses elementos foram fundamentais na formação da colônia. É verdade que missionários e garimpeiros de minérios ou traficantes de escravos penetraram ocasionalmente o sertão, mas para a maioria dos colonos o povoamento permaneceu

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) |ANTT|, Cartório dos Jesuítas, maço 68, n. 334.



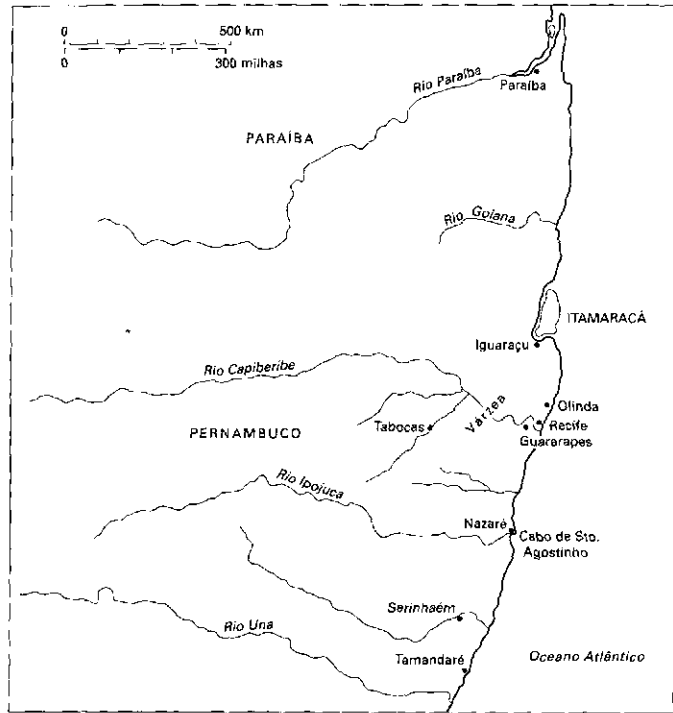
Brasil colonial

concentrado ao longo da faixa estreita do litoral, onde bons solos, condições climáticas adequadas, oferta de mão-de-obra e transporte barato para os portos favoreceram a indústria do açúcar num período de crescente demanda nos mercados europeus. O controle efetivo da coroa restringiu-se à costa e, sobretudo, ao arquipélago de portos e pequenas vilas agrícolas ao longo do litoral leste, de Pernambuco a São Vicente. Em 1580, o Brasil, com uma população de cerca de 60 mil habitantes, dos quais 30 mil eram europeus, havia se transformado numa colônia de povoamento, embora de tipo peculiar: uma colônia de agricultura tropical capitalizada a partir da Europa, que supria uma demanda europeia de produtos tropicais e se caracterizava por um sistema de trabalho com base na escravidão, primeiro dos índios americanos e depois dos trabalhadores africanos importados.

Fatores climáticos, geográficos, políticos e econômicos transformaram as capitanias de Pernambuco e Bahia nos centros da economia açucareira colonial. O sucesso no cultivo da cana dependia da combinação correta de solo e da precipitação pluvial. Os agricultores brasileiros privilegiavam os espessos solos pretos e vermelho-escuros do massapê, cuja fertilidade afastava a necessidade de fertilizantes. Por 60 anos ou mais os autores coloniais falaram de terras plantadas com cana-de-açúcar. Diziam que um teste comum do lavrador era cravar a bota no chão: se o pé afundasse até o tornozelo no massapê, a terra era boa para a cana. No decorrer do tempo, muita cana foi plantada também em solos mais arenosos, os "salões" dos planaltos, menos apropriados, mas onde a cana apresentava bom desempenho. Ao longo da costa contava-se com uma precipitação pluvial garantida de mil a dois mil milímetros, com que se dava muito bem a lavoura da cana.

Sendo a indústria do açúcar do Nordeste mormente uma atividade para a exportação, a localização das lavouras perto dos portos era fator fundamental para seu sucesso. O transporte por terra dependia de grandes carros de boi, cuja utilização era obstruída pela ausência de estradas e pontes. O transporte por terra tornava-se ainda mais difícil, por causa dos atoleiros em que as chuvas pesadas transformavam o massapê. Assim, o transporte aquático era fundamental. Os engenhos (movidos comumente por energia hidráulica) situados à beira-mar ou às margens dos rios eram sempre os mais importantes. Em Pernambuco, a indústria desenvolveu-se particularmente no massapê da várzea dos rios Capiberibe, Ipojuca e Jaboatão. Aqui os solos eram bons e o transporte rio abaixo até as instalações portuárias de Recife era relativamente fácil e barato. Na Bahia, a baía de Todos os Santos era um excelente mar continental, e até mesmo os contemporâneos observaram a dependência em que se encontrava a Bahia dos barcos para o transporte de mercadorias para os engenhos² e de açúcar para as docas de Salvador. Os engenhos maiores e mais produtivos do Recôncavo Baiano situavam-se à beira d'água. Algumas regiões tinham solo e pluviosidade adequados, mas apesar disso não conseguiram evoluir para centros importantes de produção. Ilhéus fornece um bom exemplo desse fato.

2. Embora o termo "engenho", estritamente falando, se referisse apenas ao moinho de moer a cana-de-açúcar, acabou por ser aplicado a toda a unidade: o engenho em si, as construções associadas para ferver e purgar o xarope da cana, as lavouras de cana, os pastos, os alojamentos dos escravos, a casa-grande, os escravos, o gado e outros equipamentos. Neste capítulo, é usado para descrever tanto o próprio engenho de açúcar quanto todo o complexo econômico.



A costa de Pernambuco

Fonte: C.R. BOXER, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola 1602-1686* (London, 1952).

Além dos constantes ataques indígenas, o fato de estar distante de um porto importante retardou a indústria açucareira durante todo o período colonial. É verdade que parte do açúcar de Ilhéus saía do porto de Salvador para a Europa, mas a região não prosperou.

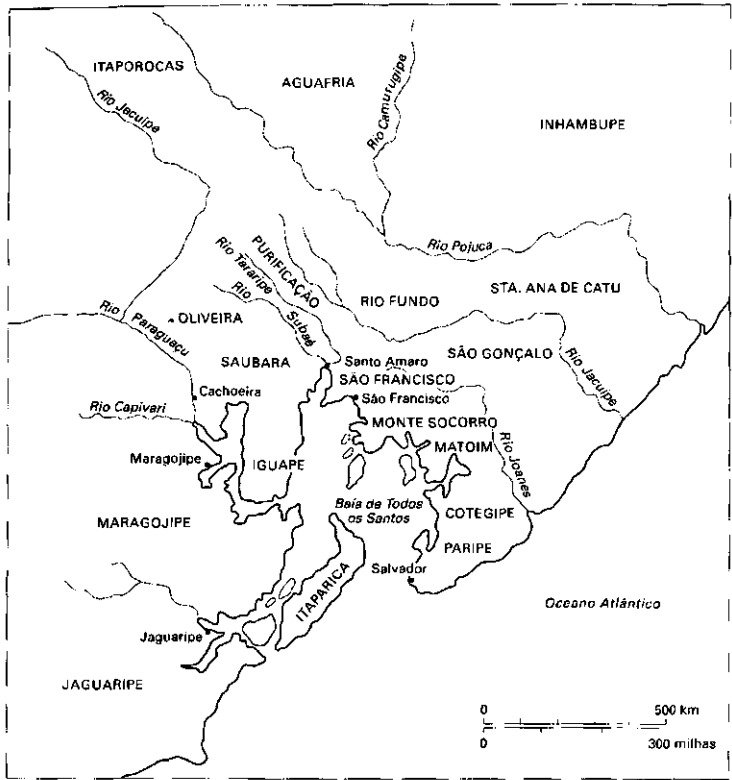
É difícil retrair o progresso da indústria do açúcar. Em primeiro lugar, os registros documentais da história econômica do Brasil no século XVI são bastante escassos. Em segundo lugar, uma estimativa do crescimento da indústria açucareira a partir dos registros do dízimo se tornou inconsistente, porque os engenhos novos instalados receberam da coroa uma isenção do dízimo por dez

anos (alvará de 20 de julho de 1551). No entanto, entre 1570 e 1630, nas várias descrições da colônia deixadas por observadores no Brasil estavam incluídas estimativas do número de engenhos de açúcar em cada capitania. Esses dados são muito variáveis e um pouco inconsistentes, mas a partir deles é possível estabelecer uma tendência secular na construção de engenhos, que indica o crescimento da indústria (ver Tabela 1).

TABELA 1 / CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA BRASILEIRA, 1570-1629
(NÚMERO DE ENGENHOS)

capitania	1 Gandavo 1570	2 Cardim 1583	crescimento ao ano % (1 para 2)	3 Campos Moreno 1612	crescimento ao ano % (2 para 3)	4 cadena 1629	crescimento ao ano % (3 para 4)
Pará, Ceará, Maranhão, Rio Grande				1			
Paraíba				12		24	(4,3)
Itamaracá	1			10		18	(3,5)
Pernambuco	23	66	(8,4)	90	(1,0)	150	(3,1)
Sergipe				1			
Bahia	18	36	(5,4)	50	(1,1)	80	(2,8)
Ilhéus	8	3		5		4	
Porto Seguro	5	1		1			
Espírito Santo	1	6		8*		8	
Rio de Janeiro		3		14*	(5,8)	60	(7,9)
São Vicente, Santo Amaro	4					2	
Totais	60	115	(5,1)	192	(1,8)	350	(3,6)

Fontes: FRÉDÉRIC MAURO, *Portugal et l'Atlantique* (Paris, 1960), pp. 102-211. Coluna 1 baseada em PERO MAGALHÃES [de Gandavo], *The Histories of Brazil* (2 vols., New York, 1922). Coluna 2, FERNÃO CARDIM, *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (3. ed., São Paulo, 1978). Para um dado um pouco mais elevado (120) baseado numa síntese de várias fontes (1583-1585), ver JOHNSON, *História da América Latina*, vol. I, cap. 6, tabela 1. Coluna 3, DIOGO DE CAMPOS MORENO, *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* [1612] (Rio de Janeiro, 1968). Os dados adicionais (marcados com asterisco) foram extraídos do relatório de Jácome Monteiro [1610] publicado em SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil [HCJB]* (10 vols. Lisboa, 1938-1950), vol. VIII, pp. 393-425. Coluna 4, (PEDRO CADENA DE VILHASANTI). Descripción de la provincia del Brasil, em FRÉDÉRIC MAURO (ed.), *Le Brésil au XVII^e siècle* (Coimbra, 1963). Ver nota 4 abaixo.



O Recôncavo Baiano

Em 1570, Pero Magalhães de Gandavo relatou que havia 60 engenhos no Brasil, dois terços dos quais estavam localizados nas capitanias de Pernambuco (23) e da Bahia (18) (Tabela 1, coluna 1). Nos quinze anos seguintes, o número de engenhos aparentemente dobrou, segundo relatos escritos entre 1583 e 1585 (Tabela 1, coluna 2). O índice de crescimento de Pernambuco, 8,4 por cento ao ano, foi consideravelmente maior que o da Bahia, mas o crescimento da indústria em ambas as capitanias foi surpreendente. O rápido crescimento parece ter resultado da contínua elevação dos preços do açúcar no mercado europeu e da disponibilidade de capital para investimento no Brasil. Os fatores negativos foram superados. Por exemplo, a primeira legislação contra a escravidão indígena foi promulgada em 1570, mas parece ter sido burlada com sucesso pelos senhores de engenho, porquanto ainda havia dis-

ponibilidade de grandes contingentes de índios que forneciam mão-de-obra “barata”. Data também desse período o estabelecimento de um tráfico regular de escravos de Angola e Guiné para o Brasil.

O período seguinte, entre meados da década de 1580 e 1612 (Tabela 1, colunas 2 e 3), foi uma época de crescimento muito menos rápido nas principais capitanias produtoras de açúcar, embora a área anteriormente subdesenvolvida do Rio de Janeiro tenha experimentado considerável expansão. A taxa anual de construção de novos engenhos em toda a colônia caiu de 5,1 por cento para apenas 1,8 por cento. Um relato de Diogo de Campos Moreno, datado de 1612, estima em 90 o número de engenhos de Pernambuco, com outros 23 nas capitanias vizinhas de Paraíba, Itamaracá e Rio Grande. Embora isso tenha representado um crescimento significativo em relação aos 66 engenhos relatados para Pernambuco em 1583, o índice de crescimento foi consideravelmente menor que o do período anterior. O ritmo de aumento na Bahia foi ainda mais lento, indo de 36 engenhos em 1583 para 50 em 1612, um índice de crescimento anual de apenas um por cento. O Brasil tinha agora quase 200 engenhos que produziam cerca de 5 a 9 mil toneladas métricas de açúcar por ano.

No período que se seguiu ao relato de Campos Moreno, a construção de engenhos começou novamente a acelerar-se. A expansão no período posterior a 1612 parece ter sido estimulada mais por uma inovação técnica do que por preços favoráveis. Na verdade, os preços europeus na década de 1620 eram instáveis, e os senhores de engenho não podiam contar com uma curva continuamente ascendente como haviam feito anteriormente. Em algum momento entre 1608 e 1612 foi introduzido ou desenvolvido no Brasil um novo método de construção de engenhos baseado num sistema de três rolos verticais. Embora ainda não esteja claro o efeito desse novo sistema sobre a produtividade, parece que a construção e operação dos novos engenhos era bem menos dispendiosa. O “engenho de três paus”, como era chamado, eliminou alguns dos processos anteriormente necessários e reduziu a complexidade da produção do açúcar. Essa inovação parece explicar a expansão um tanto surpreendente da indústria em face das condições instáveis do mercado³. Os engenhos mais antigos foram convertidos para o novo sistema e foram construídos muitos engenhos novos.

3. ANTÔNIO BARROS DE CASTRO, “Brasil, 1610: Mudanças Técnicas e Conflitos Sociais”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10(3): 679-712, dezembro de 1980.

O relatório de Pedro Cadena de Vilhasanti, de 1629 (Tabela 1, coluna 4)⁴, relacionou 150 engenhos em Pernambuco e 80 na Bahia, indicando uma taxa de crescimento entre 1612 e 1629 de 3,1 por cento e 2,8 por cento, respectivamente. Foi igualmente surpreendente o efeito da invenção sobre outras capitanias, como a Paraíba, onde o número de engenhos dobrou para 24 (4,3 por cento ao ano). As terras da baía de Guanabara em torno do Rio de Janeiro, onde antes a principal cultura fora a mandioca, estavam agora sendo devotadas também cada vez mais à cana-de-açúcar. Em 1629 havia na região 60 engenhos em operação, embora a maioria deles fosse aparentemente de pequeno porte. Na época da invasão de Pernambuco pelos holandeses, em 1630, havia aproximadamente 350 engenhos de açúcar em operação no Brasil (Tabela 1, coluna 4). Na verdade, o ano de 1630 marcou talvez o apogeu do regime de engenho, pois, embora o número dessas unidades devesse se expandir e os preços viessem ocasionalmente a recuperar-se no futuro, nunca mais os agricultores brasileiros estariam livres da competição estrangeira nem o açúcar brasileiro voltaria a ter a mesma hegemonia nos mercados do Atlântico. Tampouco a economia açucareira brasileira se libertaria dos problemas estruturais internos. O primeiro historiador do Brasil, frei Vicente do Salvador, havia se queixado em 1627 de que o engenho de três paus e a expansão que ele havia acarretado foram uma bênção confusa. Perguntava ele: “Mas que aproveita fazer-se tanto açúcar se a cópia lhe tira o valor, e dão tão pouco preço por ele que nem o custo se tira?”⁵. Era uma pergunta profética.

Qual era a quantidade de açúcar produzido? Assim como é difícil determinar com alguma certeza o número de engenhos, também não é fácil especificar seu tamanho ou sua capacidade de produção. Dizia-se que um pequeno engenho podia produzir de três a quatro mil arrobas (43 a 58 toneladas) por ano e uma grande unidade, entre dez a doze mil arrobas⁶. A produtividade num ano determinado dependia do clima, da precipitação pluvial, da administração e de fatores externos,

4. O relato anônimo de 1629, “Descripción de la provincia del Brasil”, publicado por FRÉDÉRIC MAURO em *Le Brésil au XVII^e siècle*, pp. 167-191, é igual ao que Pedro Cudena [sic] apresentou em 1634 ao conde-duque de Olivares. Cudena é, certamente, Pedro Cadena de Vilhasanti, Provedor-mor do Brasil. Seu relato é encontrado na bibliografia de MARTIN FRANZBACH publicada em *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* [JGSWGL], (1970), vol. VII, pp. 164-200.

5. FREI VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil*, 4. ed., São Paulo, 1965, cap. 47, p. 366.

6. A arroba portuguesa é igual a 14,5 kg. A não ser quando é indicado de outro modo, todos os pesos aqui estão apresentados em unidades métricas.

como, por exemplo, a interrupção do comércio marítimo. Assim, as estimativas feitas pelos observadores coloniais variam muito de um média de 160 toneladas por engenho na Bahia a 15 toneladas em Pernambuco. Segundo parece, a produção média brasileira por engenho diminuiu no final do século XVII devido à proliferação de unidades menores no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Além disso, a produtividade individual do engenho também parece ter declinado no século XVIII, embora não estejam muito claras as razões desse declínio. A Tabela 2, abaixo, apresenta várias estimativas de produtividade, entre as quais as de Israel da Costa em 1623, da Junta do Tabaco em 1702 e de Caldas em 1754 são dignas de nota por se basearem, não em estimativas, mas em contagens reais. A produção total brasileira cresceu de seis mil toneladas em 1580 para dez mil em 1610. Na década de 1620, fora alcançada uma capacidade produtiva de um a um milhão e meio de arrobas, embora essa nem sempre tenha sido realizada. Esses índices não parecem ter sido alterados até depois de 1750. Mesmo assim, algumas mudanças na estrutura da indústria complicam os cálculos da produção. É difícil estimar a produção de açúcar no Brasil holandês (1630-1654). Pernambuco e suas capitanias vizinhas tinham 166 engenhos em 1630, mas no final da década a guerra e a destruição haviam reduzido esse número para cerca de 120 em operação. A capacidade produtiva total do Brasil holandês, apesar dos esforços do governador João Maurício de Nassau para estimular a indústria, provavelmente nunca excedeu as 600 mil arrobas. As operações de guerra holandesas contra a Bahia destruíram engenhos, do mesmo modo que as campanhas militares e as operações de guerrilha no Brasil holandês após 1645 devastaram a economia do açúcar na região. Pernambuco levou mais de um século para recobrar-se da destruição dos engenhos, do gado e dos recursos de capital. No final do século XVII, os engenhos de Pernambuco eram em média menores que os da Bahia, que naquela época ainda era o principal produtor de açúcar do Brasil. Na década de 1670, todas as regiões brasileiras enfrentaram nova competição por parte da produção antilhana. Em 1710, quando André João Antonil publicou seu relato da produção açucareira do Brasil, estimou um total de menos de 18 500 toneladas, um número que está dentro da variação já atingida na década de 1620.

O engenho, a característica fundamental da vida brasileira, era uma combinação complexa de terra, habilidades técnicas, trabalho forçado, administração e capital. A produção de açúcar era uma atividade peculiar, porque combinava uma agricultura intensiva com um processo mecânico altamente técnico e semi-industrial. A necessidade de processar a cana no campo significava que cada engenho era ao mesmo tempo uma fábrica e uma fazenda, exigindo não

só uma grande força de trabalho agrícola para o plantio e a colheita da cana, como também um exército de ferreiros, carpinteiros, pedreiros especializados e técnicos que entendessem as complexidades e os mistérios do processo de fabricação do açúcar. Para compreender a organização social da colônia brasileira é essencial saber como o açúcar era transformado da cana a seu estado refinado.

Embora houvesse variações regionais nas estações e na intensidade do ciclo de produção do açúcar, o processo geral e a tecnologia eram os mesmos em todo o Brasil. Usaremos como exemplo o ciclo da Bahia. A cana-de-açúcar é uma planta perene e produz colheitas durante vários anos, embora a produção de garapa vá diminuindo gradativamente. Após o plantio, a cana, antes de ser cortada pela primeira vez, precisa de quinze a dezoito meses para amadurecer, mas após outros nove meses pode ser colhida novamente. Na Bahia, havia duas épocas de plantio. As lavouras novas plantadas em julho e agosto podiam ser cortadas entre outubro e novembro do ano seguinte. O segundo ciclo de plantio, no final de fevereiro e em março, deveria fornecer cana para a colheita de agosto e setembro próximos. A cultura da cana necessitava de três capinas durante o ciclo, uma tarefa onerosa realizada usualmente por grupos de 30 a 40 escravos. Determinar o tempo do plantio dos campos para assegurar uma oferta constante de cana durante a safra requeria muita habilidade e previsão.

O ciclo do açúcar no Brasil era determinado pela safra. Na Bahia, começava no final de julho e continuava até final de maio. Era uma época de intensa atividade, pois, para obter as produções mais elevadas de garapa, a cana tinha de ser cortada no momento certo, e, depois de cortada, tinha de ser processada rapidamente, do contrário secaria e a garapa azedaria. Durante a safra, o engenho fervia de atividade. Grupos de duas ou três dúzias de escravos eram colocados nos campos de cana aos pares, constituídos em geral de um homem e uma mulher. Cada par, chamado “foice”, devia cortar e amarrar uma cota de canas, que era expressa em “mãos e dedos”; dez canas em cada feixe, dez feixes em cada dedo e sete mãos ou 4 200 canas por dia a serem cortadas pelo homem e amarradas pela mulher⁷. As canas eram depois postas nos carros de boi, geralmente conduzidos por crianças ou escravos mais velhos, ou eram carregadas em barcos que as levavam até o engenho.

Os engenhos eram de dois tipos: os movidos por rodas d'água (*engenho real*) e os tocados por bois ou, mais raramente, por cavalos. O método original

7. Essa cota é fornecida em ANTONIL, *Cultura e Opulência*. Essas cotas estavam sujeitas a alteração de acordo com a época e o lugar.

TABELA 2 / ESTIMATIVAS DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR, 1591-1758

	Data	Região	Número de engenhos (em arrobas)	Total da produção (em arrobas)	Produção por engenho (arrobas)	(toneladas)
A	1591	Pernambuco	63	378 000	6 000	87
B	1610	Bahia	63	300 000	4 762	69
C	1614	Brasil	(192) ^a	700 000	3 646	53
D	1623	Pernambuco	119	544 072	4 824	70
E	1637	Brasil	(350) ^b	937 500	2 678	39
F	1637	Brasil	350	900 000	2 571	37
G	1675	Bahia	69 ^c	517 500	7 500	109
H	1702	Bahia/Sergipe	(249) ^d	507 697	2 039	30
I	1710	Brasil	528	1 295 700	2 454	36
		Bahia	146	507 500	3 476	51
		Pernambuco	246	403 500	1 750	26
		Rio de Janeiro	136	357 700	2 630	38
J	1751	Pernambuco	276	240 000	870	13
K	1755	Bahia	172	357 115	2 076	30
L	1758	Bahia	180	400 000	2 222	32

^a Número de engenhos do relatório de 1612 de Campos Moreno.

^b Número de engenhos de Pedro Cadena; ver fonte G.

^c O número de engenhos é obviamente muito pequeno.

^d O número de engenhos provavelmente é muito grande, pois foi listada a produção de todos os plantadores, inclusive aqueles que não possuíam engenhos.

Fontes: A. DOMINGOS DE ABREU E BRITO, *Um Inquérito à Vida Administrativa e Económica de Angola e do Brasil* (Coimbra, 1931); B. Padre Jácomo Monteiro, em LEITE, *HCIB*, vol. VIII, p. 404; C. Relatório de André Farto da Costa, Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) [AHU], Bahia, papéis avulsos, caixa 1a; D. JOSEPH ISRAEL DA COSTA, em *Revista do Museu do Açúcar*, 1: 25-36, 1968; E. Geraldo de Onízio, em SERAFIM LEITE (ed.), *Relação Diária do Cerco da Bahia* (Lisboa, 1941), p. 110; F. Pedro Caldena, em MAURO, *Lé Brésil au XVII^e siècle*, p. 170; G. FRANCISCO DE BRITO FREYRE, *História da Guerra Brasileira* (Lisboa, 1675), p. 75; H. ANTT, Junta do Tabaco, vários maços; I. ANDRÉ JOÃO ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* [1711] (ed. Andrée Mansuy; Paris, 1968), pp. 274-275; J. JOSÉ RIBEIRO JR., *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro* (São Paulo, 1976), pp. 67, 136-137; K. JOSÉ ANTONIO CALDAS, *Notícia Geral desta Capitania da Bahia* (Salvador, 1951), pp. 420-438; L. COELHO DE MELLO em *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* [ABNRJ], 31: 321, 1908.

de moagem utilizava grandes mós ou prensas, movidas por um sistema de roscas. Um avanço tecnológico importante foi a introdução, na primeira década do século XVII, de uma prensa de moagem composta de três rolos verticais, cobertos de metal e ensablados de maneira tal que podiam ser movimentados por uma grande roda movida a água ou por animais. O novo sistema de moagem era aparentemente de construção e operação mais baratas, especialmente no caso dos engenhos movidos a força animal. Essa inovação gerou uma proliferação de unidades e, não sendo mais tão essencial a energia hidráulica, os engenhos de açúcar se expandiram para zonas distantes dos cursos d'água. Tirando essa inovação, pouco mudou na tecnologia dos engenhos de açúcar até o final do século XVIII.

Durante a safra, o ritmo de trabalho era exaustivo. Os engenhos começavam a operar às quatro horas da tarde e continuavam até as dez horas da manhã seguinte, momento em que o equipamento era limpo e consertado. Após um descanso de quatro horas, o processo recomeçava. As mulheres escravas passavam as canas através dos rolos da prensa, que desse modo extraíam a garapa. Essa era depois transferida para uma série de caldeiras de cobre, onde era progressivamente fervida, escumada e purgada. Era uma das etapas mais delicadas do processo e dependia da habilidade e da experiência do mestre do açúcar e dos homens que cuidavam de cada caldeirão. A tarefa de alimentar as fornalhas sob os seis caldeirões era particularmente trabalhosa e às vezes atribuída, como castigo, aos escravos mais recalcitrantes e rebeldes.

Depois de esfriar, o xarope de cana era despejado em fôrmas cônicas de cerâmica, as quais eram colocadas em prateleiras na casa de purga. Lá, sob a direção do purgador, as mulheres escravas preparavam os potes de açúcar para drenar os melaços, que poderiam ser reprocessados para produzir açúcar de qualidade inferior ou destilados para a fabricação da cachaça. O açúcar remanescente na fôrma cristalizava e, depois de dois meses, era desenformado e colocado para secar numa grande plataforma elevada. Sob a supervisão de duas escravas, as “mães do balcão”, eram separados os pães de açúcar. O açúcar branco, de melhor qualidade, era separado do mais escuro, o *muscavado*, de qualidade inferior. No Brasil, os engenhos maiores em geral produziam duas a três vezes mais a quantidade de açúcar branco em relação ao mascavo. O açúcar era em seguida encaixotado sob o olhar atento do “caixeiro”, que também retirava o dízimo e, quando necessário, dividia o açúcar entre o engenho e os lavradores de cana. As caixas eram depois timbradas com marcas que indicavam o peso, a qualidade e a proce-

dência antes de serem transportadas por barco ou carro de boi para o porto marítimo mais próximo⁸.

A safra de oito a dez meses de duração era uma característica distintiva da indústria brasileira do açúcar e constituía sua grande vantagem. Registros do Engenho Sergipe do Conde na Bahia, de propriedade dos jesuítas, revelam que uma safra média durava cerca de 300 dias. Esse dado compara-se favoravelmente à média de 120 dias dos engenhos de açúcar da Jamaica no século XVIII. Havia, porém, constantes paradas por causa de domingos, dias santos, tempo ruim, avarias e falta de cana ou de lenha. Na safra de 1651 do Engenho Sergipe, de 310 dias, não foi moída cana em 86 dias: 56 por motivos religiosos, 12 para consertos e 18 por falta de cana⁹. A Figura 1 representa um ano de produção do Engenho Sergipe na Bahia, em 1650-1651, exemplificando os motivos das paradas sofridas. Cabe notar que, apesar das denúncias e advertências de vários religiosos, os donos de engenho leigos revelavam muito menos cuidado em guardar os domingos e dias santos. Assim, o ciclo do Engenho Sergipe representa um número mínimo de dias trabalhados. Finalmente, é oportuno lembrar que, apesar das onerosas interrupções, o engenho brasileiro desfrutava de um ambiente favorável para o cultivo da cana de açúcar e uma vantagem comparativa na duração de sua safra. Essas condições eram especialmente propícias ao uso da escravidão como forma de trabalho. O ciclo anual do açúcar brasileiro não tinha praticamente “período morto”, uma época em que se deixavam os escravos improficamente sem alguma ocupação útil. Era possível usar os escravos quase o ano inteiro, e o eram. Graças à extensão da safra, à natureza da mão-de-obra e ao ritmo do dia de trabalho, não é de admirar que a alta mortalidade escrava fosse uma característica constante da indústria brasileira do açúcar.

Mesmo esse breve esboço do processo de fabricação do açúcar torna claras a sua intensidade e complexidade. Levando em conta a tecnologia da época, as peculiaridades da produção de açúcar impunham um certo ritmo às operações que tornavam a safra um período ao mesmo tempo de trabalho exaustivo e de delicada precisão. A integração da seqüência de plantio, colheita, moagem, fervura e purga exigia um manejo especializado para evitar faltas ou excessos e assegurar um nível constante de produção. Eram necessários técnicos para construir e manter a maquinaria do engenho, e cada etapa do processo de fabricação do açúcar exigia pes-

8. O peso das caixas de açúcar variou segundo o período. No início do século XVII, o comum era 15-20 arrobas (220-290 kg). No século XVIII, o peso médio era estimado em 35-40 arrobas.

9. *Documentos para a História do Açúcar*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1954-1963; ver vol. II, pp. 495-532.

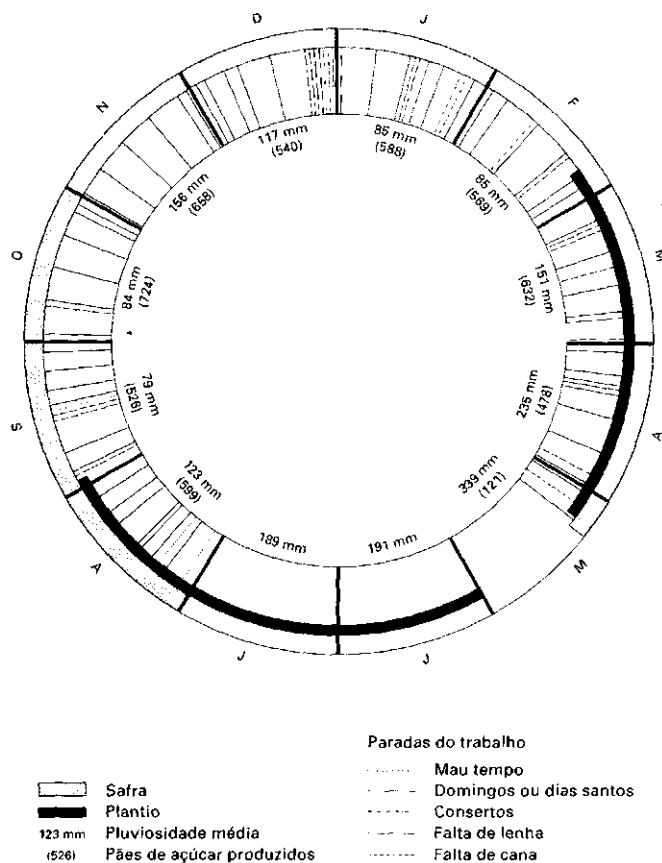


Fig. 1. Plantação de açúcar na Bahia: o ciclo agrícola (baseado na safra de 1650-1651 do Engenho Sergipe)

soal habilitado e experiente. Tendo em vista as incertezas da colheita, a construção e o abastecimento de um engenho demandavam um grande dispêndio de capital e recurso ao crédito. Os engenhos chegavam a empregar muitas vezes dez a vinte homens livres como artesãos, gerentes ou trabalhadores especializados. Os salários para esse pessoal podia montar a um quarto dos custos operacionais anuais do engenho. Grandes quantidades de lenha para as fornalhas e grande número de bois para a energia motriz eram outros itens constantes de despesa. Mas, quando os seus proprietários discutiam o custo operacional de um engenho, eram sobretudo

os escravos que lhes chamavam a atenção. Um engenho necessitava em média de 60 a 100 escravos, mas uma grande propriedade que produzisse mais de 100 toneladas métricas por ano podia ter 200 ou mais. Sobretudo, a natureza e a organização da força de trabalho do engenho determinavam o padrão da sociedade brasileira.

“São os escravos as propriedades mais sólidas do Brasil”, escreveu o governador Luís Vahia Monteiro em 1729, “e mede-se a riqueza de um homem pela quantidade maior ou menor de escravos que possui [...] pois muitas são as terras, mas só pode cuidar delas quem tem escravos”¹⁰. Por volta de 1580, a escravidão já estava firmemente estabelecida como principal força de trabalho na colônia. A expansão inicial da indústria do açúcar resultou do trabalho tanto do índio escravo quanto dos trabalhadores sob contrato recrutados nas aldeias controladas pelos jesuítas. Na década de 1560, a população índia foi devastada por uma série de epidemias. Daí em diante, o colapso demográfico, associado à pouca resistência física e à aversão do índio ao trabalho na lavoura, tornou o uso de escravos índios menos desejável para os agricultores portugueses. Além disso, sob pressão dos jesuítas, a coroa começou a insurgir-se contra a escravidão dos índios. A primeira proibição foi publicada em 1570 e, depois da União Peninsular, outras leis foram promulgadas em 1595 e em 1609. No entanto, embora não tenha eliminado totalmente a escravidão indígena, essa legislação, em conjunção com a alta mortalidade, a baixa produtividade e a resistência geral dos povos indígenas, tornou mais atraente ainda que mais cara a mão-de-obra africana aparentemente mais forte e mais fácil de controlar. Os portugueses já haviam feito uso de cativos africanos em seu próprio país e nas colônias de açúcar do Atlântico, Madeira e São Tomé. Alguns documentos mostram que os primeiros africanos introduzidos na indústria do açúcar já haviam sido treinados nas complexidades de sua fabricação e foram colocados nos postos mais especializados em que havia menor probabilidade para os senhores de engenho de perder por doenças o investimento em treinamento. Os europeus, via de regra, consideravam o valor do trabalho indígena inferior ao do africano, uma situação que acabou por refletir-se nos preços dos escravos índios, inferiores de um terço a um quarto ao dos africanos. Mesmo como trabalhadores livres, os índios recebiam remuneração inferior à dos negros e mulatos livres que realizavam tarefas análogas.

A transição do trabalho índio para o africano, apesar de estar em processo desde a década de 1570, foi lenta e não se concretizou totalmente, nas regiões de

¹⁰. *Publicações do Arquivo Nacional* (1915), vol. XV, pp. 364-365.

agricultura, antes da terceira década do século XVII. Em Pernambuco, onde em 1585 havia 66 engenhos, o padre Cardim registrou dois mil escravos africanos. Admitindo-se uma média de cem escravos por engenho, pode parecer que dois terços dos escravos ainda eram índios. Cardim também relatou que a Bahia tinha em seus engenhos cerca de três mil africanos e oito mil índios escravos e livres. No Engenho Sergipe, a transição pode ser vista com clareza. Em 1574, sua força de trabalho escrava era de apenas sete por cento de africanos, mas em 1591 chegou a 37 por cento de africanos e em 1638 era totalmente africana ou afro-brasileira.

Não existem estatísticas sobre o tráfico de escravos e dados sobre a população em geral para o período em discussão, de modo que fica difícil determinar o tamanho da população escrava. Atualmente as melhores estimativas calculam que, entre 1570 e 1630, foram importados cerca de quatro mil escravos por ano e que, por volta de 1600, havia na colônia um total de 13 a 15 mil cativos africanos. O índice das importações elevou-se para sete a oito mil por ano até 1680, quando o total da população escrava alcançou cerca de 150 mil. É provável que nas duas décadas seguintes as importações tenham declinado, até que a necessidade de escravos nas áreas de mineração de ouro voltou a criar enorme demanda. Na primeira metade do século XVIII, a Bahia recebeu cerca de cinco a oito mil escravos por ano. Entre 1734 e 1769, ingressaram no Rio de Janeiro, vindos somente de Luanda, 156 638 cativos. No século XVIII, os escravos constituíam cerca de metade da população das capitanias do Nordeste, mas nas regiões de produção de açúcar muitas vezes representavam entre 65 e 70 por cento dos habitantes.

Os números do tráfico escravo eram particularmente importantes no caso do Brasil, porque, segundo parece, o aumento natural da população escrava era negligenciável, se é que realmente ocorria. Taxas elevadas de mortalidade de bebês e adolescentes e um acentuado desequilíbrio sexual foram os principais fatores responsáveis por essa situação. Um levantamento dos escravos que trabalhavam na agricultura do Recôncavo Baiano revela uma proporção de dois homens para cada mulher¹¹. Esse desequilíbrio foi continuamente exacerbado pela tendência dentro do tráfico negreiro a favorecer os homens em relação às mulheres e os adultos em relação às crianças. Os agricultores brasileiros tornaram-se particularmente presos ao tráfico atlântico e tenderam a rejeitar o crescimento natural como alternativa viável, pois as taxas de mortalidade infantil

11. Esses dados e aqueles que seguem nesta seção baseiam-se em análise preliminar de 1740 escravos relacionados em inventários baianos de propriedades agrícolas entre 1689 e 1826, extraídos do Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador) [APB], seção judiciária.

eram altas e criar uma criança escrava por doze ou catorze anos até à maturidade era um investimento arriscado. Menos de 20 por cento da força de trabalho escrava tinha menos de 14 anos. O baixo índice de fertilidade e a alta taxa de mortalidade, estimados pelos senhores de engenho em 5 a 10 por cento ao ano, podiam ser compensados pelos altos preços do açúcar e pela pronta disponibilidade de peças de reposição por meio do tráfico de escravos. Durante toda a primeira metade do século XVII, é possível que um escravo produzisse em cerca de treze a dezesseis meses açúcar suficiente para recuperar seu custo original, e, mesmo depois do grande aumento do preço dos escravos após 1700, o valor de reposição podia ser ganho em 30 meses (ver Tabela 3)¹². As-

TABELA 3 / PRODUTIVIDADE DOS ESCRAVOS EM RELAÇÃO AO PREÇO ORIGINAL DE AQUISIÇÃO (R\$IS)

Data	1 Preço por arroba de açúcar branco	2 Preço por escravo do sexo masculino	3 Valor anual da produção dos escravos (col. 1 x 40) ^a	4 Valor mensal da produção dos escravos (col. 3 ÷ 12)	5 Tempo de reposição em meses (col. 2 ÷ col. 4)
1608	1\$080	30\$000	43\$200	3\$600	8,3
1622	556	29\$000	22\$290	1\$860	15,6
1635	812	39\$000	32\$749	2\$730	14,3
1650	1\$125	49\$000	45\$151	3\$760	13,0
1670	1\$177	45\$000	47\$080	3\$923	11,5
1680	1\$109	43\$000	44\$360	3\$696	11,6
1700 ^b	1\$600	80\$000	64\$800	5\$400	14,8
1710 ^c	1\$200	120\$000	48\$000	4\$000	30,0
1751 ^d	1\$400	140\$000	56\$000	4\$666	30,0

^a Estimativa de uma caixa de 40 arrobas por escravo, feita por José da Silva Lisboa (1780).

^b Os valores representam médias de 1698 a 1704.

^c Dados baseados em ANTONH, *Cultura e Opulência*.

^d AHU, Bahia, caixa 61 (relatório submetido à Mesa da Inspeção). Todos os outros dados são baseados em relatos do Engenho Sergipe, Bahia.

12. A Tabela 3 apresenta um cálculo da produtividade dos escravos na indústria do açúcar em relação ao preço original de aquisição de um trabalhador braçal do sexo masculino. Os cálculos se basearam exclusivamente no açúcar branco de preço mais alto, que na maioria dos engenhos brasileiros era produzido numa proporção de 2:1 ou 3:1 sobre o mascavo. Esse método de cálculo provavelmente reduz em um terço a estimativa de meses para a reposição. Atualmente, não é possível calcular os custos de manutenção de um escravo, embora um

sim, havia pouco incentivo para melhorar as condições de trabalho ou para mudar a maneira corrente de lidar com os escravos. Os engenhos consumiam escravos e o tráfico negroiro os repunha.

Finalmente, o modelo do tráfico de escravos tinha dois outros efeitos: um demográfico e outro cultural. Como a mortalidade parece ter sido particularmente elevada entre os escravos recém-chegados (*boçal*), os altos índices de importação, juntamente com o desequilíbrio sexual, tenderam a criar, durante a maior parte do período em discussão, um ciclo autoperpetuante de importação e mortalidade. Além disso, a chegada constante de negros escravizados tendeu a reforçar a cultura africana no Brasil. Houve variações regionais. O Rio de Janeiro, por exemplo, estava intimamente ligado a Angola e Benguela, enquanto a Bahia comerciava intensamente com Costa da Mina. Embora se saiba muita coisa sobre as tradições iorubas introduzidas no final do século XVIII, é mais difícil falar sobre os elementos culturais africanos trazidos pelos antigos escravos. Os senhores de engenho e administradores queixavam-se de modo geral de “feitiçaria”. No início do século XVIII foram relatados calundus, ou cerimônias de adivinhação acompanhadas por cantorias, por um observador, que lamentava que os senhores de engenho, para poder lidar com seus escravos, ignoravam esses ritos, e estes últimos então os passavam aos homens livres e mesmo aos brancos¹³.

Os escravos eram usados para todos os tipos de trabalho, mas a sua maioria eram empregados nas tarefas dos engenhos e nos canaviais. Eram trabalhadores braçais, *escravos de foice e enxada*, mas os dotados de habilidades artesanais e os que trabalhavam dentro da casa de engenho como caldeireiros eram muito mais valorizados pelos senhores. Os escravos domésticos, freqüentemente mulatos, eram protegidos, mas seu número era relativamente pequeno. Ocasionalmente, alguns escravos ocupavam cargos mais elevados, como condutores, por exemplo, ou (mais raramente) como mestres do açúcar. No levantamento feito na Bahia, mencionado acima, 54 por cento foram relacionados como escravos braçais, 13 por cento trabalhavam no engenho; 13 por cento eram escravos domésticos, 7 por cento artesãos; 10 por cento barqueiros e carreiros, enquanto

relatório de 1635 os determine em cerca de 2 mil-réis por ano por escravo. Como os escravos também produziam gêneros alimentícios que também não podem ser medidos, deixei fora da tabela tanto os custos de manutenção quanto a produção não-açucareira.

13. NUNO MARQUES PEREIRA, *Compendio Narrativo do Peregrino da América*, Lisboa, 1728, pp. 115-130.

os escravos que ocupavam funções administrativas constituíam apenas um por cento dos relacionados com ocupações. Os negros nascidos brasileiros (crioulos) e os mulatos eram preferidos como escravos domésticos, e os mulatos eram freqüentemente escolhidos para o treinamento artesanal.

A distribuição ocupacional da força de trabalho cativa reflete as hierarquias da sociedade escrava. Eram feitas distinções entre o boçal, recém-chegado da África, e o ladino, ou escravo aculturado. Além disso, era igualmente reconhecida uma hierarquia de cor na qual os mulatos recebiam um tratamento preferencial. As duas gradações de cor e de cultura cruzavam-se de maneira previsível, tendendo os africanos para uma extremidade de ambas as escalas, os mulatos para a outra, ficando os crioulos entre os dois. A preferência mostrada pelos mulatos, e suas primazias eram acompanhadas por preconceitos contra eles por serem inconstantes, dissimulados e “presunçosos”. Essas hierarquias de cor e de cultura foram, evidentemente, criadas pelos senhores, e é difícil saber até que ponto eram aceitas pelos próprios escravos; mas a rivalidade entre os africanos e os crioulos nas unidades de milícia e a existência de irmandades baseadas na cor ou na “nacionalidade” africana indicam que essas distinções foram mantidas pela população de raça negra.

Nas duas últimas décadas, os estudiosos enterraram até certo ponto o mito outrora popular da natureza benigna da escravidão brasileira. A maioria dos observadores contemporâneos comentaram que a comida, a roupa e o castigo foram os elementos essenciais no tratamento dos cativos. Ao que parece, houve porções generosas do último, mas as provisões oferecidas aos escravos nas zonas agrícolas eram mínimas. Apesar dos esforços consideráveis para converter os escravos ao catolicismo e para fazê-los participar dos sacramentos da Igreja, a realidade parece ter sido totalmente diferente. Altas taxas de ilegitimidade entre a população escrava e baixos índices de natalidade indicam que o casamento legal era raro. Em vez de considerarem os escravos como membros de uma família extensa, parece que o que predominava era uma hostilidade natural nascida da reação senhor-escravo. O administrador do Engenho Santana, de Ilhéus, queixava-se de que os 178 escravos que se achavam sob seu cuidado eram “em sua grande maioria malvados, ladrões e inimigos”¹⁴. O contraponto da vida na lavoura era formado pelas exigências do senhor e pela recalcitrância do escravo — expressa na fuga, na simulação de doença para evitar o trabalho, nas queixas e às vezes na violência. Os senhores bajulavam e ameaçavam, usando tanto castigos

14. ANTT, Cartório dos Jesuítas, maço 15, n. 23.

quanto prêmios para estimular o esforço. Aos escravos que trabalhavam no engenho de açúcar, para serem convencidos a cooperar, eram dadas garapa ou cachaça, provisões extras, “presentes” ou mesmo a promessa de eventual alforria. A declaração seguinte, feita por um administrador de engenho na década de 1720, descreve vividamente a estrutura da escravidão na agricultura brasileira e a capacidade de manobra dos escravos em sua posição subordinada:

a duração de sua tarefa não supera cinco horas por dia e é muito menor na entressafra. É a turba que realiza as coisas, assim como num formigueiro. E quando os repreendo e cito o exemplo dos brancos e de seus escravos que trabalham bem, replicam que os brancos trabalham e ganham dinheiro, ao passo que eles não ganham nada, e os escravos daqueles brancos trabalham porque recebem roupas e alimentos bastantes [...]. Às vezes precisamos ir aos alojamentos duas ou três vezes por dia para pôr para fora [...] aqueles que estão apenas se fingindo doentes. Deus sabe o que sofri por não recorrer a castigos para evitar os fugitivos. E quando me queixo, eles apontam para o seu estômago e dizem: “f. o estômago que move o boi”, dando-me a entender que não os alimento. É um castigo eu ter sido enviado para um engenho desses¹⁵.

O número de reações à condição de escravidão era limitado e variavam da aquiescência à rebelião. A forma mais comum de resistência era a fuga, endêmica nas regiões agrícolas. Os inventários das propriedades quase sempre relacionam um ou dois escravos que haviam escapado. Para caçar os fugitivos os senhores de engenho contratavam “capitães-do-mato”, eles próprios muitas vezes negros libertos. Em 1612, foram estabelecidos capitães-do-mato nas oito paróquias de Pernambuco para controlar os escravos, e em 1625 o conselho da cidade de Salvador fixou preços para a captura de escravos fugitivos. Quando podiam, os próprios fugitivos formavam no exílio suas comunidades (mocambos ou quilombos), em regiões inacessíveis. Em geral, de tamanho reduzido (menos de cem pessoas), elas sobreviviam mediante uma combinação de agricultura de subsistência e incursões hostis. Eram organizadas expedições para destruí-las, chefiadas pelos capitães-do-mato no comando de ajudantes índios. Apesar da vida curta da maioria dos mocambos, de modo geral alguns fugitivos conseguiam escapar à recaptura e criavam uma nova comunidade.

No período em discussão, a comunidade de fugitivos mais importante foi o grande grupo de aldeias localizado na atual Alagoas e conhecido coletivamente pelo nome de Palmares. Supõe-se que os primeiros mocambos dessa região fo-

15. JERÔNIMO DA GAMA (Ilhéus, 1753), ANTT, Cartório dos Jesuítas, maço 54, n. 55.

ram formados em torno de 1605 e o número de seus habitantes aumentou durante a invasão holandesa de Pernambuco. Periodicamente, as autoridades portuguesas e holandesas enviaram expedições para destruir Palmares, mas todas elas fracassaram. Na década de 1670, calculava-se que o número de escravos fugitivos em Palmares excedia 20 mil, número provavelmente exagerado, pois era superior ao total dos escravos existentes nos engenhos de Pernambuco. Apesar disso, todos os relatos afirmam que Palmares era uma enorme comunidade, com milhares de escravos fugitivos e várias aldeias e pelo menos duas vilas principais, designadas na época pelo termo quimbundo *quilombo* (*ki-lombo*). Importantes expedições punitivas portuguesas foram realizadas em 1676-1677, sob o comando de Fernão Carilho, seguidas em 1678 por negociações infrutíferas. Após uma defesa heróica em 1695, o quilombo de Palmares foi finalmente destruído e seus líderes, executados. Mas os quilombos eram duros de morrer e em 1746 ainda havia escravos e índios congregados em Palmares¹⁶.

O outro canal de saída importante da escravidão era a alforria. As tradições ibéricas da escravidão forneceram alguma base para o fenômeno da alforria voluntária. Eram escolhidos para receber o prêmio da alforria os escravos que haviam prestado serviço por muito tempo ou as crianças criadas na casa do senhor. Foi igualmente importante o processo de auto-aquisição da alforria, em que os escravos levantavam fundos para comprar sua própria liberdade. Um estudo das cartas de alforria na Bahia, expedidas de 1684 a 1745, revela que eram libertas duas vezes mais mulheres que homens¹⁷. As melhores oportunidades de liberdade para os homens ainda eram na infância. Em relação ao seu número na população, os escravos crioulos e mulatos eram alforriados com muito mais frequência do que os africanos. No século XVIII, a proporção dos que compravam sua liberdade em comparação com os alforriados voluntários aumentou tanto que na década de 1740 os números das duas formas de alforria eram quase iguais. O grande número de alforrias compradas, assim como o fato de cerca de 20 por cento das cartas serem concedidas condicionalmente, na dependência de um serviço adicional do escravo, devem até certo ponto descreditar os argumentos levantados algumas vezes sobre os aspectos humanitários da alforria no Brasil.

Os padrões de alforria mais uma vez revelam as hierarquias de cor e de a-

16. AHU, papéis avulsos [PA], Alagoas, caixa 2 (2 de agosto de 1746).

17. STUART B. SCHWARTZ, "The manumission of slaves in colonial Brazil: Bahia, 1684-1745", *Hispanic American Historical Review* [HAHR], 54 (4): 603-635, nov. 1974.

culturação que caracterizam outros aspectos da escravidão brasileira. Como grupo, os mulatos eram o menor setor da população escrava, mas na alforria eram particularmente favorecidos. Seguiam-se os negros nascidos no Brasil e, nesse período, os africanos vinham por último, recebendo o menor número de cartas de alforria, embora compusessem o maior segmento da população escrava. O processo de alforria era em si mesmo uma mistura complexa de imperativos religiosos e culturais e considerações econômicas ibéricas, mas é claro que, quanto mais aculturado o escravo e mais clara a sua cor, maiores eram suas chances de obter a liberdade. No curso do século XVII, as alforrias começaram lentamente a produzir uma classe de homens livres, ex-escravos, que desempenhavam uma série de papéis inferiores e intermediários na vida econômica brasileira. O padrão de libertação de mulheres e crianças também tendia a aumentar a capacidade reprodutiva da população livre de raça negra, embora esgotasse essa capacidade entre a população escrava, aduzindo desse modo outra razão para a taxa de crescimento natural negativo da população escrava brasileira.

Como os engenhos constituíam o âmago da economia da colônia, não surpreende que os senhores de engenho exercessem considerável poder social, econômico e político. Embora alguns nobres de Portugal, como o Duque de Monsanto, possuíssem engenhos no Brasil, não os administravam pessoalmente e se contentavam em confiá-los a agentes e supervisores na colônia. A maioria das primeiras sesmarias foram concedidas a cidadãos plebeus que haviam participado da conquista e da colonização da costa. Por isso, via de regra, a classe dos senhores de engenho não era de origem nobre, mas composta de cidadãos que viam no açúcar um meio de enriquecer e aumentar sua mobilidade. Dizia-se que, no Brasil, o título de senhor de engenho correspondia ao de conde em Portugal, e os senhores de engenho brasileiros tentaram desempenhar esse papel. Sua riqueza e luxo atraíam a atenção dos visitantes. E embora também fizessem uma grande ostentação de devoção e alguns mantivessem em seus engenhos capelões em tempo integral, os observadores eclesiásticos em geral não ficaram impressionados. Escreveu o padre Manoel da Nóbrega: “esta gente do Brasil não tem mais conta que com seus engenhos e ter fazenda, ainda que seja com perdição das almas de todo o mundo”¹⁸.

O esforço para adquirir posição social e seu reconhecimento por meio dos símbolos tradicionais de nobreza – títulos, filiação a ordens militares e morga-

dios – devem ser considerados uma marca predominante da classe dos proprietários rurais. Um relatório do governo, de 1591, sugeria que as aspirações dos senhores de engenho poderiam ser manipuladas com vistas a objetivos reais, visto serem “tão bem dotados de riquezas e tão carentes em termos de privilégios e honras de fidalguia, nobreza e pensões”. Os genealogistas do século XVIII se esforçam constantemente para apagar a distinção entre as famílias de origem e linhagem nobre e aquelas que reivindicam uma posição social elevada com base apenas na longevidade ou no sucesso. Em obras como a do pernambucano Borges da Fonseca, as famílias dos senhores de engenho tornam-se “nobres” por “antiguidade”, e mesmo as origens indígenas são justificadas¹⁹. Podia-se dizer que uma família como os Monteiro “se mantivera pura e encontrava-se hoje com nobreza suficiente”. Na verdade, apesar da considerável influência que tinha na colônia a classe dos senhores de engenho brasileiros, não se tornou uma nobreza hereditária; não lhe foram outorgados títulos, foram-lhes concedidos morgadios somente em alguns casos, e não lhes foram concedidas com frequência ordens militares. Os senhores de engenho eram uma aristocracia colonial, invariavelmente brancos ou aceitos como tal, favorecidos e poderosos no âmbito local, mas não uma nobreza hereditária. Carecendo dos privilégios e das isenções tradicionais de uma propriedade hereditária, os senhores de engenho eram relativamente fracos em seu acesso ao poder real.

A historiografia tradicional do Brasil colonial tendeu a envolver a classe dos senhores de engenho com uma pátina romântica que dificulta a percepção de suas características sociais. Os genealogistas que enfatizam a antiguidade de importantes famílias de proprietários rurais projetaram uma impressão falsa de estabilidade entre a sua classe. Na verdade, a indústria do açúcar criou uma classe de senhores de engenho extremamente volátil, na qual os engenhos mudavam constantemente de mãos e sua história era muito mais de fracassos do que de sucessos. Com efeito, a estabilidade era propiciada pelos próprios engenhos, pois os mesmos nomes de engenhos e de propriedades aparecem continuamente durante centenas de anos. Os proprietários e suas famílias pareciam ser bem menos estáveis. Uma ênfase indevida nas poucas famílias dominantes que sobreviveram às vicissitudes da economia colonial obscureceu esse ponto.

Na realidade, tem havido pouca pesquisa séria sobre os senhores de engenho como grupo social. A importante exceção é um estudo detalhado de 80 se-

19. ANTÔNIO JOSÉ VICTORIANO BORGES DA FONSECA, “Nobiliarchia pernambucana”, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* [ABNR], 47 (1925) e 48 (1926) (Rio de Janeiro, 1935), I: 462.

nhores de engenho baianos no período entre 1680 e 1725²⁰. Um século ou mais após o instalação da indústria, quase 60 por cento desses proprietários eram imigrantes ou filhos de imigrantes, um padrão que indica considerável mobilidade e fluxo na classe dos senhores de engenho. Embora as grandes famílias, como Aragão, Muniz Barreto ou Argolo, fossem brasileiros de terceira ou quinta geração, os padrões de comportamento permitiam o ingresso de imigrantes. O comerciante português que adquiria um engenho e se casava (ele próprio ou seu filho) com a filha de um senhor de engenho brasileiro era um fenômeno comum. Apesar da tendência das antigas famílias a casar-se entre si, sempre havia espaço para gêneros comerciantes com acesso ao capital ou para juizes da alta corte e advogados que trouxessem prestígio, nome de família e influência política. Obviamente, o casamento arranjado era um elemento fundamental na estratégia do sucesso familiar.

O modelo comum parece ter sido os senhores de engenho viverem em suas propriedades. Na verdade, alguns autores têm sugerido que a ausência de absentéismo foi uma característica importante no desenvolvimento de uma relação patriarcal entre amos e escravos. É verdade que os senhores de engenho brasileiros moravam na casa-grande, mas a maioria dos engenhos da Bahia e muitos de Pernambuco estavam muito próximos das cidades portuárias, possibilitando um intercâmbio e movimento constantes entre o engenho e a cidade. Muitos senhores de engenho tinham residências urbanas e faziam seus negócios pessoalmente na cidade. A posse de mais de um engenho não era incomum e alguns pertenciam a instituições religiosas e eram administrados por capatazes. Desse modo, o quadro da família do senhor de engenho residente em sua propriedade deve ter-se modificado um pouco. Tampouco os senhores de engenho assemelhavam-se aos barões feudais que viviam isolados, cercados por seus escravos e servidores e pouco interessados no mundo exterior. Era comum o senhor de engenho investir em fazendas de gado, em navios mercantes e propriedades urbanas, e muitas vezes um comerciante que adquirira um engenho de açúcar prosseguia em suas atividades comerciais. A última cotação no mercado de açúcar de Lisboa ou de Amsterdã suscitava constante interesse. Um vice-rei do século XVIII, com saudade dos salões da Europa, queixava-se de que

20. RAE FLORY, *Bahian society in the mid-colonial period: The sugar planters, tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*, Ph.D. thesis, University of Texas, 1978.

O período coberto por esse estudo foi uma época de crise e, por isso, os dados devem ser usados com cuidado, mas permanece sendo o único estudo até agora.

a única conversa que se ouvia no Brasil era sobre as perspectivas da safra no próximo ano.

Desde as suas origens, a indústria açucareira do Brasil esteve na dependência de um segundo grupo de lavradores que não possuíam seus próprios engenhos, mas forneciam cana para os de outros. Esses lavradores de cana constituíam uma camada distintiva na sociedade colonial, partícipes no setor do açúcar e orgulhosos de seu título de “lavrador de cana”, embora em freqüente disputa com os senhores de engenho. No século XVII havia talvez, em média, quatro a sete lavradores de cana para cada engenho, os quais forneciam cana sob vários acordos comerciais. Os mais privilegiados eram aqueles que possuíam títulos quitados e desembaraçados de sua própria terra e, assim, podiam negociar o melhor contrato de moagem. Na época de escassez de cana, esses lavradores eram muito adulados pelos senhores de engenho, que no intuito de garantir a oferta de cana se dispunham a lhes emprestar escravos ou bois ou a lhes fornecer lenha. Muitos produtores, porém, trabalhavam “partidos da cana”, que é a terra “obrigada” a determinado engenho. Esses lavradores de cana “obrigada” tanto podiam ser meeiros que trabalhavam nas terras do engenho numa base de participação, quanto arrendatários, ou ainda aqueles que possuíam terra mas cuja colheita fora dada em garantia em troca de dinheiro ou de crédito. As disposições contratuais variaram de lugar para lugar e em diferentes épocas, mas a divisão-padrão era metade do açúcar branco e do mascavo para o engenho e metade para o lavrador, cabendo ao engenho todos os produtos secundários. Além disso, aqueles que tinham “cana obrigada” pagavam um renda na forma de uma porcentagem de sua metade do açúcar. Essa também variava de um terço até um vigésimo, dependendo da época e do lugar, mas os senhores de engenho preferiam arrendar suas melhores terras a lavradores de recursos consideráveis, que pudessem aceitar o compromisso de um terço. Os contratos eram feitos em geral por um período de nove ou dezoito anos, mas às vezes o compromisso de venda de uma parcela valia “enquanto durasse o mundo”.

Na teoria, a relação entre o lavrador de cana e o senhor de engenho era recíproca, mas a maioria dos observadores coloniais reconheciam que o poder supremo estava usualmente nas mãos do senhor. O lavrador aceitava a obrigação de fornecer cana a um determinado engenho, pagando os prejuízos se fosse entregue a outro. O senhor de engenho prometia processar a cana na época adequada, tantas tarefas por semana. Embora esses arranjos assumissem às vezes a forma de contratos escritos (especialmente quando fazia parte de vendas

ou de empréstimos), eram verbais na maioria das vezes. O poder supremo estava em geral nas mãos do dono do engenho, que podia destruir um lavrador, recusar-se a pagar melhorias na terra, apresentar uma medida falsa do açúcar produzido ou, pior ainda, recusar-se a processar a cana na época adequada e arruinar todo um ano de trabalho. Essa relação desigual gerava muita tensão entre os donos de engenho e os lavradores de cana.

No plano social, os lavradores de cana eram oriundos de um espectro que era economicamente amplo, mas racialmente estreito. Entre eles encontravam-se homens humildes com dois ou três escravos ou agricultores ricos com vinte ou trinta escravos. Entre os lavradores de cana podiam-se encontrar comerciantes, profissionais urbanos, homens de altas patentes militares ou com pretensões a títulos de nobreza – pessoas em todos os aspectos semelhantes à classe dos senhores de engenho, tanto em sua origem quanto em seu passado; mas juntamente com eles estavam aqueles cujos recursos se exauriam com o cultivo de alguns hectares de cana. Assim, mais uma vez, como aconteceu com os senhores de engenho, era comum uma certa instabilidade na população agrária, pois algumas pessoas aproveitavam sua chance, plantavam algumas tarefas e fracassavam. Em dezoito safras do Engenho Sergipe entre 1622 e 1652 quase 60 por cento dos 128 lavradores apareciam em menos de três colheitas. Nesse período, porém, os lavradores de cana eram quase sem exceção brancos europeus ou nascidos no Brasil. Poucas pessoas de cor conseguiam superar as desvantagens do nascimento ou o preconceito dos credores contra os pardos e penetrar na classe dos lavradores de cana. Em suma, esses eram “proto-senhores de engenho”, muitas vezes da mesma origem social que eles, mas que não possuíam capital nem crédito para construir um engenho. O valor de uma fazenda média de cana era talvez um quinto do do engenho médio, certamente um reflexo da riqueza relativa dos dois grupos.

A existência de uma ampla classe de lavradores de cana diferenciou a economia açucareira do Brasil colonial da das Índias espanholas ou das ilhas inglesas e francesas das Antilhas. Nos estágios iniciais da indústria isso significou que os ônus e os riscos da indústria do açúcar eram amplamente distribuídos. Também significou que a estrutura da propriedade de escravos era complexa, pois grandes contingentes de escravos viviam em unidades de seis e dez, em lugar das centenas dos grandes engenhos. Documentos do final do período colonial sugerem que talvez um terço dos escravos que trabalhavam na indústria açucareira pertenciam aos lavradores de cana. Finalmente, a existência dos lavradores de cana somou-se aos problemas do Brasil colonial quando a eco-

nomia do açúcar enfrentou períodos difíceis no final do século XVII. Várias tentativas foram feitas para limitar a construção de novos engenhos, mas muitos perceberam que a limitação da oportunidade de os lavradores se tornarem senhores de engenho era mais prejudicial à saúde da indústria que a proliferação dos engenhos. Todos sentiram que para atrair os plantadores de cana a indústria precisava manter pelo menos a esperança de mobilidade social, ainda que o aumento da produção tivesse um efeito negativo sobre o preço do açúcar, já em queda por causa da concorrência estrangeira.

Apesar dos antagonismos naturais entre os senhores de engenho e os lavradores de cana, podemos considerar melhor esses dois grupos como substratos da mesma classe, que são diferenciados sobretudo pela riqueza, mas compartilham uma origem, aspirações e atitudes comuns. Os conflitos entre eles poderiam ser amargos, mas juntos os dois grupos constituíam um setor de açúcar com interesses análogos em matéria de tributação, política comercial e relações com outros grupos, e ambos desfrutavam das mais elevadas posições políticas e sociais na colônia, dominavam os conselhos das cidades, as irmandades leigas de prestígio e os postos da milícia.

Ocupavam uma posição social bastante inferior à dos brancos e dos negros livres que executavam uma série de tarefas na fazenda como trabalhadores assalariados. Os registros do século XVII raramente falam de agricultores presos à fazenda, os “agregados” ou “moradores”, muito comuns no século XVIII, mas os engenhos empregavam regularmente lenhadores, barqueiros, carpinteiros, pedreiros e outros artesãos. Havia, na verdade, dois tipos de empregados nas fazendas: aqueles que recebiam um salário anual (soldada) e aqueles que recebiam um salário diário ou por tarefa realizada. O primeiro em geral compreendia o mestre do açúcar, o caixeiro, os capatazes, os barqueiros e às vezes os caldeiros. Os carpinteiros, os pedreiros e os lenhadores eram empregados quando necessários. Mais uma vez, dos registros emergem hierarquias de cor e de raça. Nesse caso, os índios, não importa quais fossem as suas ocupações, recebiam invariavelmente uma remuneração menor que a dos brancos ou negros livres que realizavam tarefas semelhantes. Além disso, os índios eram quase sempre contratados por tarefa ou por mês e pagos de preferência em espécie, em vez de dinheiro, indícios de que não estavam totalmente integrados a um mercado europeu de trabalho assalariado. As ocupações dos artesãos constituíam uma área em que os negros livres podiam esperar encontrar alguma oportunidade de avanço. Mas, como em outras atividades produtivas, os artesãos dos engenhos possuíam muitas vezes seus próprios escravos.

Apesar de uma historiografia que tem enfatizado os aspectos senhoriais da classe dos donos de engenho, a produção de açúcar era um negócio preocupado grandemente com lucros e perdas. Pelos padrões contemporâneos, a instalação de um engenho era uma operação cara. Em meados do século XVII, o investimento de capital necessário para instalar um engenho médio era de cerca de 15 contos de réis (15 milhares de mil-réis). As terras eram adquiridas por concessões de sesmaria ou por compra, mas nessa época a terra não parece ter sido o fator mais importante da produção, pois as transações e os testamentos raramente especificavam sua extensão ou valor. Dedicava-se muito maior atenção à identificação e avaliação da força de trabalho. Em 1751, foi estimado que os escravos eram o fator de produção mais caro, constituindo 36 por cento do valor total de um engenho de açúcar. A terra foi avaliada em 19 por cento, o gado em 4 por cento, as construções em 18 por cento e a maquinaria em 23 por cento. Os custos operacionais anuais eram elevados e, mais uma vez, a mão-de-obra encabeçava a lista. Os salários dos trabalhadores livres foram calculados em 23 por cento do total dos custos anuais, a manutenção dos escravos em 16 por cento e a sua reposição em 19 por cento, para uma perda estimada de 10 por cento da força de trabalho escravo por ano²¹. Os custos relacionados com a mão-de-obra correspondiam, portanto, a quase 60 por cento dos gastos anuais. A lenha era outro item importante das despesas, situado entre 12 e 21 por cento dos custos, dependendo da sua disponibilidade e da localização da fazenda. Dispondo-se de tão poucos registros do engenho, é difícil estabelecer a lucratividade da indústria, a não ser em termos gerais. Os primeiros observadores do Brasil sempre teceram comentários sobre a opulência e o luxo da classe dos grandes proprietários rurais, embora eles próprios estivessem buscando continuamente, sob a alegação de pobreza, isenção de impostos ou uma moratória sobre os pagamentos das dívidas.

O crédito e o capital para a instalação e operação dos engenhos provinham de várias fontes. No século XVI, a Europa parece ter feito algum investimento direto na indústria açucareira do Brasil, mas há poucos testemunhos disso no século XVII. Poderíamos denominar um método de levantamento de fundos para investimento num engenho de açúcar de modelo "Robinson Crusoe", pois o he-

21. Câmara de Salvador para a coroa, AHU/PA/Bahia, caixa 61 (1751). Cf. FRÉDÉRIC MAURO, "Contabilidade Teórica e Contabilidade Prática no Século XVII", *Nova História e Novo Mundo*, São Paulo, 1969, pp. 135-148.

rói de Defoe o praticou durante sua estada na Bahia (1655-169?) e foi relatado também por outras fontes. Foi o cultivo da mandioca, do fumo ou de alguma outra cultura, na esperança de acumular com um comerciante local capital ou crédito suficiente que permitisse a construção de um engenho de açúcar. Provavelmente, as melhores oportunidades de adoção dessa prática seriam encontradas no plantio de cana-de-açúcar para ser processada no engenho de outro. Os empréstimos vinham de várias instituições religiosas, como a generosa irmandade da Misericórdia e as Ordens Terceiras de São Francisco e de Santo Antônio. A taxa de juros cobrada por essas instituições foi fixada em 6,25 por cento por lei canônica e civil; assim, seus empréstimos tendiam a ser contratos de baixo rendimento e baixo risco, celebrados com membros da elite colonial, muitos dos quais filiados a esses organismos. Esses emprestadores institucionais preferiam a indústria do açúcar. Em 1694, os 90 empréstimos da Misericórdia de Salvador garantidos por hipotecas das propriedades agrícolas compreendiam 24 sobre engenhos e 47 sobre lavouras de cana. Suspeita-se que os emprestadores institucionais preferiam fazer empréstimos para a despesa de capital original na instalação de um engenho ou de uma lavoura de cana, mas os empréstimos para cobrir as despesas de funcionamento eram de obtenção muito mais difícil.

Para os custos operacionais, e para aqueles que não podiam recorrer às fontes de crédito institucional, a alternativa seguinte eram os emprestadores privados, sobretudo os comerciantes. Embora igualmente contidos por leis contra a usura, os comerciantes encontraram meios de obter taxas de juros muito mais altas, muitas vezes emprestando recursos contra uma colheita futura a um preço predeterminado. Outras fontes de crédito eram os profissionais urbanos ou outros senhores de engenho, mas o estudo dos engenhos da Bahia entre 1680 e 1725 indica que quase a metade do dinheiro emprestado provinha das instituições religiosas e outro quarto dos comerciantes²². Apesar da fusão social entre senhores de engenho e comerciantes, a relação devedor-credor criava antagonismo e tensão entre eles e em muitas circunstâncias levava-os a tomar atitudes hostis – poder-se-ia dizer de classe – de um para com o outro.

A longo prazo, as questões de finanças e de lucratividade não podem ser examinadas em termos estáticos. Os acontecimentos políticos internacionais, o preço do açúcar e as condições locais da colônia, todos esses fatores produziam padrões variáveis de lucro e perda. Pode-se dizer de modo geral que, durante a maior parte do período em discussão, o Brasil defrontou-se com custos cres-

22. FLORY, "Bahian society", pp. 71-75.

centes e preços declinantes para o seu açúcar. O custo ascendente dos escravos, que, como vimos, era um item importante das despesas, assinalou aos senhores de engenho o problema que enfrentavam. Podemos efetuar o mesmo cálculo que eles fizeram: quanto custava de açúcar para repor um escravo? A resposta apresentada na Tabela 3, acima, mostra que em 1710 eram precisas quatro vezes a quantidade necessária em 1608.

Foi nas docas de Amsterdã, Londres, Hamburgo e Gênova que se determinou o sucesso final da economia açucareira brasileira. O preço europeu do açúcar subiu muito durante toda a segunda metade do século XVI. Após uma ligeira queda na década de 1610, os níveis de preço voltaram a subir na década de 1620, devido em parte à interrupção da oferta de açúcar à Europa causada pelos ataques dos holandeses ao Brasil e pelas perdas sofridas pela frota portuguesa. Em 1621, com o fim da Trégua dos Doze Anos entre a Espanha e as Províncias Unidas, o Brasil tornou-se o principal alvo de ataque, e de 1630 a 1654 os holandeses ocuparam a maior parte do Nordeste brasileiro, metade da colônia, incluindo Pernambuco, a principal capitania produtora de açúcar. Esse continuou a ser produzido nessa região por agricultores luso-brasileiros, mas a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais começou a cobrar os empréstimos que concedera às pessoas que haviam adquirido engenhos durante o domínio holandês. A rebelião luso-brasileira, que irrompeu em 1645, foi em parte uma reação à queda do preço do açúcar e aos apertos em que se encontravam os senhores de engenho. Durante a guerra, entre 1645 e 1654, a produção no Brasil foi interrompida; enquanto o preço do açúcar subia na bolsa de Amsterdã, caía no Brasil.

O período holandês foi, em termos de desenvolvimento social e político do Nordeste, um hiato histórico. Após os 30 anos de domínio holandês, restaram poucos vestígios tangíveis de sua presença. Em termos econômicos mais amplos, porém, o lugar do Brasil dentro do sistema atlântico nunca mais foi o mesmo, nem a concentração regional dos recursos econômicos na colônia seria novamente o que fora antes de 1630.

Primeiro, a destruição e a interrupção causadas pelas lutas prejudicou seriamente a produção e a exportação do açúcar. A tomada de Salvador em 1624 resultou na perda de grande parte de duas safras e na captura de muitos navios. Perdas semelhantes resultaram das expedições enviadas à Bahia em 1627 e em 1638. O ataque holandês ao Recôncavo em 1648 provocou a destruição de 23 engenhos e a perda de 1 500 caixas de açúcar. Durante a guerra, a frota portuguesa foi dizimada: entre 1630 e 1636 foram perdidos 199 navios, um número

estarrecedor, exceto quando comparado aos 220 navios perdidos entre 1647 e 1648. Após o início da revolta luso-brasileira de 1645, como se podia esperar, ambos os lados incendiaram engenhos e canaviais.

Nas capitanias sob domínio holandês, o confisco da propriedade e a fuga dos proprietários significaram a inativação (*fogo morto*) de 65 dos 149 engenhos em 1637. Durante a revolta de 1645-1654, um terço dos engenhos estavam desativados. Enquanto, em torno de 1650, a capacidade estimada de Pernambuco era de cerca de 25 mil caixas, a capitania produzia agora apenas seis mil. Os senhores de engenho de Pernambuco fugiram para o sul, para a Bahia ou mesmo para o Rio de Janeiro, levando consigo escravos e capital. Depois de 1630, a Bahia passou a ser, em lugar de Pernambuco, a capitania com o maior número de escravos e o centro da economia açucareira controlada por portugueses. A economia açucareira do Rio de Janeiro caracterizou-se por unidades menores, que muitas vezes preferiam produzir cachaça para exportação. Na década de 1670, estava se expandindo rumo ao norte, para a região de Campos de Goitacazes.

Enquanto a economia açucareira de Pernambuco sofria bastante na década de 1640, a Bahia e suas capitanias vizinhas não desfrutavam da nova liderança sem problemas. A produção brasileira de açúcar começou a estabilizar-se na década de 1620, e as guerras do decênio seguinte apenas intensificaram um processo já iniciado. Durante a ocupação do Nordeste pelos holandeses, a coroa portuguesa procurou gerar recursos para financiar a guerra e suas necessidades de defesa, mas descobriu que a redução da produção brasileira de açúcar estava dificultando ainda mais esse processo. Sua reação foi tributar a produção açucareira e incrementar ainda mais o comércio. Em 1631, foi imposta uma taxa de um cruzado (= 400 réis) por caixa, seguida por outra de dez cruzados por caixa em 1647. Não deixava de ser natural que a coroa esperasse financiar sua defesa da colônia mediante a tributação do açúcar. Em Pernambuco, cerca de 80 por cento das receitas do governo provinham de vários impostos sobre o açúcar. Os senhores de engenho, evidentemente, queixavam-se ruidosamente desses impostos e de outras medidas de tempo de guerra, como a requisição de navios e o aquartelamento das tropas.

O dano à economia açucareira, a queda do preço internacional do açúcar em decorrência da competição das Antilhas e a Guerra da Restauração em Portugal impediram que a coroa abolisse os impostos sobre a indústria do açúcar. Mas o prosseguimento da cobrança das taxas impedia a recuperação e a expansão da indústria. Por sua vez, a queda na produção significava rendimentos menores do dízimo e dos outros impostos normais, tornando assim novamente necessárias taxas extraordinárias. As tentativas de romper esse círculo vicio-

so revelaram-se infrutíferas. Por exemplo, uma proposta de declarar uma moratória sobre todas as dívidas contraídas antes de 1645 e permitir assim que os senhores de engenho acumulassem capital defrontou-se com enorme resistência da parte dos comerciantes-credores portugueses.

No final da guerra, em 1654, quando o Brasil estava mais uma vez sob total domínio de Portugal e seria possível esperar um retorno a sua antiga prosperidade, as fontes de açúcar da comunidade atlântica e a parte do Brasil nessas fontes haviam mudado consideravelmente. As colônias inglesas, holandesas e francesas das Antilhas, que haviam começado a plantar cana na década de 1630, quando as condições de preço eram favoráveis, começavam agora a concorrer fortemente com o Brasil. O aumento da produção desses novos fornecedores tendeu a manter os preços baixos, sobretudo durante as décadas de 1670 e 1680, quando um período geral de paz na Europa após 1675 permitiu uma regularização do tráfico de escravos e um crescimento irrestrito da agricultura tropical. No mercado de Lisboa, o preço de uma arroba de açúcar caiu de 3\$800 réis em 1654 para 1\$300 réis em 1688.

Na verdade, a década de 1680 assinalou uma redução profunda das fortunas oriundas da economia açucareira do Brasil. A colônia foi assolada por grave seca que durou de 1681 a 1684, por surtos de varíola de 1682 a 1684 e por uma epidemia de febre amarela que primeiro atacou Recife em 1685-1686. Além desses problemas, houve uma crise econômica geral no mundo atlântico após a década de 1680. Em 1687, João Peixoto Viegas escreveu seu famoso "memorial", onde identifica os problemas da agricultura brasileira e prevê a ruína da colônia, mas os acontecimentos de 1689 rapidamente inverteram a situação. A irrupção da guerra entre a França e a Inglaterra interrompeu as ofertas dessas nações e ofereceu ao Brasil preços mais elevados e aumentou assim as oportunidades de colocação de seu açúcar. Os senhores de engenho que, a exemplo de Peixoto Viegas, haviam profetizado o colapso em 1687 puderam, em 1691, apesar do custo crescente dos escravos e de outros produtos importados, pensar em recobrar sua prosperidade anterior. Entretanto, a recuperação da década de 1690 foi de pouca duração. As incertezas da guerra fizeram os preços do açúcar flutuar muito até 1713, quando recomeçou o declínio anterior. Apesar de recuperações ocasionais, em meados do século XVIII a tendência era de queda.

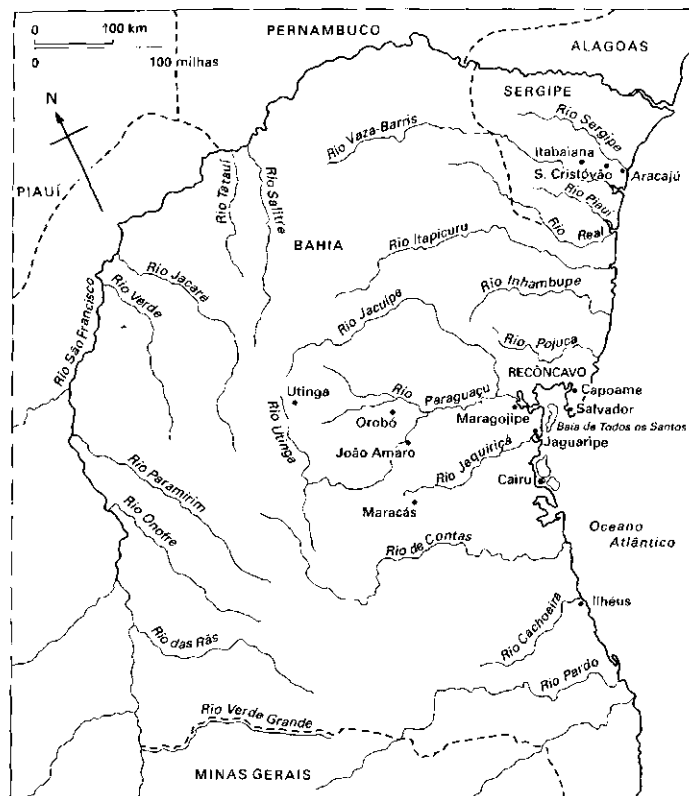
Nesse ínterim, a descoberta de ouro em Minas Gerais após 1695 voltou a criar uma grande demanda de mão-de-obra no Brasil e elevou os preços dos escravos a picos sem precedentes, atingindo uma taxa de aumento de mais de cinco por cento ao ano na década entre 1710 e 1720. Decerto, a descoberta do ouro não foi em si a causa do problema da agricultura de exportação. Como já

vimos, a indústria do açúcar havia sofrido maus momentos intermitentemente desde 1640, sobretudo nas décadas de 1670 e 1680, mas a corrida do ouro criou novas pressões na agricultura costeira. Já em 1701 foram feitas tentativas de limitar o tráfico de escravos para as minas e, após 1703, eram contínuas as queixas dos senhores de engenho sobre a escassez de mão-de-obra e o alto preço dos escravos. Em 1723, o conselho municipal de Salvador queixou-se de que 24 engenhos haviam deixado de funcionar e que a produção de açúcar caíra devido ao alto preço dos escravos e à incapacidade dos senhores de competir com os mineiros pela aquisição de novos trabalhadores. Após 1730, a economia açucareira do Nordeste entrou num período de depressão, que se refletiu numa produção anual em declínio.

A história infeliz do açúcar, que acabamos de esboçar, criou dificuldades tanto para os senhores de engenho quanto para os comerciantes, e do mesmo modo para a coroa portuguesa. Os donos de engenho queixavam-se dos impostos excessivos, dos preços altos dos escravos, das secas e da extorsão dos comerciantes; os funcionários reais denunciavam o esbanjamento e a falta de previsão dos senhores de engenho; e os comerciantes reclamavam que os senhores de engenho gastavam demais e que a fraude na pesagem e na marcação de qualidade que praticavam havia baixado o valor do açúcar nos mercados europeus. Observadores mais perspicazes compreenderam que a concorrência estrangeira e o protecionismo inglês e francês também haviam reduzido profundamente o mercado do açúcar brasileiro. Essas medidas, tomadas pela coroa e pelos próprios agricultores para enfrentar a crise, surtiram um efeito apenas limitado. No século XVIII, a indústria açucareira do Brasil perdeu muito terreno para seus rivais das Antilhas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS SUBSIDIÁRIAS

O corte e a exportação de madeira, tão importantes nos primeiros anos do desenvolvimento da colônia, prosseguiram durante todo o período colonial, embora a ênfase se tenha deslocado da madeira de tinta para as variedades utilizadas para a fabricação de mobiliário ou a construção de navios. Em 1605, novo monopólio real foi instaurado sobre o pau-brasil, no qual os contratos de corte e remessa da madeira eram concedidos a particulares. O contrabando sempre constituiu um problema especial, porque algumas das melhores madeiras eram encontradas em Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo, capitânicas distantes dos centros de controle do governo. Monopólios reais semelhantes fo-



O Sertão baiano no século XVII

Fonte: STUART B. SCHWARTZ (ed.), *A Governor and his Image in Baroque Brazil*, Minneapolis, 1979.

ram estabelecidos sobre a pesca da baleia e o sal, nos quais os contratantes podiam arrendar os direitos de exploração desses recursos. Apesar das receitas que essas atividades geravam sem dúvida para a coroa, a agricultura continuava sendo a base da economia da colônia.

Uma hierarquia agrícola oscilava de acordo com as possibilidades de exportação das safras predominantes na colônia. As terras melhores e mais valiosas eram sempre deixadas para o cultivo dos produtos de exportação, de preferência a cana-de-açúcar e o fumo. A agricultura de subsistência, especialmente o cultivo da mandioca, era considerada ocupação “menos nobre”, e em geral era

relegada às terras marginais e muitas vezes deixada a cargo dos lavradores mais humildes. A criação de gado, de início para consumo interno e depois para exportação, diferia um pouco do padrão geral, não só porque podia ser realizada eficientemente em terra inadequada para as culturas de exportação, mas também porque a mobilidade do gado em pé tornava desnecessário que os fazendeiros se localizassem perto da costa.

A hierarquia agrícola revelava muitas semelhanças com a hierarquia de cor entre os agricultores, e esta por sua vez estava associada à diferença na quantidade de escravos que empregavam. Os senhores de engenho e os lavradores de cana eram quase invariavelmente brancos, os produtores de fumo quase sempre brancos e os plantadores de mandioca compreendiam pardos, mestiços e negros livres. O número de escravos em cada ramo da agricultura, bem como o número médio por propriedade, diminuía de acordo com o tipo de cultura. Um senhor de engenho podia possuir uma centena de escravos, um fazendeiro de fumo quinze ou vinte em média e um agricultor de mandioca apenas dois ou três, ou mesmo nenhum. Evidentemente, o maior retorno de investimento no trabalho escravo estava no setor de exportação.

O Fumo

Depois do açúcar, o produto agrícola mais importante que foi cultivado no Brasil até meados do século XVIII foi o fumo, como o chamavam tão poética e precisamente os portugueses. Parte desse fumo era cultivada no Pará, no Maranhão e na capitania de Pernambuco, mas de longe o centro mais importante dessa lavoura era o sul da Bahia e o oeste de Salvador, especialmente a região em torno do porto de Cachoeira, na foz do rio Paraguaçu. Não está claro quando o cultivo do fumo começou nessa região. A descrição que Gabriel Soares de Sousa fez do Recôncavo em 1587 não menciona a cultura, mas em 1620 era evidente a plantação e exportação de fumo no Nordeste brasileiro. Os solos arenosos e argilosos dos campos de Cachoeira eram sem dúvida o principal sítio da produção na Bahia, mas podia ser encontrado em zonas menores em torno de Maragogipe e de Jaguaripe no Recôncavo, em Inhambupe na direção do sertão, no interior árido e a nordeste de Salvador, no rio Real, e em Sergipe de El-Rei. Estimou-se que essas regiões baianas produziam nove décimos do fumo exportado pelo Brasil nesse período.

A lavoura do fumo tinha algumas características especiais que influencia-

ram sua organização social e sua posição na economia brasileira. Seu tempo de cultivo, com seis meses de duração, era mais curto do que o da cana-de-açúcar e, sob condições adequadas, oferecia a possibilidade de duas colheitas. Seu cultivo exigia cuidado intensivo: as mudas tinham de ser transplantadas e depois limpas constantemente das ervas daninhas e protegidas das pestes até a colheita, na qual as folhas eram arrancadas manualmente. A mão-de-obra utilizada nos canaviais não se adequava muito bem a essa atividade. Na verdade, o fumo podia ser cultivado com eficiência tanto em pequenas fazendas familiares de poucos acres quanto em unidades maiores com 20 a 40 escravos. A escala de operações variava consideravelmente. Eram comuns as fazendas mistas de criação de gado e plantação de fumo, porque era o esterco o melhor fertilizante para a produção de fumo de melhor qualidade. Mas os de qualidade inferior podiam ser produzidos sem o benefício desse fertilizante. Depois da colheita, a tarefa mais difícil era a preparação do produto para a venda. Geralmente, o fumo brasileiro era enrolado em cordas, tratado com um líquido à base de melado, torcido em rolos (de oito arrobas para o comércio português e três para a costa africana) e depois embalado em couro. O processo oneroso, embora preciso, de torcer e enrolar ficava em geral a cargo de escravos especializados, tornando-se, por isso, um item um tanto dispendioso. É certo, porém, que os lavradores mais pobres não precisavam manter sua própria unidade de processamento; apenas pagavam *enroladores* para realizar essa tarefa.

Assim, havia oportunidades de lucro em vários níveis de produção. Ao lado de unidades muito maiores que empregavam muitos escravos eram encontradas pequenas fazendas familiares de quatro a sete acres; mas um levantamento das vendas de terra na virada do século XVIII avaliou a unidade média em cerca de 100 acres²³. Embora o gado e a unidade de processamento fossem essenciais para os grandes produtores, o fumo precisava de modo geral de um desembolso de capital e de uma força de trabalho menores do que o açúcar, e sua preparação era um processo menos complicado e dispendioso. O Superintendente do Tabaco da Bahia escreveu em 1714: "Muitas terras não produzem nenhum outro fruto, e são habitadas por muitas pessoas que não têm outro meio de sustento, porque essa agricultura está entre as menos onerosas e, por isso, entre as mais fáceis para os pobres que a praticam"²⁴. Na verdade, em 1706, foi

23. *Ibid.*, p. 172.

24. ANTT, Junta do Tabaco, maço 97A.

relatado em Pernambuco que os próprios escravos estavam produzindo fumo de qualidade inferior em seu tempo livre²⁵.

Tal como acontecia na lavoura do açúcar, estavam associados ao fumo vários tipos e classes sociais, mas em comparação com o açúcar eles tendiam a concentrar-se num nível social um pouco mais baixo. Embora pudesse ser uma atividade lucrativa, o título de plantador de fumo não proporcionava grande prestígio social ou poder político. Testemunho extraído de registros de tabelião indica que o valor de sítio médio de fumo e gado era apenas cerca de um terço do da fazenda média de cana e menos de um por cento do de um engenho. Dessa maneira, os antigos fazendeiros de mandioca e imigrantes pobres de Portugal eram atraídos para essa cultura. No entanto, muitos produtores ricos também combinavam o cultivo do fumo com outras atividades. Na região de Cachoeira, famílias como os Adorno e os Dias Laço receberam enormes sesmarias quando a região foi aberta pela primeira vez ao povoamento europeu. A elite política e social da região era constituída por cerca de uma dúzia de famílias que produziam açúcar em Iguape (uma zona de transição), criavam gado no sertão e também plantavam fumo. Grandes lavradores como esses podiam produzir quatro mil arrobas por ano, enquanto outros cultivavam menos de 100 arrobas. Os tipos de propriedade da terra variavam e era comum o arrendamento de terras de fumo. Durante o século XVIII, cresceu o número de pequenos agricultores. Além disso, como grupo, sua compleição física escureceu. Enquanto uma amostra de 450 lavradores de tabaco entre 1684 e 1725 revelava que apenas três por cento eram pardos, um estudo análogo feito no final do século XVIII elevou esse dado para 27 por cento²⁶. O fumo era, portanto, um ramo da agricultura de exportação menos prestigioso, menos caro e menos exclusivamente branco que o açúcar. Contudo, a lavoura do fumo se baseava firmemente na mão-de-obra escrava, e os relatórios do censo das paróquias em que se plantava fumo, realizado em vários momentos do tempo, sempre mostram que pelo menos metade da população era escrava – uma proporção inferior à das zonas açucareiras, é claro, mas suficientemente grande para dissipar quaisquer ilusões de que o cultivo de fumo se baseasse numa agricultura de pequenos proprietários rurais.

25. *Ibid.*, maço 97 (21 de janeiro de 1706).

26. Cf. FLORY, "Bahian society", pp. 158-217; Catherine Lugar, "The Portuguese tobacco trade and the tobacco growers of Bahia in the late colonial period", em DAURIL ALDEN e WARREN DEAN (eds.), *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*, Gainesville, 1977, pp. 26-70.

Os destinos do fumo como produto de exportação estavam intimamente vinculados aos do comércio atlântico e ao ritmo do próprio desenvolvimento econômico do Brasil. A tomada do porto português de escravos em São Jorge da Mina pelos holandeses, em 1637, rompeu com os padrões normais do suprimento de escravos ao Brasil. Isso, junto com a perda de Angola em 1641, conduziu à legislação real de 1644, que permitiu o comércio direto entre o Brasil e a África sem qualquer benefício para a metrópole. Os holandeses limitaram o comércio português a quatro portos na Costa da Mina e proibiram a introdução de qualquer outro produto senão o fumo brasileiro. Isso estimulou a expansão do cultivo dessa cultura no Brasil. A criação de uma administração de monopólio real, a Junta da Administração do Tabaco, em 1674, foi uma tentativa de controlar esse produto, mas seus principais esforços visavam a redução da produção e do contrabando dentro de Portugal²⁷. Os agricultores brasileiros queixaram-se do monopólio, mas continuaram a extrair lucro regular da venda do fumo tanto à África quanto à Europa. Sua posição foi consideravelmente fortalecida pela descoberta de ouro em Minas Gerais, em 1695, e pela resultante demanda elevada de mão-de-obra escrava na colônia. No século XVIII, o fumo e o ouro brasileiros tornaram-se os produtos essenciais no comércio de escravos.

Dois curiosos paradoxos marcaram o comércio brasileiro de fumo. Primeiro, para se certificar de que tinha uma oferta de fumo de melhor qualidade, Portugal proibira a exportação para a África de uma ou outra das duas primeiras classificações. A terceira classificação, o *refugado*, tinha de ser tratado liberalmente com xarope de melado, um subproduto do açúcar, de forma a poder ser enrolado em cordas, mas era justamente esse tratamento que lhe proporcionava o gosto e o aroma doces que o tornavam tão popular na costa africana e um importante item de troca com os índios no comércio canadense de peles. O monopólio português também tentou fixar o preço do tabaco de alta qualidade para garantir um lucro aos comerciantes metropolitanos. Essa situação levou os lavradores a se concentrar nas plantações de classes inferiores para vender na África ou para entrar no próspero comércio de contrabando do tabaco. Na década de 1730, a coroa tentou várias medidas no sentido de controlar o comércio para Mina e manter as quantidades destinadas a Portugal, mas, como demonstra a Figura 2, surtiram pouco efeito. Finalmente, em 1743, o co-

27. CARL HANSON, "Monopoly and contraband in the Portuguese tobacco trade", *Luso-Brazilian Review*, 19 (2): 149-168, Winter 1968.

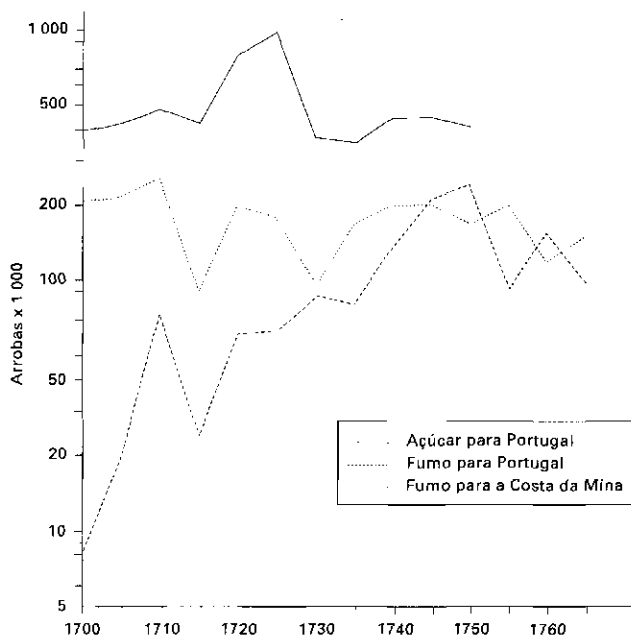


Fig. 2. Exportações de açúcar e fumo baianos, 1698-1765 (baseadas numa média do movimento de cinco anos)

Fonte: ANTT, Junta do Tabaco, maços 96A-106 *passim*.

mércio com Mina foi reorganizado em favor dos comerciantes brasileiros. Apenas 30 navios por ano – 24 da Bahia e seis de Pernambuco – tinham permissão para comerciar com a costa da Mina, assegurando assim limites para a oferta e altos preços para os produtos brasileiros. Em 1752, foi estimado que um escravo da Mina podia ser comprado em Whydah por oito rolos de fumo ou 28\$800 réis, transportado por 26\$420 réis e vendido na Bahia por 100\$000, proporcionando um lucro de quase 45 por cento.

É difícil estabelecer os níveis da produção e da exportação de fumo e quase impossível fazê-lo para o período anterior à criação da Junta da Administração do Tabaco, em 1674. Não somente faltam séries estatísticas, mas também o contrabando sempre predominava, sobretudo depois da criação, na década de 1630, de um “estaque”, ou monopólio, sobre as vendas de tabaco em Portugal. Apesar das proibições e das duras penalidades, a cultura era desenvolvida em

Portugal e, mais importante ainda, marinheiros e mestres da frota no Brasil pareciam estar envolvidos em contrabando em grande escala. Ocasionalmente podemos encontrar estimativas contemporâneas. Antonil estimou as exportações anuais da Bahia em 25 mil rolos nos primeiros anos do século XVIII. Uma estimativa de 1726 situou os níveis de exportações apenas de Cachoeira em 20 mil rolos para Portugal e mais 20 mil para Mina no tráfico de escravos.

Os melhores dados para o período sob exame podem ser obtidos das listas mantidas pela Junta do Tabaco. Este conselho, que controlava a importação e a venda do fumo, arrendava os contratos regionais de monopólio, autorizava a venda em Portugal e fixava os preços registrados a cada ano, o tamanho da carga anual de tabaco e açúcar na frota da Bahia e a quantidade que era embarcada para a África. Os registros do período anterior a 1700 são incompletos, mas, para os sete anos entre 1680 e 1686, o total anual de importações variou em torno de uma média de 20 500 rolos. Depois de 1700, é possível compilar um registro um pouco mais completo do comércio baiano, tanto para Portugal quanto para a África, até o final do sistema de frotas em 1765. Se admitirmos que o fumo baiano era responsável por 90 por cento da produção total, esses dados proporcionam a melhor estimativa de que dispomos. A Figura 2 mostra que na década de 1740 foram alcançados os níveis mais altos da produção baiana, cerca de 400 mil arrobas por ano e que a porcentagem da produção destinada à Costa da Mina como parte do tráfico de escravos elevou-se fortemente durante a primeira metade do século.

A Criação de Gado

No século XVI, foram introduzidos no Brasil vários tipos de animais domésticos europeus. Os cavalos prosperaram na Bahia de tal modo que, na década de 1580, podia-se encontrar um comércio de cavalos em expansão da Bahia para Pernambuco e até para Angola, onde tropas montadas foram utilizadas com sucesso contra os africanos. Entretanto, o gado bovino era mais importante. Os grandes engenhos necessitavam de grande número de bois para os carros, e os pequenos, para serem usados como força motriz. Foi estimado que numa temporada um engenho requeria de 30 a 60 bois, acrescido do fato de seu índice de mortalidade durante a safra ser aparentemente alto. Além disso, os engenhos precisavam de sebo, de couro cru e de carne em quantidade. Era costume a maioria dos engenhos manter algum tipo de pasto para seus rebanhos residentes, mas a presença de gado a pastar próximo à terra de agricul-

tura sempre causou problemas. A criação de gado bovino estava restrita, pois, por costume, às margens das zonas costeiras povoadas. Finalmente, em 1701, foi proibida por lei a pastagem de gado dentro do perímetro de 80 quilômetros da costa.

Expulsas das melhores zonas agrícolas, as manadas de gado começaram rapidamente a crescer no sertão, no norte de Pernambuco, nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte (conquistadas na década de 1580), e sobretudo na região de Sergipe de El-Rei, entre Pernambuco e Bahia, ao longo das margens do rio São Francisco. Essa região foi desbravada na década de 1590, com a ajuda de expedições contra os índios patrocinadas pelo governo. Os fazendeiros de gado, alguns deles também agricultores ou relacionados com famílias de agricultores, e seus vaqueiros empurraram seu gado para além de ambas as margens do rio São Francisco, de modo que, em torno de 1640, havia na região mais de dois mil currais. A história de grande parte do sertão do Nordeste pode ser resumida no relato de exploração, extermínio de índios, grandes concessões de terra e instalação de fazendas de gado *vacum*. Na primeira década do século XVIII, havia no Nordeste mais de 1300000 cabeças de gado, as quais supriam as necessidades das indústrias do açúcar e do fumo e as cidades litorâneas.

A propriedade da terra no sertão era realmente extensiva. Embora a legislação tivesse limitado o tamanho das sesmarias a três léguas quadradas, essa restrição era simplesmente desconsiderada. As sesmarias em que as fazendas de gado se instalaram excediam às vezes centenas de milhares de acres. No final do século XVII algumas propriedades rurais do sertão baiano eram maiores do que províncias inteiras de Portugal. Domingos Afonso Sertão, um dos grandes senhores de terra do interior, possuía 30 fazendas de gado e outras 30 propriedades agrícolas, num total de mais de 1206000 hectares. Uma grande família de fazendeiros, como a Garcia d'Ávila da Bahia, ou um comerciante que se transformou em fazendeiro, como João Peixoto Viegas, cujos rebanhos pastavam no alto Paraguaçu, poderiam possuir mais de 20 mil cabeças de gado em suas fazendas espalhadas, mas esses "potentados do sertão" eram exceção, e o mais comum eram as fazendas de mil a três mil cabeças. Via de regra, as zonas de fazendas de gado do interior tendiam a dividir-se em grandes propriedades, esparsamente povoadas por vaqueiros e agricultores de subsistência e dominadas por grandes famílias de fazendeiros freqüentemente ligados à elite dos senhores de engenho do litoral. Mais afastados dos centros do governo real, menos reprimidos pelas instituições municipais e donos de vastas extensões de terra, os fazendeiros de gado detinham um poder mais irrestrito do que o dos senhores de engenho.

A grande época da expansão do gado para o sertão, em conjunção com a indústria do açúcar, data do período entre o desbravamento de Sergipe de El-Rei, na década de 1590, e a colonização do Piauí na primeira década do século XVIII. Durante esse período, desenvolveu-se uma organização social e um estilo de vida distintivos. Muitas vezes as ordens missionárias, especialmente os jesuítas, desempenharam papel fundamental no desbravamento de novas áreas e na pacificação dos índios. No fim, acabaram por irromper vários conflitos entre os fazendeiros de gado e os jesuítas, porque esses últimos controlavam a mão-de-obra indígena e possuíam extensos rebanhos. O contato entre vaqueiros e índios acabou por produzir uma população de raça mista, chamada regionalmente de “cabras” ou “caboclos”. A miscigenação era comum e a população do sertão era formada sobretudo de pessoas de cor, índios, caboclos e negros. Apesar das reclamações feitas algumas vezes de que a fronteira do gado era livre e descontrolada demais para fazer muito uso de escravos, estudos mais recentes têm revelado que a escravidão foi também uma forma característica de trabalho no sertão. O modelo comum era usar como vaqueiros ao mesmo tempo escravos e trabalhadores livres, situando-os junto com suas famílias numa fazenda de gado distante e ali os deixando para guardar o rebanho de forma bastante independente. Eram feitas contagens periódicas. Aos trabalhadores era permitido às vezes aplicar parte do incremento anual em bezerras como um incentivo ao bom serviço. Não havia nenhuma incompatibilidade entre a criação de gado e a escravidão.

Frouxamente estruturada e livre de grande parte da interferência direta da coroa, a sociedade do sertão desenvolveu suas próprias características peculiares. Os fazendeiros exerciam amplo poder social e político sobre seus escravos e agregados. O controle das margens dos rios e das nascentes de água era essencial para o sucesso. Para garantir que eles próprios tivessem pasto adequado e para negar aos camponeses e aos agregados oportunidades alternativas, os grandes fazendeiros de gado aparentemente deixavam inexploradas grandes extensões de seu território e se recusavam a vender ou alugar qualquer parte dele. No mato mirrado do sertão árido, o cavalo tornou-se um meio de vida, e o alimento diário era leite e carne. Materialmente pobres, as pessoas viviam literalmente do couro do boi. Tudo era feito de couro: roupas, utensílios domésticos, selas, cortinas das janelas e ferramentas. Era uma sociedade mais pobre do que a da costa, porém mais móvel e menos reprimida pela lei metropolitana; mas também totalmente dependente da economia dominante, a pecuária, que por sua vez estava vinculada à indústria do açúcar.

Do sertão, as boiadas, viajando às vezes mais de 60 quilômetros por dia, eram levadas às feiras armadas às margens dos distritos de açúcar e dos centros populacionais do litoral. Do ponto de vista dos senhores de engenho, o sistema parecia funcionar bem. Na década de 1690, apesar de uma tendência inflacionária geral na colônia, uma parelha de bois custava cerca da metade do seu preço de um século antes. Somente depois de 1700, quando os rebanhos foram deslocados para Minas Gerais, a população costeira queixou-se de escassez. Dois outros movimentos podem ser também observados no século XVIII: a expansão da fronteira do gado na direção norte para o Maranhão e na direção oeste para Goiás, e o desenvolvimento dos produtos pecuários para exportação. Em 1749, somente Pernambuco tinha 27 curtumes que empregavam mais de 300 escravos, e tanto Pernambuco quanto a Bahia exportavam grandes quantidades de couro cru e curtido.

A Mandioca

Quando os portugueses descobriram que o trigo com que estavam familiarizados e outros grãos não floresciam nos trópicos, adotaram rapidamente a mandioca, o principal produto dos índios. O cultivo da mandioca era relativamente fácil e seu consumo podia ser feito de várias maneiras. Transformada em farinha, era fácil de transportar e armazenar e se convertia no pão de cada dia. Nas regiões de cultivo da cana-de-açúcar, o cultivo da mandioca e a agricultura de subsistência eram realizados de modo geral nas terras marginais. Nas roças que faziam nas terras reservadas para a plantação de cana, os camponeses agricultores plantavam gêneros alimentícios. Ao longo das estradas ou nas regiões montanhosas das zonas de canavial, os lavradores de roça viviam suas vidas humildes, cultivando alimentos para sua própria subsistência e vendendo um excedente muito pequeno nos mercados locais. Mas, de maneira geral, os plantadores de cana não gostavam da presença da agricultura de subsistência na mesma região, ou por seu desejo de usar toda a terra boa para a cana-de-açúcar ou porque a roça de mandioca tendia a destruir a floresta que fornecia a lenha tão essencial para a produção de açúcar. O resultado dessa hostilidade foi o desenvolvimento de uma especialização regional, em que algumas áreas eram devotadas à cana e outras à mandioca.

Na verdade, houve no Brasil colonial dois tipos de agricultura de produtos alimentícios. Um deles foi a agricultura de subsistência dos camponeses, que produziam sobretudo para si mesmo e para suas famílias, vendendo um excedente muito pequeno nas feiras locais; o outro foi a produção de grandes quan-

tidades de farinha de mandioca que eram vendidas aos engenhos e às cidades do litoral. Em Pernambuco, as paróquias de Una, Porto Calvo e Alagoas eram importantes locais de abastecimento da capitania. Na Bahia, Maragojipe e Jaguaripe, no sul do Recôncavo, e vilas mais para o sul, ao longo da costa, como Cairu e Camamu, eram os principais produtores. Embora pouco se saiba sobre a organização interna da agricultura da mandioca para o mercado, está claro que a produção de alimentos não era necessariamente um cultivo familiar do camponês. Cairu e Camamu, por exemplo, eram regiões muito afamadas de produção de mandioca, mas um censo eclesiástico de 1724 revelou que cerca da metade da população dessas paróquias era escrava. Essa situação parece indicar uma economia de produção de base escrava para o abastecimento dos mercados internos. Um relato um pouco posterior, de 1786, relacionou 188 fazendeiros de mandioca em Cairu, 169 dos quais possuíam um total de 635 escravos²⁸.

A hostilidade do senhor de engenho com relação à agricultura de subsistência e à especialização regional em gêneros alimentícios significou que as populações das cidades e os habitantes dos engenhos de açúcar dependiam para seu sustento diário de fontes de suprimento que estavam muitas vezes fora de seu controle. Escassez, preços altos e a quase penúria eram endêmicos nas regiões das grandes lavouras. Um dos problemas era a atração que a agricultura de exportação exercia sobre os lavradores de mandioca. Já em 1639 foram realizadas várias tentativas de obrigar os colonos de Cairu e Camamu a plantar mandioca no lugar do fumo, e em 1706 os residentes de Maragojipe e Cachoeira tentaram livrar-se das proibições contra o cultivo do fumo ou da cana-de-açúcar. Situação semelhante desenvolveu-se um pouco mais tarde em Pernambuco, quando os fazendeiros, em vez de cultivar mandioca, tentaram plantar cana, uma “ocupação nobre”. Mais uma vez, com a expansão do tráfico de escravos, os produtores brasileiros de mandioca descobriram que mesmo a sua cultura podia ser exportada. Na década de 1720, mais de seis mil alqueires por ano estavam sendo exportados apenas no comércio com Costa da Mina, sem falar do que era embarcado para Angola. Então, os produtores de alimentos puderam também segurar suas produções para manter altos os níveis de preço, manobra possibilitada pela facilidade com que a farinha de mandioca podia ser armazenada. Queixas contra a cobiça dos fazendeiros de mandioca e o seu controle da oferta eram expressas constantemente nas cidades costeiras.

28. Lista das mil covas de mandioca, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro [BNRJ], 1-31, 30:51 (Cairu, 25 de outubro de 1786).

O governo colonial tomou várias medidas para assegurar ofertas adequadas de alimento, mas com um sucesso muito limitado. A primeira medida, já discutida acima, foi a exigência de que algumas regiões fossem proibidas de praticar qualquer tipo de agricultura, exceto o cultivo de gêneros alimentícios. Essa tentativa não teve sucesso, primeiro porque os agricultores relutaram em aquiescer a ela e, segundo, porque tinham condições de controlar a oferta e assim elevar os preços. Uma segunda tentativa foi exigir que os senhores de engenho e os lavradores de cana plantassem mandioca suficiente para abastecer sua própria força de trabalho escravo. No Brasil holandês, o conde Maurício de Nassau havia promulgado essa lei em 1640. Em 1688, por solicitação da câmara de Salvador foi editada uma lei análoga na Bahia, onde era exigido que cada senhor de engenho e lavrador de cana plantasse 500 covas de mandioca por escravo. Em 1701, outras medidas foram tomadas. O gado (exceto aqueles de que os criadores necessitassem) foi proibido de pastar dentro de uma área de 80 quilômetros da costa, e qualquer agricultor que possuísse menos de seis escravos era proibido de plantar cana, uma decisão que provocou queixas inflamadas dos pequenos plantadores de cana do Rio de Janeiro. A idéia que estava por trás dessas medidas era que um terço da mandioca produzida alimentasse o agricultor e seus escravos, enquanto o resto seguiria para o mercado. Finalmente, foi exigido também que os comerciantes da Costa da Mina mantivessem plantações de mandioca para suprir suas necessidades. Essa última recomendação gerou considerável tensão entre a câmara cansada da escassez constante e dos preços altos e os comerciantes de Salvador, que argumentavam ser incompatíveis as funções de comerciante e plantador de mandioca.

Merece menção aqui uma resposta final ao problema do abastecimento de alimentos. Os plantadores de cana das Antilhas falavam do “sistema brasileiro”, pelo qual os donos de engenhos permitiam que seus escravos mantivessem pedaços de terra, onde cultivavam seu próprio alimento e às vezes comercializavam o excedente nas feiras locais. Embora este sistema fosse encontrado em vários lugares e usualmente evocasse comentários dos viajantes que visitavam o Brasil, não está clara a abrangência com que foi praticado. Foi relatado na Bahia, em 1687, que “muitos engenhos não têm suas próprias terras para plantar mandioca e [...] os seus proprietários em geral as alugam a outros”²⁹. Foi sugerido que o sistema de concessão de parcelas de terra aos escravos foi

29. AHU/PA/Bahia, caixa 15 (9 de agosto de 1687).

uma “ruptura camponesa” na escravidão brasileira. Há provas de que os escravos apreciavam o privilégio de ter sua própria roça. Do ponto de vista dos grandes lavradores, o sistema deslocou o ônus do sustento para os próprios escravos. Além disso, poderia reverter em benefícios diretos para a administração da propriedade. Os feitores da Fazenda Saubara foram instruídos a permitir que os escravos e as pessoas pobres da região plantassem suas roças em terras de pior qualidade, mas nunca no mesmo lugar por mais de um ano, para que fossem continuamente desmatadas novas terras para pasto³⁰. No Engenho Santana, em Ilhéus, a mandioca era comprada dos escravos por um preço 20 por cento mais baixo do que o pago aos homens livres. Entretanto, as queixas de escassez e fome indicam sobretudo que os pedaços de terra dos escravos eram inadequados como fonte principal de alimentos. Como observou Antonil, para os escravos dos muitos engenhos próximos do mar e de rios, “os mariscos eram sua salvação”.

AS PERIFERIAS DO NORTE E DO SUL

Nos extremos norte e sul da colonização portuguesa ao longo do litoral brasileiro, as colônias assumiam uma forma bastante diferente das zonas de lavoura da costa úmida do Nordeste. São Vicente, no sul, e Maranhão-Pará, no norte, foram regiões periféricas durante todo o século XVII, sem uma população européia de qualquer tamanho e integradas à economia de exportação do resto da colônia apenas de maneira marginal. A geografia, o clima, as dificuldades de comunicação e a natureza e distribuição das populações indígenas locais impeliram essas regiões a adotar trajetórias econômicas e sociais distintas. Apesar das grandes divergências entre o Norte e o Sul longínquos, ambos eram fronteiras pobres com poucos homens brancos, menor quantidade ainda de mulheres brancas, pouca riqueza e dificilmente algum escravo negro. As instituições de Portugal foram reproduzidas nessas regiões, mas assumiram uma forma atenuada. Cultural e etnicamente, ambas as regiões eram acentuadamente indígenas na sua natureza. Desenvolveu-se no local uma população

30. Regimento que há de seguir o feitor de Fazenda Saubara, Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (Salvador) [ASCBM], B/3a/213. Saubara era uma paróquia produtora de mandioca do Recôncavo. Essa fazenda tocada por escravos produzia mandioca para o hospital da Misericórdia de Salvador.

mestiça relativamente grande e, tanto em São Vicente quanto no Maranhão-Pará, a exploração dos recursos do sertão e da população indígena tornou-se um meio de vida³¹.

Os Extremos Meridionais

As origens de São Vicente e suas regiões vizinhas ao sul eram muito parecidas com as das outras capitanias. As viagens dos portugueses e dos espanhóis haviam se estendido ao longo da costa sul no início do século XVI; alguns degredados tinham se instalado na região entre a população indígena e haviam sido criados alguns pequenos pontos de desembarque. Graças a Martim Afonso de Sousa, em 1533 a capitania de São Vicente concentrou-se inicialmente em torno do porto que tomou seu nome, mas durante as duas décadas seguintes outros estabelecimentos foram fundados. São Vicente revelou-se inadequado como porto e foi substituído em importância por Santos, vila fundada em 1545 por Brás Cubas, um rico e dinâmico funcionário da coroa. Ao longo da costa úmida, atrás desses pequenos povoados costeiros, foram instalados engenhos de açúcar; o mais famoso deles foi construído originalmente por Martim Afonso de Sousa, mas acabou caindo nas mãos da família Schetz da Antuérpia. Produziam açúcar para exportação, mas a maior distância da Europa e a falta de terra adequada colocaram São Vicente em desvantagem na competição com Pernambuco e Bahia. Não obstante, esses povoados costeiros assemelhavam-se muito a reproduções mais pobres daqueles encontrados mais ao norte.

O futuro das capitanias do Sul não se assentou, porém, nos portos. Atrás da faixa costeira, a serra do Mar eleva-se a alturas de até 800 metros. Além dela situa-se um planalto formado pelo rio Tietê e por outros rios, cujas colinas onduladas e pontuadas de árvores, clima temperado e população indígena relativamente densa atraíram os europeus. Um pequeno povoado desenvolveu-se em Santo André da Borda do Campo, mas foi logo superado em importância por São Paulo de Piratininga, originalmente uma aldeia de jesuítas fundada em meio aos índios do planalto. Os dois povoados fundiram-se em 1560 e, no ano seguinte, São Paulo foi elevado à condição de vila. Nas duas décadas seguintes, os jesuítas continuaram a desempenhar papel importante na pacificação dos grupos indígenas locais, de modo que na década de 1570 a existência de São Paulo estava assegurada. Separado da costa pela serra do Mar como era São Paulo,

³¹. Para discussão adicional das periferias do Norte e do Sul, ver HEMMING, neste volume, cap. 10.

os 80 quilômetros entre ela e Santos só podiam ser transportados a pé, de modo que as mercadorias tinham de ser transportadas nas costas de carregadores humanos. São Paulo tornou-se o ponto de controle e de contato com a população indígena do interior, servindo tanto de base avançada contra os hostis tamoios ao norte e os carijós ao sul quanto de fornecedor de cativos índios para os engenhos da costa.

No final do século XVI, os povoados costeiros de São Vicente estavam em declínio, mas no planalto já estavam muito bem fixadas as características sociais e econômicas básicas de São Paulo para o século seguinte e os próximos. Apesar dos comentários dos observadores jesuítas, que achavam a cidade e suas regiões muito parecidas com Portugal, São Paulo não se tornou uma comunidade camponesa ibérica. Desde o início, os portugueses viveram num mar de índios, enquanto os missionários jesuítas e as expedições militares subjugavam as tribos da vizinhança imediata.

A comunidade era pobre e modesta. Em 1600, a vila tinha menos de dois mil habitantes. Poucas mulheres portuguesas eram atraídas para a região e as famílias e fazendas portuguesas estavam cheias de índios cativos e semicativos. As uniões ilícitas entre homens portugueses e mulheres indígenas eram comuns, resultando num grande número de mamelucos. Bem adiante no século XVII, os testamentos dos paulistas relacionavam escravos indígenas e, apesar da legislação antiescravista iniciada em 1570, sempre foram encontradas “brechas”. Aparecem também nos testamentos, legados como qualquer outra propriedade, muitos índios que eram legalmente livres, mas mantidos sob uma forma de “tutelage” temporária, como forros ou administrados. Os índios eram utilizados como criados e trabalhadores, mas também como aliados e partidários, ligados aos portugueses pelas uniões informais e pelos laços de parentesco que resultavam dessas uniões.

Os índios constituíam também o principal recurso da capitania. Os portugueses de São Paulo mediam sua riqueza pelo número de escravos e partidários a que podiam recorrer. “Rico em flecheiros” era uma descrição comum dos cidadãos mais proeminentes do planalto. Foi relatado, por exemplo, que o bandeirante Manoel Preto tinha quase mil flecheiros em sua propriedade e, apesar da indubitável exceção que eram esses números, não era incomum falar em centenas. Conquanto as distinções hierárquicas de nobre e plebeu tivessem sido transpostas de Portugal, a pobreza geral da região, sua pequena população européia e a necessidade de cooperação militar contra as tribos hostis tenderam a nivelar as diferenças de nível social entre os europeus, que compreen-

diam um número relativamente grande de espanhóis, italianos e alemães. Nos primeiros tempos da história de São Vicente, fazia-se pouca distinção entre mamelucos e portugueses, na medida em que os primeiros estavam propensos a viver de acordo com o que era tido na região por normas européias.

Na verdade, a extensão da fusão cultural foi notável. A cultura material indígena – ferramentas, armas, ofícios manuais, alimentos e práticas agrícolas – foi amplamente adotada e utilizada pelos portugueses. Os paulistas eram muitas vezes tão hábeis com o arco quanto com as armas de fogo. A principal língua indígena, o tupi, era falada em todas as camadas da sociedade até quase meados do século XVIII. Os portugueses, cercados por criados, escravos, aliados e concubinas, todos índios, falavam o tupi por questão de conveniência e por necessidade, de modo que alguns paulistas eram mais fluentes no tupi que em seu português nativo. As formas e as instituições européias estavam sempre presentes, particularmente em questões políticas e religiosas, mas eram limitadas pela pobreza, pelo caráter esparso da população européia e pelo relativo isolamento da região, distante dos centros de controle colonial e metropolitano.

Durante todo o século XVI e grande parte do século XVII, mesmo a cidade de São Paulo permaneceu pequena e pobre. As famílias mais importantes viviam em suas fazendas; ou mantinham uma segunda residência na vila ou iam até lá apenas periodicamente para participar da sessão da câmara ou de procissões religiosas. As posses materiais eram pequenas: uma camisa ou um mosquete eram extremamente valorizados, um par de botas ou uma cama no estilo europeu um verdadeiro luxo. A economia local sofria muitas vezes da falta de moeda, de tal forma que grande parte do comércio era realizada por escambo. Mas, por volta de meados do século, parte da rusticidade havia deixado São Paulo. Os carmelitas, os beneditinos e os capuchinhos de Santo Antônio tinham construído igrejas, juntando-se aos jesuítas, cujo colégio era um dos principais edifícios da vila. Os testamentos da metade do século também parecem refletir menos pobreza do que os anteriores. Os produtos agrícolas europeus desenvolviam-se bem no planalto. Uvas e trigo eram cultivados ao lado do algodão, de pequenas quantidades de cana-de-açúcar e hortaliças. Também se criava gado. Em 1614, um moinho de farinha operava em São Paulo, e eventualmente farinha, vinho e marmelada eram exportados para outras capitânias. Em 1629, o comércio externo da vila foi estimado em um terço do do Rio de Janeiro, embora apenas em um quarto do da Bahia³². Em meados do século

³² "Descripción de la provincia del Brasil" [1629], in MAURO, *Le Brésil au XVII^e siècle*, pp. 167-191.

XVII, a capitania de São Vicente já não estava isolada do resto da colônia, embora seu papel fosse primordialmente o de um abastecedor de outras capitânicas ligadas mais estreitamente ao comércio de exportação.

O declínio da população indígena local e os rumores de ouro, prata e esmeraldas no interior levaram os paulistas a voltar suas ambições para o sertão. O Tietê, o Paranaíba e outros rios que corriam para o oeste, rumo ao sistema do Paraná, eram rotas naturais para o interior. Mais ou menos na década de 1580, colunas móveis chefiadas por portugueses e mamelucos, mas compostas sobretudo de aliados indígenas, penetraram no rumo oeste ou sul em busca de cativos índios e de riqueza mineral. Essas expedições eram organizadas em forma de companhias quase militares, denominadas “bandeiras”, e seus participantes muitas vezes passavam meses e até anos no sertão, preferindo fazer isso, dizia um governador, a servir outra pessoa por um dia que fosse. A vila de São Paulo ficava às vezes quase deserta por causa da ausência de tantos homens. Os que ficavam para trás atuavam comumente como aprovisionadores, fornecendo suprimentos e armas em troca de uma participação nos índios capturados. O sertão e as bandeiras tornaram-se um meio de vida. Na floresta, os antecedentes indígenas dos paulistas eram inestimáveis: eles se vestiam, falavam, comiam e até viviam mais ou menos como os índios que chefiavam e caçavam.

Existe uma literatura extensa e amiúde laudatória sobre os paulistas e suas bandeiras, mas os aspectos econômicos de suas operações são mal documentados e muitas vezes perturbadores. Escritores anteriores, como Alfredo Ellis e Afonso de Escagnolle Taunay, enfatizaram continuamente a pobreza e o isolamento de São Paulo e atribuíram a essas causas o impulso em penetrar o sertão. Entretanto, mesmo que aceitemos as descrições desses autores do escopo e do sucesso das bandeiras, defrontamo-nos com algumas questões enigmáticas sobre a economia paulista. Os observadores jesuítas estimaram que mais de 300 mil índios foram tirados apenas das missões do Paraguai, sem falar daqueles que foram capturados no sertão. Embora tais estimativas possam ter sido um exagero, outros observadores também fornecem números altos. Lourenço de Mendonça, prelado do Rio de Janeiro, declarou que, na década anterior a 1638, foram capturados entre 70 mil e 80 mil índios³³. Segundo Taunay, houve

33. *Memorial*, Biblioteca Nacional de Madrid, Códice 2369, f^o. 296-301. Mendonça relatou que, dos sete mil índios capturados perto da lagoa dos Patos em 1625, apenas mil chegaram a São Paulo. Os altos índices de mortalidade podem, portanto, fornecer uma explicação do que estava acontecendo

uma grande onda migratória de cativos índios de São Paulo³⁴ para os engenhos da Bahia e de Pernambuco, mas há pouca testemunho documental para fundamentar essa afirmação.

Mais do que o Nordeste, foram provavelmente o Rio de Janeiro e São Vicente que absorveram a maioria dos cativos índios. Como já vimos na Tabela 1, a indústria do açúcar no Rio estava em expansão nesse período, alcançando um nível de crescimento anual de cerca de 8 por cento entre 1612 e 1629. A demanda de mão-de-obra foi satisfeita de certa forma pelos escravos índios. Esses eram levados de São Paulo para o Rio tanto por mar quanto por terra, a pé. Ainda em 1652, um terço a um quarto da força de trabalho dos engenhos beneditinos do Rio de Janeiro era indígena³⁵.

É possível que as próprias fazendas de São Paulo fossem os principais consumidores de mão-de-obra indígena. Trigo, farinha, algodão, uvas, vinho, milho e gado eram todos produzidos no planalto; e alguns desses produtos eram enviados para outras capitanias ou para Río de la Plata. Um espanhol há muito residente em São Paulo estimou a produção de trigo de 1636 em 120 mil alqueires e também avaliou em 40 mil o número de escravos índios nas fazendas paulistas³⁶. Essa estimativa parece ter o apoio de muitas referências de Paes Leme, genealogista do século XVIII, que muitas vezes se referiu à existência no século XVII de grandes fazendas com centenas de índios. Em virtude da pequena população das capitanias, unidades desse tamanho só fazem sentido se não estivessem produzindo apenas para o mercado local. Assim, pela exportação de índios ou de gêneros alimentícios, São Vicente foi levado a manter crescente contato com o restante da colônia. A mão-de-obra indígena e a escravidão dos índios continuaram sendo aspectos fundamentais da economia paulista durante grande parte do século XVII, e uma questão de preocupação vital na capitania.

com os índios capturados, mas ao mesmo tempo suscitam indagações sobre o motivo de os paulistas continuarem a envolver-se num empreendimento tão arriscado e incerto.

34. Sobre argumentos contra o ponto de vista tradicional, ver JAIME CORTESÃO, *Introdução à História das Bandeiras*, Lisboa, 1964, 2 vols.; ver vol. II, pp. 302-311, e C.R. BOXER, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, Londres, 1952, pp. 20-29; ver também o curioso apêndice em ROBERTO SIMONSEN, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, (4. ed., São Paulo, 1962, pp. 245-246.

35. Arquivo Distrital de Braga, Congregação de São Bento 134 (1648-1652).

36. CORTESÃO, *Introdução*, vol. II, p. 305.

O isolamento que havia caracterizado São Paulo no século XVI e contribuíra para sua formação social e cultural começou a mudar depois de 1600. Embora São Paulo continuasse a ser uma vila relativamente pequena e nunca tenha alcançado a riqueza de Salvador ou de Olinda, era no final do século XVII um fac-símile razoável desses centros. Dominou o planalto e estava sendo crescentemente cercado de povoados menores, como Moji das Cruzes (1611), Taubaté (1645) e Itu (1657), produtos da atividade das bandeiras e da expansão agrícola. Em 1681, São Paulo tornou-se a capital da capitania e, em 1711, dois anos após a criação da capitania ampliada de São Paulo e Minas de Ouro, foi elevada de vila a cidade.

Algumas famílias importantes dominavam a vida social e as instituições municipais de São Paulo. Durante grande parte do século XVII, os clãs Pires e Camargo mantiveram uma contenda intermitente que nascera de um ponto de honra da família, mas que posteriormente assumiu matizes políticos. O controle da região pela coroa era mínimo. Em 1691, o governador-geral do Brasil escreveu que os paulistas “não conheciam nem Deus, nem Lei, nem Justiça”. Alguns anos mais tarde, outro funcionário da coroa os descreveu como “profundamente devotados à liberdade na qual sempre viveram desde a criação de sua vila”³⁷. Em 1662, São Paulo era chamada de uma “*veritable La Rochelle*”, mas na verdade sua lealdade à coroa portuguesa era constante. Quando, em 1640, uma pequena facção pró-espanhola tentou separar a capitania do resto do Brasil, foi frustrada pela maioria da população e pela lealdade de Amador Bueno, que recusou sua oferta de liderança.

Ao mesmo tempo, qualquer interferência em questões que afetassem diretamente os interesses paulistas sofria forte oposição. Os magistrados reais que se intrometiam em “questões do sertão” (isto é, índios) eram muitas vezes ameaçados ou mesmo sujeitos a violência. Em 1639, os jesuítas espanhóis, fazendo objeção aos ataques contra Guairá e Tape, obtiveram do papa Urbano VIII a bula papal *Commissum nobis*, que reiterava as proibições contra a escravidão dos índios e mencionava especificamente o Brasil, o Paraguai e o Ríó de la Plata. Esse documento e a lei real que se seguiu, de março de 1640, provocaram o furor dos principais consumidores e fornecedores de trabalho indígena. Houve levantes no Rio de Janeiro e os jesuítas foram fisicamente expulsos de Santos e de São Paulo em 1640. Embora os jesuítas tenham recebido permissão para voltar em 1653, a independência truculenta dos paulistas levou a coroa a mover-se com cautela na

37. CHARLES R. BOXER, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750*, Berkeley e Los Angeles, 1964, p. 34.

capitania. Na verdade, somente após sua derrota na Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais (1708-1709), as “pretensões” paulistas foram postas sob controle.

Embora a coroa achasse muitas vezes as qualidades e atitudes peculiares dos paulistas um inconveniente ou um problema, começou a recorrer cada vez mais às suas habilidades e capacidades para promover objetivos reais. As expedições das bandeiras ainda eram organizadas em caráter privado, mas a coroa portuguesa e seus representantes na colônia começaram a encontrar usos definidos para elas. A grande bandeira de Antônio Raposo Tavares (1648-1652), que cruzou o Chaco, ladeou os Andes pelo norte e seguiu o sistema fluvial do interior do continente para sair no estuário do Amazonas, foi ao que parece autorizada pela coroa e teve um propósito geopolítico. Outros usos foram encontrados para os paulistas no árido sertão do Nordeste, especialmente no sul da Bahia. Da década de 1670 em diante, grupos de paulistas podiam ser encontrados no sertão, criando gado em suas próprias terras, escravizando índios quando podiam e desejando ser empregados do Estado. Os paulistas e os baianos foram os principais responsáveis pelo desbravamento da região do Piauí na década de 1680. O paulista Domingos Jorge Velho ajudou a desbravar o Piauí e depois juntou-se a outro paulista, Matias Cardoso de Almeida, na resistência a importante rebelião indígena, a “Guerra dos Bárbaros”, que irrompeu no Rio Grande do Norte e no Ceará (1683-1713). A participação nessas ações patrocinadas pelo governo era particularmente atraente porque eram consideradas “guerras justas”, e assim os índios capturados nelas podiam ser legalmente vendidos como escravos. Os índios capturados durante a Guerra dos Bárbaros, por exemplo, foram vendidos na cidade de Natal.

Em toda a parte a coroa extraiu para propósitos oficiais crescente benefício do uso das habilidades e da belicosidade dos paulistas. A luta com os índios era o emprego básico, mas os paulistas também podiam fazer frente a outras ameaças à segurança interna. Após anos de intermitentes hostilidades, foi o mesmo Domingos Jorge Velho que, entre 1690 e 1695, chefiou a campanha final contra Palmares, a comunidade de escravos fugitivos. Também no extremo sul, os interesses e as atividades paulistas tradicionais suscitaram naturalmente o apoio oficial ao avanço português em direção à discutida fronteira com a América espanhola.

Tanto os paulistas quanto seus rivais tradicionais, os jesuítas espanhóis do Paraguai, haviam se envolvido no desbravamento e povoamento das terras que ficavam ao sul de São Vicente. Na década de 1570 foi relatada a existência de ouro perto de Paranaguá, e embora não tenha sido fundada na área uma vila

antes de 1649, a região já era bem conhecida na época. Mais ao sul ainda, os jesuítas haviam aparentemente esperado estender suas missões de Tape até ao mar na lagoa dos Patos, mas as bandeiras da década de 1630 forçaram sua retirada. Os jesuítas retornaram após 1682, e entre essa data e 1706 fundaram sete missões a leste do rio Uruguai, no local que viria a tornar-se o atual Rio Grande do Sul. O gado de São Paulo introduzido na região e aquele que os jesuítas haviam deixado multiplicaram-se nas planícies temperadas e se transformaram em grandes manadas bravias. Os pastos montanhosos de Santa Catarina ficaram conhecidos pelo nome de *vaqueria dos pinhais* e os do Rio Grande do Sul e da Banda Oriental, de *vaqueria do mar*. Na década de 1730, muitos caçadores de gado portugueses caçavam essas manadas em busca de couro.

A criação, em 1680, de um posto avançado português em Colônia do Sacramento, às margens do rio da Prata, foi uma jogada com motivos geopolíticos e econômicos, destinada a demarcar a pretensão portuguesa à região e a servir de base para o comércio com o Alto Peru (e a corrida da prata). A história subsequente do Extremo Sul foi uma ocupação do território que ficava entre os pequenos povoados do Paraná e o posto avançado da Colônia. Foi também uma história da interação entre as ações do governo e o empreendimento privado. Em Santa Catarina, o povoamento ocorreu na década de 1680, e os povoados mais importantes foram Laguna (1684), fundada por casais paulistas e açorianos enviados pela coroa. Por volta de 1730, a descoberta de ouro em Minas Gerais havia criado uma demanda de gado no Sul de tal magnitude que foi aberta uma estrada de Laguna a São Paulo, passando por Curitiba e Sorocaba, pela qual viajavam mulas e cavalos destinados à zona de mineração.

O desbravamento inicial das terras localizadas mais ao sul foi feito por várias bandeiras, mas na década de 1730 emergiu um interesse real em ocupar essas terras. Em 1737, foi fundado o Rio Grande do São Pedro, e no ano seguinte, ele e Santa Catarina foram transformados em subcapitanias do Rio de Janeiro. Em 1740, mais casais açorianos estavam chegando para se estabelecer na fronteira. Entre 1747 e 1753, chegaram cerca de quatro mil casais, que se juntaram aos paulistas que começavam a mudar-se também para a região.

A sociedade das regiões ao sul de São Paulo variou até certo ponto de acordo com as principais atividades econômicas de cada uma. O atual Paraná, com seus povoados de Paranaguá e Curitiba, era uma extensão de São Paulo. A atividade mineradora inicial caracterizou-se pelo uso de escravos índios, mas, em meados do século XVIII, os negros estavam sendo usados em números crescentes. Posteriormente, as fazendas de gado que se desenvolveram na região tam-

bém se baseavam no trabalho escravo, como ficou bem claro pelas primeiras sesmarias. Mais para o sul ainda, a vida era organizada em torno de postos militares espalhados e da exploração dos rebanhos de gado. O cavalo era um elemento essencial da vida, assim como o chá-mate e o churrasco. Pequenos povoados desenvolveram-se em torno dos postos militares ou nas travessias dos rios. De forma geral, era uma sociedade pastoril simples na qual as principais atividades eram o roubo de gado, o contrabando e a caça.

O Norte Equatorial

A periferia do norte, apesar de estar separada de São Paulo e das planícies da fronteira sul por milhares de quilômetros e de apresentar um clima e uma geografia notavelmente diferentes, exibiu muitos paralelos com o Extremo Sul no desenvolvimento de sua sociedade e economia. No Norte, o fracasso na criação de uma economia de exportação adequada, o caráter esparso da população européia (especialmente a falta de mulheres), a pouca quantidade de escravos negros, a atitude independente do governo local, a fusão cultural e biológica de europeus e índios e, acima de tudo, o papel central do índio na vida da região, tudo isso reproduziu os padrões do Extremo Sul.

É verdade que foram criadas capitânicas hereditárias na costa norte do Brasil na década de 1530, mas não foram ocupadas pelos portugueses. Em vez disso, foram os franceses os primeiros a apresentar interesse ativo pela “costa leste-oeste” do Norte. Somente depois que um grupo de nobres franceses, liderados pelo Sieur de la Ravardière, fundaram em 1612 um povoado em torno de um forte na ilha do Maranhão, os portugueses mostraram algum interesse pela região. E somente depois da rendição de São Luís em 1615, estenderam seu controle à Amazônia, fundando a cidade de Belém em 1616. Belém passou então a ser a base de operações contra os pequenos fortes comerciais holandeses e irlandeses localizados no baixo Amazonas, que os portugueses destruíram. Em 1621, a vasta região do norte do Brasil foi integrada ao estado separado do Maranhão, então criado, que teve seu próprio governador e sua própria administração e sua primeira capital em São Luís. Mas, após a década de 1670, os governadores começaram a passar grande parte do seu tempo em Belém, que se tornou a capital em 1737.

Em virtude da pequena população e da escassez de recursos do estado do Maranhão, a coroa voltou a criar mais uma vez as capitânicas hereditárias, num

intuito de transferir o ônus da colonização para os particulares. Cumá, Caeté e Cameté foram fundadas na década de 1630, assim como Cabo do Norte (Amapá atual), que em 1637 foi cedido a Bento Maciel Parente, corajoso mas furioso caçador de índios e sertanista. Finalmente, em 1665, a ilha de Marajó (ilha Grande de Joanes) foi transformada também em capitania hereditária³⁸. Nenhuma dessas concessões se revelou particularmente vitoriosa e todas elas acabaram por ser abolidas em meados do século XVIII. Até a década de 1680, o domínio português efetivo limitou-se às áreas em torno das duas cidades, São Luís e Belém, e a alguns postos fluviais avançados, destinados a controlar o tráfico de canoas e a escravidão de índios. Destes o mais importante foi Gurupá, que serviu de posto de cobrança e ponto de controle de direitos de entrada, localizado a cerca de dez ou doze dias de viagem de Belém, Amazonas acima.

Tal como havia ocorrido em São Vicente, a colônia no Norte orientou-se para o interior. Belém e São Paulo representavam simbolicamente os extremos da colonização efetiva. Ambas situavam-se na entrada de bacias fluviais importantes que facilitavam o deslocamento para o interior, e ambas eram base de contínuas expedições.

No Norte, os portugueses e seus filhos caboclos, acompanhados por escravos ou trabalhadores índios, organizaram entradas, rios acima, em busca de produtos nativos da floresta, como cacau e baunilha, ou índios que pudessem ser “resgatados” de seus inimigos e colocados a serviço dos portugueses. A vida desses sertanistas era difícil e perigosa. Suas expedições pelos rios muitas vezes duravam alguns meses. No interior, os europeus adotaram muitas características da vida indígena. A rede, a canoa, a farinha de mandioca e a sabedoria da floresta eram todas copiadas dos índios entre os quais viviam os portugueses. A *lingua franca* falada em todo o estado do Maranhão era uma variante do tupi, que permaneceu a língua dominante da região até bem avançado o século XVIII. O machado de ferro e a Igreja católica simbolizavam as influências culturais que se moviam em outra direção, mas no extremo norte, como no sul, o impacto dos índios foi muito maior e durou mais tempo do que nas zonas agrícolas da costa.

O caráter fronteiriço do estado do Maranhão era salientado por sua minúscula população européia. Em 1637, o jesuíta Luiz Figueira queixava-se da falta de mulheres européias e vituperava, em termos exatamente iguais aos utilizados quase um século antes pelos jesuítas na Bahia e em São Paulo, os pecados

38. Uma sexta capitania, o Xingu, foi criada em 1685, mas nunca foi ocupada.

resultantes das uniões ilícitas com os índios. Já em 1619, quando imigrantes açorianos foram enviados a São Luís, muitos esforços haviam sido envidados para corrigir essa situação. Já vimos como essa técnica de imigração patrocinada das ilhas do Atlântico para as fronteiras foi utilizada no extremo sul, e seria empregada de novo em épocas posteriores na região amazônica. Mas, a despeito dessas medidas, a população européia continuou pequena. Em 1637, São Luís tinha apenas 230 cidadãos e Belém somente 200. Em 1672, estimava-se que todo o estado do Maranhão não continha mais que 800 habitantes europeus. Entretanto, Belém começou a desenvolver-se no século XVIII. De cerca de 500 em 1700, sua população atingiu 2 500 em 1750. Nessa época, a população total do Pará e do Rio Negro foi avaliada em 40 mil, englobando os índios que se achavam sob controle dos portugueses.

Como no sul, o pequeno número de europeus, o isolamento físico em relação aos centros do governo colonial, a alta porcentagem de índios na população e as oportunidades econômicas apresentadas pela exploração do sertão e dos índios associaram-se para criar condições em que as instituições portuguesas foram atenuadas e a cultura européia, profundamente invadida pelos elementos indígenas. As duas cidades abrigavam os funcionários mais graduados do governo, alguns comerciantes e, eventualmente, os principais estabelecimentos das ordens missionárias. Os colonizadores mais ricos viviam ali, muitas vezes combinando interesses na agricultura com o financiamento de expedições escravistas ao interior. As entradas eram em geral chefiadas por europeus, mas os índios é que remavam as canoas. Nos fortes e postos avançados espalhados que foram eventualmente fundados rios acima, pequenas guarnições de conscritos pobres viviam em isolamento. Soldados, sertanejos e desertores tornaram-se “cunhamenas”, com filhos mestiços e muitas vezes servindo de agentes de entradas missionárias ou patrocinadas pelo governo.

O controle da coroa sobre a região era tênue. Os colonos do Pará e do Maranhão mostraram-se tão truculentos e tão independentes quanto haviam sido os paulistas. As câmaras municipais de Belém e de São Luís obrigaram os governadores a comparecer à sua presença para explicar sua ação política até que a coroa pôs um fim a essa prática. Os funcionários reais que defendiam os interesses dos colonos em matéria de tributação ou do uso do trabalho indígena eram apoiados; aqueles que aprovavam os esforços dos missionários para limitar o uso de índios eram perseguidos. De modo bastante curioso, Antônio Vieira, o grande missionário jesuíta, chamou o Maranhão de “La Rochelle do Brasil”, curiosamente o mesmo termo usado para descrever a resistência de São Paulo

à autoridade real. Como ocorreu em São Paulo, foram em geral as “questões do sertão” (isto é, os índios) que suscitaram as reações mais violentas dos colonos. Os jesuítas foram expulsos das principais cidades em duas ocasiões e na década de 1720 foi montada uma campanha de difamação e queixas contra eles, que acabou por contribuir para sua total expulsão do Brasil. Às vezes os colonos recebiam considerável apoio desses governadores, os quais também violavam eles próprios as leis contra a escravidão indígena. Isso pôde ser dito de Cristóvão da Costa Freire (1707-1818) ou de Bernardo Pereira de Berredo (1718-1722), cujo obra *Anais Históricos* é até hoje uma fonte importante para a história da região. A virulência da luta entre os colonos e as ordens missionárias emergiu fundamentalmente da economia e do papel central que o trabalho indígena desempenhou dentro dela.

Desde o início, os portugueses tentaram criar no Norte uma economia orientada para a exportação. Na vizinhança imediata de Belém e São Luís, tanto a coroa quanto os colonos tentaram desenvolver lavouras de açúcar iguais às de Pernambuco ou da Bahia. Já em 1620, foram concedidos privilégios àqueles que prometessem construir engenhos no Maranhão³⁹. Chegou a ser produzido algum açúcar, especialmente nas proximidades de São Luís, mas o desenvolvimento da indústria foi impedido por sérios problemas, como, por exemplo, uma permanente escassez de artesãos e técnicos, a despeito dos esforços para atraí-los e mantê-los. Em 1723, a câmara municipal de Belém queixou-se de que havia um único ferreiro para atender aos vinte engenhos da região. Mais séria ainda foi a escassez crônica de mão-de-obra. Antes de 1682, a importação de africanos era esporádica. Nesse ano, formou-se a Companhia de Comércio do Maranhão com o objetivo de suprir de escravos a região. Seu fracasso nesse intento, juntamente com a má administração e a fixação de preços, contribuiu para provocar uma revolta dos colonos em 1684, que acabou por se voltar também contra os jesuítas. A coroa reprimiu a revolta, mas afrouxou as restrições sobre o uso de escravos índios. Os colonos continuaram a exigir a importação de africanos e, com a oferta de capital privado local em baixa, a própria coroa patrocinou uma nova companhia, a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, que deveria fornecer pelo menos 145 escravos por ano ao estado do Maranhão. Esse fluxo lento de escravos pouco fez para estimular a produção e provocou muito barulho. Os colonos queixavam-se dos preços altos e os habitantes do Pará reclamavam que os navios descarregavam os melhores escravos em São

39. AHU, cód. 32, f^{os}. 58-60.

Luís. Antes de 1750, provavelmente apenas alguns milhares de africanos alcançaram o norte do Brasil.

A produção de açúcar experimentou também outros problemas. O seu embarque para o Norte era quase sempre irregular. Em 1694, um único navio chegou a Belém. O açúcar, já de qualidade inferior ao da Bahia, muitas vezes ficava armazenado por longos períodos nas docas, depreciando ainda mais o seu valor. Com isso, os colonos e as ordens missionárias que possuíam engenhos abandonaram a produção de açúcar para exportação para produzir cada vez mais cachaça para consumo local. Apesar das tentativas reais em 1706 de deter a destilação, a produção prosseguiu. Em 1750, o Maranhão contava com 31 engenhos e 120 engenhocas de pequena escala⁴⁰. Algumas dessas propriedades eram grandes unidades de produção, como as dos carmelitas e dos jesuítas; a maioria, porém, não passavam de pequenas unidades produtoras de cachaça para uso local.

Também eram cultivados outros produtos de mercado. Plantava-se algodão, sobretudo no Maranhão. O algodão, além de ser usado para a fabricação de roupas grosseiras em todo o Norte, também circulava amplamente como uma forma de moeda, mas somente no final do século XVIII passou a figurar como importante item de exportação. Foram feitas algumas tentativas de desenvolver outras culturas. O anil e o café foram introduzidos ou subvencionados pela coroa, mas com pouco sucesso. Diante do fracasso geral no desenvolvimento de uma cultura para exportação, os colonos passaram a depender cada vez mais dos produtos da floresta: a baunilha, a salsaparrilha e a tinta de urucum; todas encontravam mercados na Europa, mas nenhuma dessas chamadas “drogas do sertão” foi tão importante quanto o cacau.

Entre 1678 e 1681 a coroa tentou, com pouco sucesso, estimular a produção de cacau mediante isenções de impostos e oferta de outras vantagens aos produtores. Os colonos, em lugar de cultivar a variedade domesticada, mais doce, preferiram enviar seus índios para colher o cacau silvestre da floresta amazônica. O cacau crescia selvagem por toda a região, de modo que pouco capital era necessário para colhê-lo. “Tropas” de canoas conduzidas por índios subiam o rio, estabeleciam bases temporárias enquanto colhiam o fruto e, cerca de seis meses depois, desciam o rio até Belém. A deserção, o ataque de índios e a falta de oportunidades comerciais criavam dificuldades para o comércio do cacau.

40. *Relatório do Ouvidor João Antônio da Cruz Denis Pinheiro* (1751), publicado em J. LUCIO DE AZEVEDO, *Os jesuítas no Grão-Pará*, 2. ed., Coimbra, 1930, pp. 410-416.

Lentamente, porém, à medida que os mercados do cacau da Amazônia se desenvolveram na Itália e na Espanha, o comércio tomou um impulso. Em meados da década de 1720, eram concedidas cerca de 100 licenças por ano às canoas para a colheita do cacau. Na década de 1730, esse número havia subido para 250 e em 1736 fixou-se em 320. Durante essa época de exploração aberta mas autorizada, antes de 1755, o cacau era o principal produto de exportação do Pará. Entre 1730 e 1744, constituía mais de 90 por cento das exportações da capitania. Entre 1730 e 1755, mais de 16 mil toneladas métricas de cacau foram exportadas da região amazônica; eram a principal atração para os navios que chegavam a Belém. Algumas vezes o cacau amazônico alcançou no mercado de Lisboa preços mais altos do que o açúcar, mas depois de 1745, devido à escassez de mão-de-obra, de navios e a uma queda nos preços, as exportações tornaram-se mais irregulares.

O fracasso no desenvolvimento, durante a maior parte do século XVII, de um produto de exportação segura acentuou a grande pobreza do Norte. As colônias eram deficitárias. O dízimo arrecadado no Maranhão usualmente não cobria os custos do governo, e o mesmo aconteceu no Pará até 1712. As principais fontes de renda do governo eram as licenças para a coleta de produtos da floresta e o dízimo cobrado sobre eles. Belém e São Luís eram vilas pobres. Como aconteceu em São Paulo, as mercadorias importadas eram raras e a população dependia de produtos grosseiros, feitos no local. Havia pouco capital disponível para investimento e uma escassez crônica de moeda. Até 1748, quando Lisboa passou a cunhar moedas especificamente para o Maranhão-Pará, quase todas as transações eram feitas por escambo ou usando como meio de troca roupas de algodão ou cacau. A moeda existente circulava com o dobro do seu valor de face e aos produtos usados para a troca era dada muitas vezes uma taxa oficial de troca diferente do seu valor de mercado, dificultando desse modo ainda mais os negócios.

Em última análise, foi o índio que se tornou a chave do desenvolvimento do Norte. A coroa, os colonos e as ordens missionárias tentavam, por vários motivos e sob vários pretextos, manter os índios sob controle europeu. Desde quase o início da colonização do Norte, essa questão colocou os colonos em conflito direto com as ordens missionárias, especialmente os jesuítas, e muitas vezes também com a coroa e seus representantes.

O Norte do Brasil tornou-se um grande campo missionário. Os franciscanos estavam estabelecidos no Pará já em 1617, mas na década de 1640 foram substituídos pelos jesuítas como a principal ordem missionária no Norte. Com

chegada, em 1653, do notável e dinâmico padre Antônio Vieira como provincial, intensificaram-se as tentativas dos jesuítas de proteger os índios e mantê-los sob seu controle. Vieira usou o poder do púlpito e da pena para verberar os muitos abusos cometidos contra os índios no Maranhão e no Pará, e sua defesa resultou numa nova lei de 1655 contra a escravização indígena. Essa legislação seguiu as linhas das primeiras leis de 1570, 1595 e 1609, mencionadas acima, mas deixou “brechas” que permitiram expedições defensivas contra índios hostis e concederam àqueles que “resgatassem” índios o direito de exigir deles cinco anos de serviço pessoal, após o que passariam a integrar o fundo comum de trabalho livre. Na realidade, a lei era um meio-termo: a coroa desejava replicar aos argumentos dos jesuítas, mas não queria impedir totalmente o acesso dos colonos ao trabalho índio devido à inquietação que isso criaria e ao fato de ela própria ter começado, em 1649, a tributar todos os escravos trazidos do interior. Aos jesuítas foi concedida ampla liberdade de trazer índios do interior por meios pacíficos e de fixá-los nas aldeias das missões, onde formariam um fundo de trabalho do qual os colonos podiam sacar.

A lei de 1655 pouco fez para eliminar o tráfico de escravos índios e os jesuítas logo descobriram também que era muito difícil trazer índios por persuasão pacífica. Além disso, algumas limitações, como a lei promulgada, eram causa de queixas contínuas dos colonos contra os jesuítas, que, em 1661-1662, chegaram a ser expulsos de São Luís e de Belém em consequência de sua política indígena. Uma lei posterior de 1680, que proibia toda escravidão indígena e aumentava o controle dos jesuítas sobre as almas e o trabalho dos índios, provocou reações ainda mais violentas dos fazendeiros e contribuiu para a expulsão dos jesuítas, em 1684, do Maranhão. Os jesuítas foram reintegrados com apoio real e promulgou-se nova ordenação, o *Regimento das Missões*, de 1686, que regulamentava as questões indígenas e concedia às ordens missionárias poderes ainda maiores. Dois anos depois, porém, mediante uma nova lei, o governo passou subvencionar “tropas de resgate”, cujo objetivo era prear escravos índios e distribuí-los entre os colonos. Por esse arranjo, junto com as tropas deviam seguir alguns jesuítas a fim de garantir que fossem cumpridas as regras relativas à escravidão. Para decidir se a captura dos índios pelas tropas do Estado havia sido realizada dentro das limitações da lei, reunia-se periodicamente em Belém uma Junta das Missões, formada por representantes das ordens missionárias e por um juiz da coroa. Apesar de relutarem em cooperar com essa escravidão legalizada, os jesuítas eram suficientemente astutos para compreender a necessidade da aplicação de algum meio-termo. A legislação de 1686-1688

continuou sendo, até meados do século seguinte, a lei básica que comandava as relações entre portugueses e índios.

O estado do Maranhão dependeu, portanto, de várias formas de mão-de-obra indígena, todas elas baseadas mais ou menos na coerção. Escravos índios adquiridos legal ou ilegalmente eram usados em toda a parte, podendo ser encontrados na casa do governador, nas lavouras dos jesuítas e nas fazendas dos colonos. Além disso, os índios “resgatados” e aqueles que haviam vindo por vontade própria eram congregados em aldeias, sob o controle dos missionários. Por volta de 1730, somente os jesuítas reuniam mais de 21 mil índios em 28 aldeias das missões, e outras 26 aldeias eram controladas pelos franciscanos. Estima-se que na década de 1740 cerca de 50 mil índios viviam sob o controle dos missionários. As aldeias eram de vários tipos. Aquelas localizadas perto dos centros de população portuguesa forneciam aos colonos mão-de-obra sob contrato. Algumas aldeias eram controladas pela coroa, que as utilizava exclusivamente para prover canoieiros ou trabalhadores na extração de sal. Também as ordens missionárias tinham direito ao uso exclusivo da mão-de-obra de algumas aldeias que a usavam para a manutenção de seus estabelecimentos. Mais para o interior ficavam as aldeias de fronteira, cujo trabalho era requerido apenas ocasionalmente, quando passava pelo local uma tropa de resgate.

Foi o sucesso das aldeias e a interferência dos missionários no acesso dos fazendeiros à força de trabalho indígena, juntamente com as atividades econômicas das ordens religiosas, que provocaram queixas ainda mais veementes dos colonos. Como sempre, os jesuítas eram o alvo principal. Estes haviam adquirido e desenvolvido, no Norte, extensas propriedades: fazendas de gado na ilha de Marajó, engenhos, lavouras de algodão e de cacau. Introduziram novos cultivos na região e se revelaram também muito ativos na coleta das drogas do sertão. Em 1734, mais de um terço do cacau silvestre registrado no posto de alfândega de Gurupá era de propriedade dos jesuítas. Evidentemente, os mercedários e os carmelitas também possuíam vastas propriedades, mas foram os jesuítas que atraíram as maiores críticas, em virtude talvez da sua atitude de não-acomodamento na questão da escravidão indígena. Seu maior crítico foi Paulo da Silva Nunes, um servidor do governador Costa Freire, que chegou a ocupar alguns cargos de pouca importância na colônia e mais tarde tornou-se representante oficial dos colonos em Lisboa. Suas indignadas petições acabaram por suscitar uma investigação real em 1734, que exonerou os jesuítas; mas a própria investigação indicou um endurecimento da política real com relação às

ordens religiosas, que afinal resultou na expulsão dos jesuítas e na secularização das missões.

Devíamos ter em mente que, da perspectiva dos índios, o problema não era de trabalho, mas de sobrevivência. As exigências dos portugueses e os maus-tratos impostos cobravam seu tributo. Além disso, as doenças epidêmicas dizimavam periodicamente a população indígena. Há registros de epidemias de varíola em 1621 e 1644 e mais tarde, em 1662, um surto assolou toda a região. O século seguinte não trouxe qualquer alívio, já que houve novo recrudescimento da varíola em 1724 e uma devastadora epidemia de sarampo na década de 1740. A cada surto seguia-se uma escassez de mão-de-obra, provocando nova retomada da escravidão. As regiões ou eram despovoadas pela doença ou “escravizadas”. À medida que os portugueses penetravam a região dos rios Negro, Japurá e Solimões, encontravam crescente dificuldade em negociar cativos com as tribos ribeirinhas que já tinham acesso a ferramentas de ferro e armas de fogo adquiridas no comércio com pessoas que mantinham contato com os holandeses no baixo Essequibo. Diante de tal situação, as tropas dependiam cada vez mais da força direta.

O noroeste da Amazônia foi desbravado no final do século XVII. Na década de 1690 foi fundado um pequeno posto avançado perto de Manaus, na foz do rio Negro, e depois de 1700 era comum a escravização de índios pelos portugueses nos rios Solimões e Negro. Essas atividades acabaram por provocar a resistência da populosa tribo dos manaus, que foram derrotados numa série de campanhas punitivas na década de 1720 e seus sobreviventes foram vendidos como escravos em Belém. A região foi confiada aos carmelitas, que estabeleceram no local algumas missões. Seus esforços, porém, estiveram voltados muitas vezes mais para o ganho econômico do que para o cuidado espiritual dos índios. Finalmente, foi também nessa fronteira longínqua que, a exemplo do que aconteceu no Sul, os interesses de Portugal entraram em conflito direto com os da Espanha. No início de 1682, o jesuíta Samuel Fritz, natural da Boêmia e recém-chegado da província espanhola de Quito, havia instalado algumas missões entre os omáguas, ao longo do rio Solimões. No final, após arranjos diplomáticos e algumas escaramuças, os jesuítas espanhóis foram obrigados a abandonar a região. Em 1755, o noroeste da Amazônia tornou-se uma capitania separada, com o nome de Rio Negro, firmando a autoridade dos portugueses muito além da linha de Tordesilhas.

Resumindo: os extremos norte e sul da América portuguesa pareciam, sob muitos aspectos, estar atrasados em relação aos centros de colonização. A vida e

as preocupações de Belém e São Paulo em 1680 eram muito semelhantes às de Salvador e Olinda em 1600: o papel dos missionários, o recurso à força de trabalho indígena, o estabelecimento do tráfico de escravos no Atlântico. As proporções raciais relativas da população – pequenos números de brancos, poucos africanos, muitos mestiços e uma alta porcentagem de índios – em ambas as regiões periféricas lembravam também períodos anteriores nas zonas de agricultura da costa. As diferenças, porém, não eram cronológicas mas estruturais. Estavam relacionadas com a maneira como essas periferias estavam integradas na economia de exportação da colônia. Primeiro, São Paulo começou a crescer como fornecedor de mão-de-obra e de gêneros alimentícios para as outras capitanias. Depois, com o desenvolvimento da mineração na capitania, sobretudo depois de 1700, o modelo inicial começou a mudar; e, à medida que era atraído para o fornecimento e a exploração das minas, São Paulo passou cada vez mais a assemelhar-se às capitanias do Nordeste. Na Amazônia, a mudança ocorreu mais lentamente. A principal razão disso foi a falta de desenvolvimento de um produto de exportação. Apesar de se ter descoberto, na década de 1730, algum mercado para o cacau e outros produtos florestais, foi somente depois de 1755, com a intervenção do Estado na economia e na sociedade, que a periferia do Norte se viu também atraída para o sistema comercial do Atlântico.

O TECIDO URBANO

As cidades do Brasil, seja nas zonas devotadas à agricultura seja nas extremidades da colonização portuguesa, eram essencialmente uma criação da economia de exportação. Todos os principais centros eram portos, pontos de troca entre os produtos do Brasil e o fluxo de entrada de manufaturas, imigrantes e escravos da Europa e da África. As poucas vilas secundárias existentes eram usualmente pequenos povoados agrícolas ribeirinhos ou portos menores, presos pelo comércio costeiro aos centros marítimos. No Nordeste, eram poucas as vilas secundárias e lentas em seu desenvolvimento em virtude da atração dos engenhos. As populações e os recursos econômicos tendiam a concentrar-se em volta da indústria do açúcar, de tal modo que durante a safra o engenho, com suas centenas de trabalhadores, seus artesãos, sua capela e às vezes até seu padre residente, cumpria muitas das funções e serviços de uma vila. Digna de nota era a ausência de pequenas aldeias camponesas ao modelo português; mas, no contexto das grandes lavouras baseadas no trabalho escravo, elas teriam tido pouco sentido.

Somente São Paulo e as vilas do planalto desenvolveram-se como colonizações do interior relativamente livres da orientação exportadora que o restante da colônia seguia; evidentemente, seu número foi muito pequeno e tiveram pouca importância durante a maior parte desse período, tendo sido superadas amplamente por Olinda e Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Entre 1532 e 1650, foram fundadas no Brasil seis cidades e 31 vilas. As primeiras concentraram-se ao longo da faixa costeira, entre Olinda e Santos, mas depois de 1580, com a expansão da colônia no rumo norte, houve uma nova onda de fundações, como Natal (1599), São Luís (1615) e Belém (1616). Mais uma vez todas essas cidades eram portos. Somente no segundo quarto do século XVIII e com o desbravamento de Minas Gerais, é que a rede urbana começou a espalhar-se para o interior. De fato, pode-se afirmar que no Brasil não havia uma rede de cidades, mas apenas um arquipélago de portos, cada um deles cercado por seu próprio interior agrícola e em contato mais estreito com Lisboa do que entre si. Esse fato foi o resultado da orientação exportadora da economia e da estrutura imperial portuguesa, que procurou manter cada capitania dependente diretamente da metrópole. A localização costeira das cidades brasileiras tornou a fortificação e a defesa questões de constante preocupação e despesa. Entrelpos holandeses e ingleses atacavam regularmente os portos brasileiros no período entre 1580-1620 e após essa data todas essas cidades tornaram-se vulneráveis ao ataque como parte de conflitos mais amplos, como na tomada de Salvador pelos holandeses em 1624 ou no ataque francês ao Rio de Janeiro em 1710.

Pelos padrões europeus contemporâneos, as cidades brasileiras eram pequenas e pouco expressivas. A população de Salvador, a maior delas, aumentou de cerca de 14 mil em 1585 para 25 mil em 1724, chegando a quase 40 mil em 1750. Cerca de metade de seus residentes eram escravos. Olinda, capital de Pernambuco, tinha uma população de talvez quatro mil habitantes em 1630 e apenas oito mil em 1654. (Seu porto, Recife, na verdade só tomou forma como município independente quando os holandeses a transformaram em sua capital.) As cidades do Norte eram ainda menores. Na década de 1660, São Luís tinha apenas 600 moradores (habitantes brancos) e Belém, somente 400. O Rio de Janeiro permaneceu pequeno durante todo o século XVII, aumentando sua população para 40 mil em meados do século XVIII, após o desbravamento de Minas Gerais. Estas cidades funcionavam como centros civis e eclesiásticos. O governador-geral e a Suprema Corte estabeleceram-se em Salvador e, após 1676, essa cidade passou também a ser a sede arquiépiscopal. Na capital de

cada capitania residia o governador e o principal magistrado, bem como os funcionários fiscais mais graduados. Cidades de exportação, cidades de navios, docas e armazéns, cidades de estivadores, marinheiros, e mercados de escravos, os portos brasileiros adquiriram uma certa similaridade de planta nascida da necessidade e da função. Os negócios concentravam-se perto dos embarcadouros e dos armazéns onde o açúcar, o fumo e os couros eram guardados, pesados e tributados. Os moradores, fazendeiros ou comerciantes ricos muitas vezes procuravam afastar-se do mundo dos embarcadouros – daí a separação das docas das zonas residenciais. Em Salvador, havia uma cidade alta, onde se localizavam os edifícios do governo e as residências, e uma cidade baixa do comércio. Em Pernambuco, as instalações portuárias desenvolveram-se em Recife a poucos quilômetros de Olinda. Os terrenos altos eram preferidos pelos edifícios públicos e pelas igrejas, comumente as melhores construções de uma cidade. Nas décadas de 1570 e 1580, vinham da Europa como lastro pedras de cantaria e azulejos, e em 1600 estavam sendo levantadas nas principais cidades importantes construções civis e religiosas. Muitas delas foram depois substituídas, reconstruídas ou reformadas em meados do século XVII. Entre as construções mais importantes figuravam, ao lado das igrejas e mosteiros franciscanos, os colégios dos jesuítas, construídos nas principais cidades no final do século XVI. As igrejas definiam os bairros das cidades, pois a paróquia era também a comunidade e o ponto de referência para propósitos civis e religiosos.

Uma característica distintiva da cidade brasileira desse período foi a ausência de seus cidadãos mais ricos e mais importantes durante a maior parte do ano. Os senhores de engenho e os fazendeiros de gado mantinham residências urbanas, mas passavam a maior parte do seu tempo nas suas propriedades. Muito se tem especulado sobre a “predominância rural” da vida social e econômica brasileira. Embora isso seja verdade, é enganoso. A cidade e a fazenda, ou o porto e o interior não eram pólos opostos, mas partes de um contínuo integrado. A interação entre a cidade e o campo era permanente e bastante facilitada pelo fato de a vasta maioria da população rural residir a alguns dias de viagem das cidades costeiras.

As cidades vieram à luz sob diversas condições políticas. Onde os donatários originais eram fracos, o poder privado não conseguiu sujeitar muito a autoridade municipal. Em Pernambuco, porém, a família Albuquerque Coelho exerceu sua autoridade até muito adiante no século XVII, enquanto no Rio de Janeiro o clã Correa de Sá continuou predominante até a década de 1660. Em Salvador, a presença dos principais funcionários reais da colônia também difi-

cultou o exercício local da autoridade política pela municipalidade. Vilas menores e mais afastadas eram menos inibidas e tendiam a defender sem restrição os interesses dos grupos econômicos dominantes do local, expressos por intermédio das instituições municipais.

A vida política centrava-se no senado da câmara, o conselho municipal, constituído em geral de três ou quatro conselheiros, um ou dois juizes municipais e um procurador da cidade. Os membros votantes do senado eram escolhidos por um sistema complicado de eleições indiretas, a partir de listas de homens detentores das qualificações sociais adequadas. Esperava-se que esses "homens bons" fossem donos de propriedades, residentes na cidade, incontaminados por origens artesãs ou por impureza religiosa ou ética. Embora houvesse exceções a esses requisitos, especialmente nas comunidades de fronteira, eles eram em geral acatados. O mesmo não acontecia, porém, com as proibições contra mandatos consecutivos e a nomeação de parentes, que eram geralmente ignoradas, com a desculpa de que não havia homens qualificados suficientes para ocupar os cargos públicos.

Todos os aspectos da vida municipal e muitas vezes os do campo circunjacente estavam sob o controle das câmaras. As minutas das atividades de um mês típico na metade do século XVII poderiam incluir regulamentação da saúde pública, fixação do preço do açúcar, impostos municipais, concessão dos contratos dos matadouros e organização de uma expedição para caçar escravos fugitivos. Com o tempo, e para desagrado dos governadores reais, dos magistrados e dos prelados, as câmaras tentaram ampliar sua autoridade. Escreviam muitas vezes diretamente a Lisboa e algumas mantinham representantes em Portugal para cuidar de seus interesses. Quando a legislação ou a política real pareciam ameaçar os interesses da elite local, a oposição unia-se em torno da câmara. As proibições contra a escravização dos índios causou um problema sério no século XVII. Em Salvador (1610), Rio de Janeiro (1640), São Paulo (1640) e Belém (1662), as câmaras comandaram a resistência à política real e lideraram movimentos que resultaram na prisão ou expulsão de governadores ou de jesuítas considerados responsáveis pela legislação antiescravista.

É claro que, embora a câmara buscasse promover o bem-estar da municipalidade em geral, esses corpos representavam mais ativamente os interesses dos grupos dominantes locais. Em Salvador, a única cidade em que as listas dos conselheiros estão quase completas, pode-se observar que os membros da câmara eram na maioria das vezes senhores de engenho e lavradores de cana da região. De 260 homens eleitos para as funções eletivas da câmara de Salvador

entre 1680 e 1729 mais da metade eram donos de engenho, fazendeiros de cana ou grandes proprietários rurais; se acrescentarmos os comerciantes e profissionais que adquiriram terras na época de sua eleição, a proporção sobe para mais de 80 por cento⁴¹. Por isso, ser membro do conselho municipal não era privilégio exclusivo de um único grupo, mas o setor açucareiro dominava claramente e os mesmos sobrenomes aparecem ano após ano. Se isso ocorria numa grande cidade com alto grau de diferenciação social, então podemos supor que o modelo de representação limitada era ainda mais intenso nos lugares menores, onde o número de conselheiros potenciais era reduzido. As câmaras costumavam definir o interesse comum em termos dos interesses dos grupos econômicos a que eles pertenciam. Assim, as câmaras de Belém e de São Paulo procuravam arduamente assegurar o direito de enviar expedições de escravização indígena, enquanto as do Rio de Janeiro e da Bahia estavam preocupadas com mais freqüência com a fixação de uma moratória sobre os débitos dos senhores de engenho ou com o combate de um monopólio real do comércio.

Dentro do contexto da vida política urbana é apropriado discutir duas classes sociais, os artesãos e os comerciantes, cujos destinos políticos variaram muito nas cidades do Brasil colonial. Em contraste com Portugal, onde a representação do artesão nos conselhos municipais era uma característica permanente da vida urbana e onde as corporações de artesãos (bandeiras) e o conselho de artesãos (casa do vinte-quatro) haviam exercido influência considerável, os senados brasileiros em geral careciam dessa representação. Quando os artesãos participavam dos conselhos municipais, era em geral apenas em questões de interesse direto das artes e ofícios, tais como licenças ou fixação de preços. Nos primeiros anos da colonização as artes artesanais não haviam sido muito bem representadas no Brasil, e mesmo em meados do século XVII seu número era pequeno. Salvador, a maior cidade, tinha apenas 70 artesãos registrados em 1648. As organizações de artesãos tornaram-se mais ativas nos anos posteriores a 1640, elegendo juizes para cada ofício em Salvador e aconselhando o senado do Rio de Janeiro sobre determinadas questões. Em Salvador, entre 1641 e 1711, os representantes dos artesãos, liderados por um juiz do povo, obtiveram uma representação formal na câmara, mas sua posição era tão secundária que foram obrigados a sentar-se fora do alcance da mesa principal, a fim de evitar sua participação em questões que não lhes dissessem respeito. A cumplicidade dos artesãos no projeto para limitar o número de

41. Cf. CHARLES R. BOXER, *Portuguese Society in the Tropics*, Madison, 1965, pp. 72-110; FLORY, "Bahian Society", pp. 139-144.

novos engenhos e num levante por causa de impostos, em 1710, granjeou-lhes a inimizade dos senhores de engenho e acarretou o término de sua representação.

O pequeno número de artesãos urbanos e sua posição política relativamente fraca foram conseqüência de uma série de vários fenômenos relacionados. Primeiro, a demanda de muitos artesãos nas lavouras de cana levou para o campo os homens dotados dessas habilidades, com a conseqüente redução de seu número e poder nas cidades. O "ofício mecânico", segundo os conceitos tradicionais da sociedade, era uma profissão "ignóbil" e os artesãos sofriam discriminação nesse setor de atividade. O posto de funcionário real, a filiação às ordens de cavaleiros e outras honras parecidas estavam além do seu alcance. Na Misericórdia de Salvador, os artesãos eram relegados a uma posição secundária, como irmãos de condição inferior, e os artesãos dos regimentos da milícia raramente recebiam postos de comando. Algo que contribuiu para sua posição social inferior foi a influência da escravidão. Muitos escravos aprenderam os "ofícios mecânicos" e os executavam com habilidade. Além disso, os libertos de cor viam nos ofícios especializados um passo acima na escala e abriam uma loja sempre que podiam. O trabalho escravo tendia a diminuir os salários e a enfraquecer as distinções qualitativas tradicionais do mestre e aprendiz do sistema corporativo português. A existência de uma porcentagem pequena mas crescente de artesãos pardos depreciou o seu prestígio enquanto grupo. Em suma, a posição do artesão, que nunca foi elevada em Portugal, foi rebaixada ainda mais no Brasil dentro do contexto de uma sociedade escrava. Mas isso não significa que os artesãos fossem destituídos de importância nas cidades brasileiras. Nos setores de construção e vestuário, ourivesaria, curtume e muitas outras ocupações, as irmandades de artesãos, organizadas sob a proteção de um santo patrono, assumiam suas obrigações nas procissões e festas municipais. Além disso, seu poder como corporações de ofício era fraco e continuavam, em sua maioria, sob o jugo das câmaras ou dos governadores.

No que diz respeito à posição política e social dos comerciantes, pode-se dizer que os portugueses mantiveram uma atitude ciceroniana para com os negócios. Cícero escreveu: "O comércio, se for em pequena escala, deve ser considerado um meio; mas se for em larga escala e amplo, importando muito de muitos lugares e distribuindo para muitos sem tendenciosismo, não deve ser muito censurado"⁴². Era esse exatamente o sentimento presente no Brasil colonial, onde

42. CICERO, *De officiis*, I, pp. 150-151. Esta obra era conhecida no Brasil. Aparece um exemplar no inventário do senhor de engenho João Lopes Fiuza, APB, secção judiciária, maço 623, 4.

existiam distinções reais entre os “homens de negócio”, os comerciantes de exportação e os de importação, e os “mercadores de loja”, os comerciantes varejistas ou lojistas. Em teoria, qualquer comércio no próprio nome de uma pessoa era considerado uma ocupação não-nobre, e as origens mercantis eram, a exemplo dos antecedentes artesãos, motivo para exclusão de honras e distinções civis. A essa incapacidade acrescentava-se o fato de se considerar que os comerciantes eram constituídos em sua maioria de cristãos-novos (isto é, judeus) e assim sofriam discriminação também nesse terreno. Essa conexão com os cristãos-novos foi às vezes superdimensionada, mas um estudo de Salvador revela que no século XVII cerca de metade dos comerciantes residentes eram realmente cristãos-novos⁴³. Mas no contexto de uma economia orientada para a exportação, em que o comércio era um elemento essencial da vida, essas limitações não deixam de ser desafiadas ou, pelo menos, são passíveis de mudança. Os lojistas encontravam sua mobilidade de ascensão continuamente bloqueada, mas os comerciantes de exportação, que estavam envolvidos no comércio com a África e com a Europa e, durante a União Ibérica, num ativo contrabando com a América espanhola, não podiam ser excluídos do progresso social e político.

Embora nunca tenham sido um grupo grande em números absolutos, os comerciantes tinham alguns atributos que facilitavam o progresso social. Sua esmagadora maioria eram europeus, muitos dos quais vieram para o Brasil como agentes dos comerciantes da pátria-mãe ou por solicitação de algum tio ou primo que já fazia negócios no Brasil. Não surpreende que muitos tenham se casado com mulheres brasileiras, amiúde filhas da elite fundiária, que, em alguns casos, estavam propensas a deixar passar a “mancha” de cristão-novo. O sucesso também abriu seu próprio caminho, na medida em que comerciantes ricos podiam comprar engenhos ou fazendas de gado e ingressar na prestigiosa irmandade da Misericórdia ou Ordens Terceiras dos franciscanos. De muitas maneiras, a classe dos comerciantes era absorvida pela elite fundiária num processo gradual que, no final do século XVII, apagou as distinções sociais entre os dois grupos.

Essa fusão, porém, não eliminou o inevitável antagonismo entre comerciantes e produtores oriundo de suas relações econômicas. As queixas dos agri-

43. Grande parte desta seção foi abeberada em RAE FLORY E DAVID G. SMITH, “Bahian merchants and planters in the seventeenth and early eighteenth centuries”, *HAHR*, 58 (4): 571-594, November 1978.

cultores contra a “extorsão” dos comerciantes perdurou por todo o período em todas as capitanias. O hábito dos lavradores de comprar o equipamento necessário a crédito por preço 20 a 30 por cento acima do de Lisboa, mediante a hipoteca da próxima colheita a um preço estabelecido abaixo do seu valor de mercado, era a causa de acrimônia e protestos intermináveis contra a coroa. Em 1663, e periodicamente após essa data, os senhores de engenho tentaram evitar que os engenhos e os canaviais fossem vendidos em parcelas para pagamento de dívidas, mas o interesse dos comerciantes sempre foi suficientemente forte para evitar a realização do sonho dos donos de engenhos – uma moratória total das dívidas. O dito dos comerciantes, como foi expresso por Francisco Pinheiro – “Façam tudo o que for possível para obter o maior preço” – nada fez para mitigar o antagonismo econômico entre eles e os grupos agrários na colônia⁴⁴.

A ascensão social e política dos comerciantes, sinalizada por sua crescente participação nas câmaras das cidades, nos postos de comando dos regimentos de milícia, em irmandades leigas de prestígio e por sua absorção pela aristocracia dos senhores de engenho, parece ter começado em meados do século XVII e se intensificou nas primeiras décadas do século XVIII. Essa foi uma época de severa tensão no império atlântico português, a que a coroa respondeu com uma série de medidas mercantilistas destinadas a estear a economia debilitada. A criação da Companhia do Brasil, em 1649 (transformada em órgão governamental em 1663), com direitos monopolistas sobre o comércio de alguns produtos e a responsabilidade de fornecer uma frota bem protegida, era uma medida de tempo de guerra. Foi seguida, em 1678, pela criação de uma análoga Companhia do Maranhão, destinada a oferecer escravos ao Norte e um controle garantido do comércio nessa região. Tais medidas, embora se tenham chocado às vezes com os interesses dos comerciantes brasileiros, eram vistas com um desagrado particular pelos fazendeiros e pelos outros colonos e tendiam a intensificar o conflito tradicional entre senhor de engenho e comerciante. Por isso, durante um período em que os comerciantes se estavam tornando cada vez mais importantes e proeminentes como classe, intensificou-se a oposição a eles e às medidas mercantilistas da coroa.

Em dois lugares esse conflito transformou-se em violento confronto. Em 1684, os colonos de São Luís, chefiados por um plantador de açúcar chamado

44. O conjunto de relatórios comerciais mais completo é o de Francisco Pinheiro (1707-1752) contido em LUÍS LISANTI (ed.), *Negócios Coloniais*, Brasília, 1973, 5 vols.

Manuel Beckman (ou Bequimão), insurgiram-se contra a companhia, declararam seu monopólio cancelado e assumiram o controle da cidade. A revolta malogrou e Beckman foi capturado e executado. Um conflito civil mais sério foi o que irrompeu em Pernambuco, onde os aristocratas senhores de engenho de Olinda opuseram-se à ascensão da vizinha Recife como cidade independente e dominaram os comerciantes portugueses que ali residiam e com que estavam freqüentemente em débito. Os comerciantes, por sua vez, objetaram à sua falta de representação na câmara de Olinda, que arrecadava as taxas sobre Recife. As questões chegaram a seu ápice em 1710-1711, numa guerra civil amarga, mas não particularmente sangrenta, entre as duas facções dos fazendeiros de Olinda e dos “mascates”, ou comerciantes, baseados em Recife. Essa Guerra dos Mascates revelou as tensões naturais entre os comerciantes e os fazendeiros e também o fato de que, dentro da orientação cada vez mais mercantilista da colônia, a classe dos comerciantes poderia desempenhar um papel importante.

A virada do século trouxe não só uma participação mais ativa dos comerciantes na vida social e política do Brasil, mas também uma intensificação do papel da coroa no governo municipal, como parte de novo ativismo do Estado. Uma alteração importante no governo local ocorreu entre 1696 e 1700, com a criação de “juízes de fora” nas principais cidades brasileiras. Essa realleza nomeava magistrados profissionais para presidir as câmaras e exercia sua autoridade na preparação das listas eleitorais. A justificativa da coroa para seu uso no Brasil era a eliminação do favoritismo e do nepotismo nas câmaras, mas seu efeito final era reduzir a autonomia local das câmaras. Além disso, a expansão do povoamento para o interior e o crescimento de vilas secundárias perto da costa levaram, nas primeiras décadas do século XVIII, à instituição de novos senados municipais, um desenvolvimento que diminuiu a antiga autoridade dos centros costeiros. Por exemplo, os fazendeiros eleitos para a câmara de Salvador cada vez mais declinavam de servir, preferindo cuidar de seus engenhos ou participar do senado das novas câmaras rurais, como as de Cachoeira ou de Santo Amaro, fundadas em 1698 e 1724, respectivamente. Embora os senhores de engenho tenham continuado a dominar o senado de Salvador durante todo o período colonial, havia oportunidades crescentes para os comerciantes em outras cidades portuárias. As posições que adquiriram em meados do século XVIII, porém, foram em instituições menos poderosas.

Desde seu período inicial de colonização, o Brasil era uma área grande demais, com uma economia demasiado complexa e diversificada para que suas formas sociais e políticas se tornassem simplesmente um engenho de açúcar em grande escala, mas, como já vimos, as demandas da agricultura do açúcar e as peculiaridades de sua organização contribuíram de maneira significativa para a conformação da sociedade. Os portugueses trouxeram consigo um conceito idealizado de hierarquia social esteado pela teologia e por uma percepção prática das posições e relações sociais da forma como funcionavam em Portugal. Esses conceitos e experiências definiram a terminologia da organização social e estabeleceram os parâmetros dentro dos quais a sociedade evoluiu. Mas a agricultura de exportação e a lavoura em grande escala criaram suas próprias hierarquias e realidades.

Já em 1549, Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, descreveu seus fazendeiros de uma maneira que inconscientemente delineava a hierarquia social de sua capitania:

alguns constroem engenhos porque são poderosos o bastante para fazê-lo, outros plantam cana, outros algodão e outros culturas alimentícias, que são as coisas principais e mais importantes na terra; outros pescam, o que é também muito necessário; outros têm barcos para buscar provisões [...] outros são mestres de engenho; outros mestres de açúcares, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros, fabricantes de fôrmas e sinos para os açúcares e outros são comerciantes⁴⁵.

Havia aqui uma ordem social natural numa economia baseada na agricultura comercial. Em primeiro lugar vinham os senhores de engenho, acompanhados dos lavradores de cana. Em seguida, eram mencionados aqueles envolvidos em outras atividades de exportação. Os homens que praticavam a agricultura de subsistência ou outras atividades semelhantes recebiam menção especial, da mesma forma que se costumava destacar os camponeses na Europa e saudá-los como a base de todo o resto, mas eram mencionados por último entre os agricultores. Com uma rápida menção ao comércio e aos comerciantes, Duarte Coelho voltou-se em seguida para os artesãos, relacionando-os grosseiramente na ordem de sua importância no processo de fabricação do

45. Carta de 15 de abril de 1549, *Cartas de Duarte Coelho a El Rei* (Recife, 1967), p. 71.

açúcar ou, em outras palavras, de acordo com o salário anual que cada um esperava ganhar num engenho.

A descrição de Duarte Coelho é reveladora tanto pelo que inclui quanto pelo que omite. A hierarquia descrita é uma ordem funcional-ocupacional, ligada diretamente à agricultura de exportação, mormente o açúcar. Embora reflita uma realidade essencial, é incompleta no sentido de que descreve apenas a população livre. Não figura aqui a vasta maioria da população colonial – os índios e, mais tarde, os escravos africanos. Na realidade, além dessa hierarquia ocupacional agrária, a sociedade brasileira era ordenada por dois outros princípios: uma divisão jurídica baseada sobretudo nas distinções entre escravos e livres, e uma gradação racial do branco para o preto.

No século XVI, fizeram-se algumas tentativas de manter as distinções legais tradicionais entre nobre e plebeu e as divisões de uma sociedade européia de estados ou ordens. Mas a classe do senhor de engenho não conseguiu evoluir para uma nobreza hereditária e todos os brancos tendiam a aspirar uma alta posição social. Os fidalgos e os homens da Igreja continuavam a desfrutar de alguns direitos e isenções jurídicos. Em ocasiões solenes ou importantes, eram convocados os representantes dos estados tradicionais. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando, em reação a um imposto sobre a propriedade em 1660, a câmara do Rio de Janeiro foi apoiada por representantes da nobreza, do clero e do povo, ou quando, na fundação da vila de Cachoeira, “homens do povo” e “homens sérios do governo” se reuniram para estabelecer as ordenações da vila⁴⁶. No Brasil, porém, outras formas de organização social tornaram menos importantes esses princípios tradicionais de estratificação.

Juridicamente, a sociedade brasileira estava dividida, em termos de posição social, entre escravos e livres. Em virtude do grande efetivo de trabalhadores não-livres, índios e africanos, a distinção entre escravo e livre era fundamental. No entanto, mesmo dentro da distinção legal clara entre escravo e livre havia categorias intermediárias. Os índios que haviam sido capturados e colocados sob a tutela dos colonos, os chamados “forros” ou “administrados”, eram legalmente livres, mas tratados de maneira um pouco diferente dos escravos. Além disso, os escravos que haviam conseguido

46. Cf. VIVALDO COARACY, *O Rio de Janeiro no Século XVII*, Rio de Janeiro, 1965, p. 161; Arquivo Municipal de Cachoeira, Livro I de Vereação (1968). Ver também JOSE HONÓRIO RODRIGUES, *Vida e História*, Rio de Janeiro, 1966, p. 132.

comprar sua liberdade ou que tinham sido alforriados sob a condição de fazer futuros serviços ou pagamentos, desfrutavam aparentemente, na qualidade de “coartados”, de uma posição legal que os distinguiu dos escravos. Assim, ainda que no Brasil existissem as divisões jurídicas de uma sociedade europeia de estados, elas tinham importância menor numa colônia em que as distinções de uma sociedade escrava exerciam grande influência sobre a estratificação social.

Além disso, a existência de três grupos raciais importantes – europeus, índios americanos e escravos africanos – numa colônia criada por europeus resultou numa hierarquia baseada na cor, tendo os brancos no alto e os negros embaixo. O lugar das pessoas mistas – os mulatos, os mamelucos e outras misturas semelhantes – dependia da sua cor clara ou escura e da extensão de sua aculturação às normas europeias. Às pessoas livres de cor cabiam as ocupações menos prestigiosas do pequeno comércio, do trabalho artesanal, do serviço braçal e da agricultura de subsistência. Apesar de sua condição de legalmente livres, experimentavam alguns desabonos. Foram excluídas dos cargos municipais ou das irmandades leigas mais prestigiosas, como a Ordem Terceira de São Francisco. Vez por outra, os conselhos municipais promulgavam uma legislação suntuária. Em 1696 os escravos foram proibidos de usar seda e ouro em Salvador, e por volta de 1709 as restrições foram ampliadas para incluir os negros livres e os mulatos, como era de praxe, argumentava-se, no Rio de Janeiro. Outras restrições foram aplicadas, também. Por uma lei de 1621, nenhum negro, índio ou mulato podia ser ourives na Bahia, e em 1743 os negros foram proibidos de vender mercadorias nas ruas de Recife⁴⁷. O fato de terem essas leis discriminatórias sido burladas com frequência não nega as limitações que envolviam a vida da população livre de cor. Que eles perceberam sua desvantagem e tentaram fazer algo a respeito fica claro a partir de incidentes como o acontecido em 1689, quando os mulatos tentaram ser admitidos no Colégio Jesuíta da Bahia, onde desejavam “melhorar o destino da sua cor” pela educação e tiveram negada sua admissão⁴⁸.

A antipatia para com as pessoas de cor era profunda e permeava todos os aspectos da vida. No Ceará, em 1724, e no Rio Grande do Norte, em 1732, foi

47. BNRI, II-33, 23, 15, n. 4 (20 de fevereiro de 1696); *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* [DHBNRI], 95: 248, 1952; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra [BGUC], Códice 707.

48. AHU/PA/Bahia, caixa 16 (30 de janeiro de 1689). A coroa ordenou que os jesuítas os admitissem.

sugerido que, embora na eventualidade de escassez de brancos os mulatos e os mamelucos pudessem ocupar cargos públicos, agora dever-se-ia impor restrições ao seu serviço, “pois a experiência demonstrou que são menos capazes por causa da sua inferioridade e porque a inquietação e o distúrbio é mais natural a eles”⁴⁹. Eram, como disse a câmara de Salvador, “pessoas inferiores que não tinham honra nem razões para a conservação e o crescimento do reino e buscavam apenas sua própria conveniência”⁵⁰. O comentário decisivo sobre sua incapacidade era o fato de que a liberdade de um ex-escravo poderia ser revogada por desrespeito a antigo dono.

Entre as pessoas livres de cor, desenvolveram-se instituições, em imitação das da sociedade branca, que lhes proporcionavam um senso de comunidade e orgulho. Os regimentos negros de milícia, chamados de *Henriques* em homenagem a Henrique Dias, um líder na luta contra os holandeses, existiam por muitos lugares do Brasil. Eram mantidas as distinções entre regimentos de negros e os de mulatos, e houve mesmo tentativas em algumas unidades negras de limitar o oficialato aos crioulos nascidos no Brasil. Além disso, as unidades de milícia ofereciam um ponto de coesão e eventualmente uma plataforma de onde podiam expressar as queixas. Talvez até de importância maior fossem as confrarias de negros e mulatos que existiam em toda a colônia. Provedo serviços sociais, esmolas, dotes, enterros e observância religiosa organizada, as irmandades tornaram-se uma instituição na vida urbana e às vezes também nos engenhos. É possível que tenham existido algumas já no início do século XVII, mas não começaram a proliferar antes do século XVIII. A Bahia, por exemplo, tinha, no início deste último século, seis irmandades negras e cinco mulatas dedicadas à Virgem. É verdade que algumas dessas irmandades estavam franqueadas a homens e mulheres de todas as raças, mas outras eram limitadas pela cor ou pela nação africana de origem. Essas instituições ofereciam veredas para a participação na cultura dominante, mas a separação por cor e por nação refletia igualmente as realidades de uma sociedade baseada na escravidão e as discriminações sofridas pelas pessoas de cor, fossem escravas ou livres. Os negros da irmandade do Rosário, que haviam sido abrigados na sé de Salvador, deixaram-na, por causa dos insultos de que foram alvo da parte das irmandades brancas, que os maltratavam “por serem pretos”, e construíram

49. *Ibid.*, Ceará, caixa 1; Rio Grande do Norte, caixa 3.

50. Arquivo da Câmara Municipal de Salvador [ACMS], pp. 124-127. Provisões, f.ºs. 171-173 (3 de dezembro de 1711).

uma própria igreja⁵¹. Para as pessoas de cor a eleição para o conselho de uma irmandade ou a obtenção de um posto na milícia era sem dúvida uma questão de realização e de sucesso social, mas dentro de um espectro limitado e sempre restrito de oportunidades oferecidas pela sociedade colonial.

Além das distinções fundamentais de estado civil e raça, havia outras particularmente importantes entre a população branca. Homens casados com residência fixa eram os colonos preferidos e eram favorecidos na obtenção de cargos municipais e direitos. As origens étnicas ou religiosas eram também usadas como gradiente social. Aqueles que tivessem ancestrais ou parentes “cristãos-novos” – isto é, judeus – eram considerados religiosa e culturalmente suspeitos e sofriam discriminações legais e financeiras. No Brasil, porém, essas limitações eram muitas vezes superadas por realizações econômicas.

Os cristãos-novos desempenharam um papel importante na colônia durante todo o século XVII. A conversão forçada de todos os judeus em Portugal, em 1497, produzira um grande grupo que foi de repente forçado à adoção de uma nova fé. Teoricamente, as distinções religiosas haviam sido eliminadas de uma tacada, mas as diferenças de costume, de atitude e de pensamento não podiam ser facilmente obliteradas. Os cristãos-novos carregavam de geração para geração o estigma de seu nascimento; e mesmo os que eram católicos devotos podiam, sob uma legislação e prática discriminatórias, ser excluídos de cargos públicos ou honorários devido à existência de um cristão-novo em algum lugar de sua árvore genealógica. Tanto os criptojudeus quanto aqueles que não possuíam a mais leve ligação com o judaísmo eram considerados globalmente pela sociedade como grupo suspeito. Entretanto, os cristãos-novos haviam se envolvido na empresa brasileira desde suas origens, e o fato de não ter sido a Inquisição Portuguesa instalada antes de 1547 significou que os primeiros anos da colônia estiveram relativamente livres dos olhos atentos da ortodoxia. No Brasil, os cristãos-novos se tornaram não apenas comerciantes, mas também artesãos, senhores de engenho e lavradores de cana e ocuparam cargos civis e eclesiásticos. Em 1603, a Mesa da Consciência de Lisboa ordenou ao bispo do Brasil que indicasse apenas cristãos-velhos para os cargos religiosos de Pernambuco, porque a maioria das igrejas desse estado eram dirigidas por cristãos-novos. Um estudo da Bahia de 1620 a 1660 revelou que, embora 36 por cento dos cristãos-novos praticassem o comércio, 20 por cento estavam na

51. “Pellos desgostos que padecião com os Brancos [...] e por serem pretos os maltratavão.”

AHU/PA/Bahia, caixa 48 (8 de julho de 1733).

agricultura, 12 por cento nas profissões liberais e 10 por cento eram artesãos. Outros 20 por cento ocupavam funções civis, militares ou religiosas⁵².

O período da União Ibérica (1580-1640) trouxe os cristãos-novos ao centro do palco na colônia. As visitas inquisitoriais a Pernambuco e Bahia em 1591-1595 e 1618 causaram grande consternação na comunidade cristã-nova, mas é possível que tenha sido por influência desse grupo que a Inquisição não logrou instalar-se permanentemente no Brasil. Os bispos tinham poderes inquisitoriais e utilizavam-nos ocasionalmente, mas a perseguição dos cristãos-novos foi menos eficiente no Brasil que na América espanhola, de modo que os níveis de imigração de cristãos-novos para o Brasil subiram durante as primeiras décadas do século XVII. As pressões sobre os cristãos-novos no Brasil e as oportunidades de comércio criadas pela união com a Espanha fizeram com que muitos deles emigrassem ou estabelecessem empreendimentos comerciais na América espanhola, mormente no vice-reino do Peru. Os “peruleiros” eram totalmente ressentidos em termos nacionais, econômicos e religiosos. Na América espanhola, o vocábulo “português” tornou-se sinônimo de judeu, e com a separação da Espanha e de Portugal em 1640 foram realizados em Lima, no México e em Cartagena uma série de autos-da-fé, dirigidos sobretudo contra os comerciantes portugueses.

Impera a controvérsia entre especialistas sobre até que ponto os cristãos-novos brasileiros e portugueses eram ou não judeus e se os esforços da Inquisição se destinavam a promover ortodoxia religiosa ou eram apenas um instrumento da nobreza para quebrar, por meio de perseguição e confisco, a espinha dorsal de uma crescente burguesia. As visitas inquisitoriais sugerem certamente a existência de judeus praticantes entre os senhores de engenho da Bahia e de Pernambuco. Além disso, sob a política de tolerância religiosa advogada pelo conde Maurício de Nassau no Brasil holandês, os criptojudeus puderam praticar a céu aberto, aos quais logo se juntaram os judeus da Holanda. Duas sinagogas funcionavam em Recife na década de 1640. Os que lutaram ao lado dos holandeses tiveram permissão de deixar o Brasil, como parte dos termos de rendição, e emigraram para o Suriname, para a Jamaica ou Nova Amsterdã, ou simplesmente retornaram à Holanda. Os cristãos-novos do Brasil português estavam aparentemente divididos em suas lealdades, mas todos eram considerados traidores potenciais. A queda de Salvador em 1624 foi atribuída pela *vox populi* a uma “punhalada por trás” dos cristãos-novos, embora a historiografia

52. ANITA NOVINSKY, *Cristãos-Novos na Bahia*, São Paulo, 1972, p. 176; ANTT, Mesa da Consciência,

Livro de registro 18, f^o. 8v-9.

subseqüente tenha provado a falsidade dessa alegação⁵³. As tentativas dos judeus do Brasil holandês para cooptar os cristãos-novos em território português foram em geral malsucedidas, mas as ligações cosmopolitas dos cristãos-novos com a Itália, a França e a Holanda eram consideradas motivo de suspeita. Investigações episcopais foram feitas na Bahia em 1635, 1640, 1641 e 1646, das quais a última foi particularmente extensa.

Após 1660 a preocupação com os cristãos-novos como grupo parece ter diminuído até o início do século seguinte. Foram feitas prisões de conversos ao judaísmo durante todo o século do Maranhão a São Paulo, mas em pequenos números. Prosseguia a tradicional discriminação contra a participação de cristãos-novos nos cargos públicos, nas Misericórdias ou nas irmandades mais prestigiosas. Com a descoberta de ouro, as prisões e confiscos da Inquisição intensificaram-se. A maioria das prisões foram feitas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. O auto-da-fé de Lisboa de 1711 incluía 52 prisioneiros do Brasil. No total, cerca de 400 cristãos-novos brasileiros foram julgados pela Inquisição. No século XVIII, sob o olho atento da Inquisição e de seus vizinhos, desvaneceu-se a diferença cultural e religiosa dos cristãos-novos, embora tenham permanecido um segmento inferior da sociedade brasileira.

Finalmente, além dos gravames de cor, de credo e de origem, havia na sociedade brasileira os vexames de sexo. Os brasileiros compartilhavam as atitudes européias típicas da época em relação às mulheres, mas com uma intensidade que chegou a despertar comentários dos seus vizinhos espanhóis. Em teoria, as mulheres deviam ser protegidas e excluídas dos negócios do mundo e esperava-se que se devotassem à vida de filha obediente, esposa submissa e mãe dedicada. Era aceito um rígido padrão duplo de castidade e fidelidade femininas e promiscuidade masculina, a ponto de a lei permitir que um marido ofendido matasse a esposa surpreendida em ato de adultério. Várias instituições foram criadas na sociedade colonial para ajudar ou assegurar o cumprimento das normas de comportamento esperadas pelas mulheres de "boa família". Os benfeitores das Misericórdias deixavam fundos para os dotes de moças órfãs. Casas de retiro foram instituídas para mulheres jovens cuja castidade estivesse em risco pela perda do pai ou da mãe. Já em 1602, os moradores de Salvador tentaram fundar um convento em sua cidade. Seu desejo foi finalmente satisfeito em 1677, quando foi

53. Cf. NOVINSKY, *Cristãos-novos*, p. 120; EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA, "Um problema: A traição dos cristãos novos em 1624", *Revista de História* 41: 21-71, 1970. Para uma interpretação econômica da Inquisição, ver ANTONIO JOSÉ SARAIVA, *Inquisição e Cristãos-novos*, Porto, 1969.

fundado o Convento do Desterro, e por volta de 1750 a maioria das principais cidades tinha conventos⁵⁴. Como em outros setores da vida, a admissão a esses conventos dependia da “pureza do sangue”, e, considerando que era grande o “dote” necessário para a admissão, as filhas dos senhores de engenho e dos comerciantes ocupavam a maioria das vagas disponíveis. Se pudermos acreditar nas queixas sobre a vida escandalosa nos conventos e nas observações jactanciosas de viajantes franceses como Foger e Dellon, os ideais de reclusão e castidade eram na verdade burlados com muita frequência.

De fato, o papel das mulheres na sociedade colonial era mais complexo do que é em geral retratado. Embora numa disputa legal uma parte pudesse argumentar que sua propriedade havia estado em risco por ter ficado nas mãos de sua esposa, e as mulheres fossem “por natureza [...] tímidas e incapazes de cuidar dessas questões, cercadas por crianças frágeis e carentes de proteção [...]”, na verdade, muitas mulheres, em sua viuvez ou por abandono, assumiram o papel de chefe da casa⁵⁵. Era possível encontrar mulheres donas de engenho, lavradoras de cana e proprietárias de imóveis urbanos. Até certo ponto, essa situação era resultado das leis portuguesas de herança, que garantiam a todos os herdeiros uma parte igual e estabeleciam que a esposa sobrevivente herdasse uma porção maior dos bens. Além disso, à medida que descemos às camadas de classe e de cor, viam-se cada vez mais mulheres em papéis econômicos ativos. Por exemplo, nas cidades coloniais o comércio varejista ambulante em pequena escala estava quase exclusivamente nas mãos de mulheres de cor, escravas ou livres.

No Brasil, governo e sociedade constituíam dois sistemas interligados. O governo procurava unir os indivíduos e os grupos corporativos às instituições políticas formais do Estado e criar condições que facilitassem e mantivessem a capacidade produtiva da colônia; embora os principais fatores que motivavam a sociedade e a mantinham unida fossem as relações pessoais baseadas na família extensa e nos grupos de parentesco, no compartilhamento de posição social e objetivos, e em interesses econômicos comuns. Durante todo o período colonial, o Estado e a sociedade estiveram assim associados para assegurar a

54. ANTI, Mesa da Consciência, Livro de registro 17, f^{os}. 158-159; SUSAN SOEIRO, “A baroque nunnery: the economic and social role of a colonial convent: Santa Clara do Desterro, Salvador, Bahia, 1677-1800”, Tese de Ph.D., New York University, 1974.

55. APB, Ordens régias (despachos reais), 86, f^o. 234-236.

sobrevivência da colônia e o predomínio social e econômico daqueles grupos que controlavam a produção e a distribuição dos principais itens de exportação do Brasil.

Havia dentro da colônia pelo menos três níveis de governo. Os funcionários nomeados pela coroa – o vice-rei, os governadores, os “desembargadores” e outros magistrados da coroa – eram os representantes diretos da autoridade portuguesa. Eram, pelo menos em teoria, uma burocracia de profissionais. Aqueles que ocupavam cargos executivos mais elevados eram escolhidos comumente na nobreza portuguesa e deviam, por inclinação e treinamento, ser soldados. Os magistrados eram “letrados”, advogados educados em universidades, que formavam uma classe crescente de administradores profissionais do rei. Juntos, soldados e advogados ocupavam os cargos mais elevados da colônia. Abaixo deles estava o segundo nível de governo, uma miríade de postos menos importantes, funcionários do tesouro, coletores de impostos, inspetores do mercado, juízes testamentários, escrivães e fiscais). Originalmente, esses cargos foram preenchidos por portugueses nascidos na Europa, mas por volta dos meados do século XVII os coloniais passaram a ocupar muitos deles, alguns dos quais comprados e outros obtidos por herança. Finalmente, havia, como já vimos, um terceiro nível, constituído pelos cargos do governo municipal, juízes e vereadores eleitos das câmaras e os muitos postos inferiores nomeados por esses corpos coloniais locais. Na zona rural, o governo estava frequentemente nas mãos de oficiais graduados da milícia, que desempenhavam funções paramilitares como policiais, cobradores de impostos e, eventualmente, agentes do recenseamento.

Desde a época das capitânicas hereditárias, o poder privado havia desempenhado importante papel na organização da colônia e, embora a coroa tenha continuamente afirmado sua autoridade, os grupos dominantes na colônia encontraram meios de fazer o governo responder às suas necessidades. Os cargos municipais estavam geralmente nas mãos da elite econômica local, que acabou também por controlar muitos dos postos menores da justiça e do tesouro. Nas zonas rurais, era raro encontrar um coronel da milícia que não fosse também um grande fazendeiro ou criador de gado. Mesmo as fileiras dos funcionários reais mais altamente profissionalizados, os magistrados, foram invadidas e integradas pela elite brasileira. Apesar de uma proibição estrita sobre a participação de brasileiros nos postos elevados do governo da colônia, e em contraposição a laços de família que poderiam influenciar a imparcialidade de um magistrado, foram tecidas redes de parentesco e de associação entre os funcionários da coroa e

a sociedade local. Entre 1652 e 1752, foram nomeados para a Relação da Bahia dez juizes nascidos no Brasil, e quando foi criado um novo tribunal superior no Rio de Janeiro em 1752, seu primeiro ocupante foi um baiano de nascimento. Vinte e cinco juizes do tribunal superior casaram-se com mulheres brasileiras, em geral filhas de senhores de engenho, e outros se ligaram à elite colonial por compadrio, relações de negócio ou participação em irmandades leigas. Em suma, as elites coloniais procuraram e encontraram meios de tornar o governo real e municipal sensível aos seus interesses e objetivos. O governo era com frequência ineficaz, às vezes opressivo e de modo geral corrupto, mas raramente foi encarado como uma força externa e estrangeira, ainda que Portugal tenha tentado sobrepor seus próprios interesses aos dos colonos.

É bastante evidente que na colônia a família desempenhava um papel político e social importante. A influência das famílias dos donatários no Rio de Janeiro e em Pernambuco era comparável aos poderes mais restritos, mas ainda assim amplos, exercidos por grupos de parentesco interligados, mas às vezes bastante hostis, dos senhores de engenho, dos fazendeiros de gado e de outros magnatas rurais. As lutas entre os Pires e os Camargo em São Paulo na década de 1650 ou entre os Vieira Ravasco e os Teles Meneses na Bahia na década de 1680 refletem a importância e o poder da família como instituição na colônia. A família patriarcal extensa, com seus muitos membros ligados por sangue, casamento e compadrio, e englobando dependentes e escravos, era um conceito ideal que cruzava as hierarquias sociais descritas acima. A formação e manutenção dessas famílias de elite, suas estratégias de herança, vínculo e continuidade são tópicos que merecem acurada atenção. Infelizmente, o estudo da família no Brasil ainda está em sua infância e a ausência de quaisquer dados de censo anteriores a 1750 dificulta sobremodo essa tarefa.

O relacionamento entre Estado e sociedade deve finalmente ser encarado no contexto da economia do Brasil e de sua forma dominante de relações de trabalho – a escravidão. O Estado e a lei portuguesas forneceram uma estrutura para o controle da propriedade, as transações comerciais e a distribuição e o controle da força de trabalho. Tão logo a colônia se lançou como produtora de itens agrícolas de exportação baseados no trabalho escravo do africano ou forçado do índio, o Estado interviu pouquíssimo nos aspectos internos da economia, na ordenação dos fatores de produção ou na relação entre senhor e escravo. Enquanto as principais rendas econômicas provinham da classe dos agricultores, eles foram obtendo autonomia e a coroa se contentou em arrecadar seu dízimo e as várias taxas sobre importações e exportações.

Depois de 1650, quando os preços das exportações agrícolas do Brasil começaram a oscilar, a coroa tomou uma série de medidas para estimular e melhorar a posição dos senhores de engenho, muitas vezes em detrimento dos grupos de comerciantes em Portugal e na colônia. Mais ou menos no início do século XVIII, porém, a mudança das condições europeias, uma abordagem colbertiana da economia política, a crescente importância dos grupos mercantis dentro do Brasil e na metrópole e a descoberta de ouro, todos esses fatores combinaram-se para provocar uma mudança na relação entre o Estado português e sua colônia americana. O êxito da elite agrária brasileira em absorver as classes mercantil e mineira, que então adquiriam importância, e ajustar-se a um Estado mais ativo e intervencionista deveu-se sobretudo ao fato de ela e o Estado colonial estarem firmemente baseados na instituição da escravidão e em suas concomitantes distinções sociais.